

**Faculdade de Ciências Sociais**

**PUC-SP**

Guilherme Periotto Katinskas

**As disputas na formação da Argentina: Facundo e a Negação dos Povos  
Autóctones na construção do Estado Nacional (1810-1850)**

Dissertação de Mestrado

São Paulo

2023



**Faculdade de Ciências Sociais**

**PUC-SP**

Guilherme Periotto Katinskas

**As disputas na formação da Argentina: Facundo e a negação dos povos autóctones na construção do Estado Nacional (1810-1850)**

Dissertação de Mestrado, apresentada à banca avaliadora de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Torres Londoño

Dissertação de Mestrado

São Paulo

2023

*Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.*

Assinatura \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_ E-  
mail \_\_\_\_\_

*Katinskas, Guilherme*

*AS DISPUTAS NA FORMAÇÃO DA ARGENTINA:FACUNDO E A NEGAÇÃO DOS POVOS  
AUTÓCTONES NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL (1810-1850) / Guilherme Katinskas. –  
São Paulo: [s.n.], 2023.*

*130p.; cm.*

*Orientador: Fernando Torres Londoño*

*Dissertação (Mestrado)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos  
Pós-Graduados em Ciências Sociais.*

- 1. Facundo. 2. Indígenas. 3. Romantismo. 4. Literatura Argentina. I. Londoño, Fernando  
Torres. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós  
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.*

Guilherme Periotto Katinskas

**As disputas na formação da Argentina: Facundo e a negação dos povos autóctones na construção do Estado Nacional (1810-1850)**

Dissertação apresentado à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,

como exigência parcial para obtenção do título de  
Mestre em História.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Carlos Alberto Sampaio - UNESP

---

Dra. Vera L Viera - PUCSP

---

Dr. Fernando Torres Londoño - PUCSP

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento nº 001. Processo nº 88887.630662/2021-00

This study was financed in part by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. Process no. 88887.630975/2021-00.

## **Capítulo I: Revolução e Independência**

---

<b>1.1</b>	<b>A Revolução de 1810:</b>	<b>8</b>
<b>1.2</b>	<b>Buenos Aires e as Províncias Unidas:</b>	<b>17</b>
<b>1.3</b>	<b>As Guerras Civas e a Unificação:</b>	<b>31</b>
<b>1.4</b>	<b>Rosas e as populações autóctones:</b>	<b>44</b>
<b>1.5</b>	<b>Rosas e a Campanha do Deserto</b>	<b>48</b>
<b>1.6</b>	<b>A Política Rosista</b>	<b>51</b>

## **Capítulo II: Literatura e Imaginário**

---

<b>2.1</b>	<b>O Salão Literário</b>	<b>56</b>
<b>2.2</b>	<b>Sarmiento: Literatura como mito Fundacional</b>	<b>72</b>
<b>2.3</b>	<b>Facundo e a Geração de 37</b>	<b>76</b>
<b>2.4</b>	<b>Civilização</b>	<b>85</b>

## **Cap III: Nativos e Conflitos**

---

<b>3.1</b>	<b>Barbárie: O Deserto como Disputa</b>	<b>95</b>
<b>3.2</b>	<b>Os Nativos e os Pampas</b>	<b>107</b>
<b>3.3</b>	<b>Levantamentos finais</b>	<b>111</b>
	<b>Conclusão</b>	<b>117</b>

## Resumo

**Título:** *As disputas na formação da Argentina: Facundo e a negação dos povos autóctones na construção do Estado Nacional (1810-1850)*

**Orientador:** *Professor Dr. Fernando Torres Londoño*

A seguinte Dissertação para o título de Mestrado propõe estudar a obra “Facundo: civilização e barbárie” de Domingos Faustino Sarmiento, nessa análise, busco compreender a influência do trabalho, de cunho literário na formação do Estado Nacional, em um contexto de constituição no século XIX. Como principal problemática, busco apresentar os diversos projetos focados na negação das heranças da terra, enfatizando o papel negativo dos barbarismos provenientes principalmente dos povos originários, o que definiu, de formas e em épocas diferentes, estes agentes como sinônimos dos atrasos nos rumos civilizacionais liberais.

A presente pesquisa se propõe a compreender a partir dos textos de Sarmiento, seus ecos na sociedade e sua recepção do público e, dentro desse universo, compreender como foi construído o processo de negação das populações autóctones, a partir de um discurso racista proveniente de Sarmiento e outros intelectuais, mentalidade que foi crucial na criação do Estado Nacional Argentino.

Dessa forma, num contexto mais amplo, aqui é empreendido um levantamento dos projetos que possibilitaram a consolidação de um discurso homogeneizador, onde o foco da análise são os nativos, e sua participação na nação recém constituída. Para esse fim, será crucial compreender a forma como a cultura, num sentido amplo, cristaliza a imagem da população de nativos como antinômio da civilização, os impondo a figura de bárbaros. A fim de definir melhor essa problemática, englobo todo o processo de formulação e construção do que ficou conhecido como Argentina, observando os ecos da revolução de 1810 até a consolidação definitiva do Estado. A figura central, entretanto, é a população nativa dos Pampas, e o processo que levou a seu extermínio; o que concluiu na década de 50 a ascensão da geração de 37 ao Poder e os primeiros ecos de uma modernização que viria posteriormente nos anos de 1890.

O presente trabalho consiste, portanto, na identificação de duas problemáticas que atravessam a ficção afetando outros campos importantes, como a biologia e a economia. A hipótese é que o cruzamento de diferentes projetos de negação e de diversas perspectivas em relação às populações autóctones, foram articuladas primeiramente nos romances, permitindo pensar as múltiplas relações entre a literatura e a história que vinham sendo formuladas, em particular, pelo cruzamento da literatura e da epistemologia num sentido mais amplo. Importante apontar que as ficções abordadas participam da condição de estarem nas fronteiras culturais e nas fronteiras da ficção. Assim, elas apresentam pontos de contato. Na reflexão sobre o conceito de representação, as duas narrativas se impõem numa posição ambivalente entre a ficção e a não-ficção, cujo objetivo fora posicionar as lógicas dos nativos da terra de acordo com o projeto dos *criollos* para essas populações, dentro de um longo processo de transculturação.

**Palavras Chave: Literatura, Indígenas, Argentina, Criollos**

## Abstract:

The following Dissertation for the Master's degree proposes to study the work "Facundo: civilization and barbarism" by Domingos Faustino Sarmiento, in this analysis, I seek to understand the influence of the work, of a literary nature in the formation of the National State, in a context of constitution in the 19th century XIX. As the main issue, I seek to present the various projects focused on the denial of land inheritances, emphasizing the negative role of barbarisms coming mainly from native peoples, which defined, in different ways and at different times, these agents as synonyms of delays in liberal civilizational paths .

This research proposes to understand, from Sarmiento's texts, their echoes in society and their reception by the public and, within this universe, to understand how the process of denial of indigenous populations was constructed, based on a racist discourse originating from Sarmiento and other intellectuals, a mentality that was crucial in the creation of the Argentine National State.

Thus, in a broader context, here is undertaken a survey of the projects that enabled the consolidation of a homogenizing discourse, where the focus of analysis is the natives, and their participation in the newly formed nation. To this end, it will be crucial to understand how culture, in a broad sense, crystallizes the image of the native population as an antinomy of civilization, imposing on them the figure of barbarians. In order to better define this problem, I encompass the entire process of formulation and construction of what became known as Argentina, observing the echoes of the 1810 revolution until the definitive consolidation of the State. The central figure, however, is the native population of the Pampas, and the process that led to their extermination; which concluded in the 1950s the rise of the 1937 generation to power and the first echoes of a modernization that would come later in the 1890s.

The present work, therefore, consists of identifying two problems that permeate fiction and affect other important fields, such as biology and economics. The hypothesis is that the crossing of different negation projects and different perspectives in relation to indigenous populations, were first articulated in the novels, allowing us to think about the multiple relationships between literature and history that were being formulated, in particular, by the crossing of literature and epistemology in a broader sense. It is important to point out that the fictions addressed participate in the condition

of being on the cultural frontiers and on the frontiers of fiction. Thus, they present points of contact. In the reflection on the concept of representation, the two narratives impose themselves in an ambivalent position between fiction and non-fiction, whose objective was to position the logic of the natives of the land according to the project of the criollos for these populations, within a long period of time. transculturation process.

**Keywords: Literature, Indigenous Peoples, Argentina, Criollos**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento nº 001. Processo nº 88887.630975/2021-00.



## Introdução:

A presente dissertação para obtenção do nível de mestrado busca emergir o protagonismo dos povos originários na construção do Estado argentino, a partir dos rastros que deles podem ser localizados nos diversos registros dos agentes coloniais e também nas diversas instituições que destes se ocuparam, essa parcela da sociedade pós-colonial, nos séculos XIX e XX.

Tendo em vista esse objetivo, hoje, enxerga-se que não estamos e nunca estivemos tão próximos de partilhar um continente unificado em sua história e cultura. Nos debruçamos também diante de um pluriverso, um mundo feito de muitas formas de existir, definidas como culturas, as quais simplificadas fundidas, dão significado ao termo unificação, que define hoje o conhecimento que precisa ser melhor explorado. Os mundos indígenas e afrodescendentes em particular assumiram uma importância incomum como importante redefinição de uma suposta identidade e realidade compartilhada, mas pouco discutida academicamente. Mais importante, a história precisa hoje abarcar cada genealogia, dessa forma, incluir as diversas categorias de conhecimento epistemológico e conhecimento das próprias comunidades e suas organizações como expressões poderosas do pensamento crítico do continente. Esta última proposição constitui o maior desafio, uma vez que a estrutura epistêmica da modernidade (seja liberal, de direita ou de esquerda) foi construída sobre a anulação efetiva deste nível crucial de pensamento, (principalmente no que se refere aos povos originários) e é justamente neste nível que hoje emerge com maior clareza um pensamento crítico, revisionista e pautado pela academia.

Dentro dessa proposta, em conjunto com meu orientador Fernando Torres Londoño, foi realizado um longo trabalho de imersão na historiografia argentina ao longo do primeiro ano de tese. Este processo mostrou-se extenuante devido às condições catastróficas trazidas pela pandemia que dificultaram o acesso a informação e documentação.

Diante das dificuldades apontadas o presente trabalho pôde ser realizado a partir dos acervos de arquivos documentados pelo governo Argentino e disponibilizados ao público. Nestes foi possível ler e me aprofundar no período de independência, onde a temática dos nativos de sobressaiu; em pouco tempo o corpo do trabalho surgiu: identificar a maneira como teriam se desenvolvido as relações do Estado e a sociedade com os povos nativos. A partir do levantamento anterior sobre a proposta

central emerge uma problemática crucial: para desenvolver uma narrativa na contramão daquela formulada pelos *criollos*, é preciso compreender que a construção de uma genealogia de um "outro" se estende à própria colônia, sendo encontrada na obra de certos intelectuais indígenas dentre outras figuras que precisaram ser ressignificadas na construção conflituosa dessa história. Digamos também que ao longo do século XIX os debates críticos do continente viram capítulos que ainda guardam certa relevância, desde aqueles que levantaram o dilema entre *civilização e barbárie*, até os primeiros debates sobre a modernidade latino-americana, já no final do século, ambos fornecendo combustível para as tensões presentes até a atualidade.

A presente pesquisa sofreu algumas alterações em relação ao projeto, hoje ainda pretendo examinar a problemática dos nativos da terra na construção da nação Argentina ao fim do século XIX, porém, a forma como isso se dará foi alterada. A partir do autor central no processo de construção da nação, Domingos Faustino Sarmiento, busco analisar os trajetos empreendidos por ele e pelos seus demais aliados intelectuais da época, no que foi a complexa Criação do Estado Argentino, tendo dentro de muitas outras premissas, o nativo como bárbaro. Com isso, trabalhando com a hipótese que tal discurso adquiriu diversas formas de legitimidade nas condições sociais econômicas e políticas da argentina, o que ocorreu foi se uma transformação ao longo do tempo que se modificou e transmutou, sendo portanto, objeto importante de uma análise histórica.

Busco, portanto, analisar a primeira fase de formulação do pensamento ilustrado argentino, abordando as diversas figuras influentes no processo de construção da nacionalidade, e seu trajeto até a mesma atingir seu ideal na década de 1850, tendo os nativos da terra sido exterminados nesse ponto. A chave para o entendimento da violência por trás da construção desse Estado Nacional será a análise do principal autor da geração de 1837, Domingos Faustino Sarmiento, e sua obra mais influente "Facundo".

Nos primeiros resultados do levantamento bibliográfico, a geração de 1837<sup>1</sup>, com nomes como Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi e Domingo Faustino

---

<sup>1</sup> A geração de 1837 consistiu em uma união de estudantes provenientes das camadas médias da sociedade argentina. Estes propunham uma crítica ao regime vigente após a revolução de 1810. Assumindo um caráter romântico, publicaram obras a fim de introduzir um modo de ser argentino.

Sarmiento<sup>2</sup>, surgiu como união dos principais articuladores da narrativa nacionalista da região do rio da Prata, desenvolvendo visões ilustradas do que seria um Estado Nacional, e dessa forma, pelo poder das letras, foram cruciais na formulação dos mitos nacionais, articulando cultural e politicamente a complexa invenção do Estado burguês argentino.

Tendo em vista essa problemática, a leitura da obra *Facundo: Civilização e Barbárie* traz uma constatação: As elites crioulas do início do século XIX, possuíam ideias divergentes a respeito do caminho a se tomar para alcançar uma unificação de caráter nacional. Os então jovens de 1837, com ideias românticas provenientes do iluminismo francês, surgiram dentro desse panorama, tendo como grande nome a figura de Domingos Faustino Sarmiento; este compreendia que a importante lacuna da nacionalidade precisava ser preenchida com as letras, ou seja, uma cultura letrada aos moldes europeus. Desse modo o literato traça, utopicamente, como esse perfil ideal deveria ser formado, em sua obra “*Facundo, civilização e barbárie*”. Importante ressaltar que a problemática surge dentro deste contexto, onde a recepção e o primeiro projeto de negação das populações nativas se articulam, dentro de um panorama geral absorvido em diversas guerras civis.

Nesse quadro, verifica-se que a escolha de abordar o discurso literário partiu de uma característica específica do mesmo; este apresenta traços específicos, que o particularizam por conter duas propriedades, assim como apontado pela autora Regina Zilberman:

*“Ele não se refere ao objeto específico contido fora dele; pode, é certo, mencionar figuras históricas, locais conhecidos ou eventos do passado, contudo, não há qualquer compromisso com a veracidade desses dados, que não precisam corresponder a um referente externo. Assim vê-se que no discurso literário, todos os elementos são significativos, incluindo os signos, teoria formulada por Ferdinand de Saussure.”<sup>3</sup>*

---

Posteriormente alguns de seus membros chegam à presidência da insurgente nação Argentina. Molina, 2011, p.64.

<sup>2</sup> Domingos Faustino Sarmiento, intelectual participante da geração de 1837, principal expoente pois assumiu a presidência da Argentina. Publicou *Facundo* dentre outras obras extremamente influentes. Molina, 2011, p.64.

<sup>3</sup> Saussure, 1969, p.36.

E como Zilberman aponta a respeito desses diversos significados, além disso, o significado não é transparente, requerendo uma atenção maior por parte tanto do criador, quanto do destinatário<sup>4</sup>. Assim, temos de levar em conta que, se o discurso literário é uno, ele está construído a partir do diálogo com os discursos que o antecederam, duplicando o significado que dele podemos extrair. De acordo com estes levantamentos, aponto devidamente: o trabalho desenvolve sua análise centrado em abordar os diferentes significados presentes nos textos, para assim emergir uma história que há muito esteve adormecida em nosso passado, e aos poucos toma forma numa sociedade que precisa urgentemente rever sua relação com a própria terra.

---

<sup>4</sup> Zilberman, 2012, p. 100.

# Capítulo I:

## A Revolução de 1810: as Disputas em Torno de suas Diversas Narrativas

---

### 1.1 A Revolução de 1810

Tendo como referência o início do século XIX, o processo de emancipação na região cisplatina, não fugiu às dificuldades e rugas que outras insurgentes nações americanas passaram. Como apontado ainda hoje por autores que trabalham com a formação da Argentina, como Bethel e Lynch, uma nova etapa foi aberta, tanto na Península Ibérica, quanto na América. Essa nova fase consistiu em um momento de mudança na estrutura política tanto das colônias quanto da metrópole. Donghi<sup>5</sup> aponta esse período, de 1806 a 1810, como momento em que diversas etapas de uma formação de conselhos com o propósito de modificar a estrutura administrativa ocorreu em diferentes cidades americanas e quando ocorreu também a convocação de tribunais na Espanha com um objetivo muito similar.

Esses tribunais convocados na metrópole redefiniram os termos da crise europeia iniciada em 1808, ano em que a sombra de Napoleão pairava sobre a Europa. Como apontado por Donghi <sup>6</sup>, enquanto isso ocorria, as regiões mais densamente povoadas do império permaneceram fiéis à metrópole e aplicaram a Constituição de Cádiz de 1812.

Na busca por contextualizar historicamente os eventos que vão marcar o surgimento da revolução na região do Rio da Prata, é preciso compreender também a formação de uma Constituição Espanhola. Isso devido ao fato de que a região do Prata era até então súdita do monarca espanhol. A Metrópole, porém, nos anos

---

<sup>5</sup> Donghi, 1982, p.13.

<sup>6</sup> Donghi, 1982, p.13.

anteriores, havia sido invadida por um exército estrangeiro (França), que lhes subjugou a mando de outro governante, escolhido pelo então governo francês, o que influenciou, por consequência, o comando espanhol por todos seus domínios ao longo do mundo.

Nesse contexto de instabilidade política foram feitas várias reuniões e assembleias, que se realizaram em Cádiz, região porteira de grande influência no Sul da Espanha, e que posteriormente ficariam conhecidas como “Cortes de Cádiz”. Esse congregado tinha como objetivo central a elaboração de um documento, forjado por espanhóis, para fazer frente às imposições vindas do governo napoleônico através do que se concretizou em uma espécie de Carta Constitucional, que nasce de um desejo espanhol de recuperar a soberania, adequando-se ao modelo iluminista proveniente da Revolução Francesa. Em suma, ele retirou os poderes da Coroa, o documento rezava que o rei tinha os seus poderes limitados, devendo governar juntamente com os ministros. O sistema administrativo centralizado baseava-se nos municípios e nas províncias e apenas uma Câmara Parlamentar, sem privilégios para os representantes da nobreza ou da Igreja.<sup>7</sup>

Com a mudança para um governo com participação burguesa, houve grandes conflitos, tanto na Espanha quanto em suas colônias, pois esse processo rendeu um vácuo de poder, em que as pelejas já existentes se acirraram ainda mais, isso porque da mesma forma como alguns aceitaram as fortes mudanças, outros se recusaram a participar do processo constituinte de Cádiz e embarcaram no caminho da insurgência. O Rio da Prata estava entre as áreas rebeldes que se negavam a aceitar a mudança de diretriz sem uma participação direta no processo.

Fora da Espanha e olhando para a região do rio da Prata, em meio a esse redemoinho político causado por Cádiz, a colônia Cisplatina, com ideias rebeldes, travava em seu próprio interior um embate constitucional delicado. Os próprios *criollos* organizaram-se para discutir os rumos a serem tomados, sendo que tiveram que argumentar com a administração espanhola, que há pouco era absoluta e a qual representava agora um inimigo ideológico da revolução que se formava. Nesse contexto de conflitos forma-se a união nomeada como Primeira Junta de Governo Provisório.

---

<sup>7</sup> Donghi, 1982, p.14.

Importante destacar que segundo o autor Torcuato Di Tella<sup>8</sup>, os acontecimentos de cunho revolucionários ocorridos em 1810, foram batizados como A Revolução de Maio, devido a um conjunto de acontecimentos ocorridos entre os dias 18 e 25 de maio de 1810 em Buenos Aires. Ainda segundo Di Tella<sup>9</sup>, a então capital do Vice-Reino do Rio da Prata corresponde hoje aos territórios das atuais Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. O processo teve como resultado a deposição do vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros, militar da marinha espanhola nomeado em julho de 1809 para Vice-Rei do Rio da Prata. Ainda segundo Donghi “Na criação de um governo local, a já referida Primeira Junta, sendo a primeira revolta bem-sucedida no processo de independência da América do Sul”<sup>10</sup>. Dessa forma, em 1810 em Buenos Aires, sucederam-se diversas autoridades que, em nome da retroversão da soberania<sup>11</sup>, assumiram o governo do antigo Vice-Reino do rio da Prata.

Confluindo com toda a agitação vivida na América devido à crise causada pela incerteza pós Cádiz, outras regiões enfrentavam conflitos diretos e na própria península, influenciando novos confrontos diariamente. Da maneira como a situação se desenvolveu é possível concluir que a autonomia política vivida a partir de 1810 deu origem imediatamente a uma guerra entre os defensores e detratores da nova ordem, segundo Donghi: “a nova etapa exigia uma reorganização sem o fator de união trazido pela coroa espanhola; assim percorrendo muitos caminhos até a declaração oficial de independência em 1816”<sup>12</sup>. Vê-se, portanto, que o caminho dos conflitos se estendeu por um bom período, e é importante salientar que Donghi e Di Tella se debruçam sobre a questão, ambos apontando que os territórios rioplatense não possuíam unidade, e a fragmentação da unidade do vice-reinado anterior foi uma das principais consequências desse problema.

---

<sup>8</sup> Di Tella, 2010, p 39-66.

<sup>9</sup> Di Tella, 2010, p. 44.

<sup>10</sup> Di Tella, 2010, p. 44.

<sup>11</sup> O princípio da retroversão da soberania determinava que, na ausência de um monarca legítimo ou de uma instituição com legitimidade para governar, o poder voltaria ao povo e este teria direito de formar um novo governo. FONTE: Geneviève Verdo / Revista de História 159 (2º semestre de 2008), 37-64, p. 47.

<sup>12</sup> Donghi, 1982, p. 16.

Essa situação de incerteza e instabilidade em toda a região do Prata, segundo Donghi<sup>13</sup>, toma rumos decisivos no Cabildo Aberto realizado em 22 de maio de 1810, em que houve uma decisão crucial e unânime: destituir o vice-rei de Cisneros de seu posto. Dentre diversos motivos citados pelo autor o que se sobressai frente à disputa pela unidade da região do Prata é a questão da autoridade. Dentro desse importante passo em uma mudança de concepção política, estavam presentes na votação que definiria o futuro governante da Região Cisplatina, inúmeros funcionários, magistrados, padres, oficiais do exército, de milícias e ilustres residentes, segundo Marcela Ternavasio, autora da obra “História de la Argentina”. Em confluência com o que foi levantado anteriormente, aponta que a votação não foi unânime: “sessenta e nove participantes foram a favor da permanência do vice-rei, enquanto a grande maioria apoiou a posição de acabar com a autoridade do mesmo na região do Prata.”<sup>14</sup>

Dessa forma, se vê o processo de votação da Primeira Junta, além de destituir a fonte de poder monárquico proveniente da Espanha, nesse mesmo dia decidiu que o Cabildo da capital (órgão mais importante de comando da região Cisplatina à disposição dos *Criollos*) assumiria o posto ocupado pelo governador, e que, como tal, se encarregaria imediatamente de formar um conselho de administração para soterrar os direitos do rei Fernando VII, ex-monarca que fora destituído de seus poderes.

A Primeira Junta era assim constituída por nove membros dirigentes oficiais: o general Cornelio Judas Tadeo de Saavedra y Rodríguez, militar e estadista que na época era o primeiro chefe do Regimento de Patrícios, primeiro regimento militar do exército Rio Pratense, portanto, possuindo grande influência inclusive sendo a quem foi conferido o supremo comando militar; este tendo como secretários Mariano Moreno: advogado de destaque que fora educado em La Plata e adepto do iluminismo Rousseauiano; e Juan José Paso: também advogado letrado em La Plata, mas com ideias fundadas na Teologia; e os restantes membros Manuel Belgrano: Advogado, economista, jornalista, político, diplomata e militar argentino com atuação destacada na atual Argentina, Paraguai e Alto Peru durante as duas primeiras décadas do século XIX. Participou da defesa de Buenos Aires, capital do Vice-Reino do Río de la Plata, nas duas Invasões Inglesas 1806 e 1807, sendo figura central tanto no meio militar quanto no meio letrado. Juan José Castelli: Advogado graduado no Alto Peru, com

---

<sup>13</sup> Donghi, 1982, p. 16.

<sup>14</sup> Ternavasio, 2009, p. 19.

ideias iluministas e primo de Manuel Belgrano; Miguel de Azcuénaga: militar criado e educado na Espanha, possuidor de fortuna; Manuel Alberti: um padre com longa educação em Maldonado, Uruguai, com grande fortuna e influência provenientes de sua família; Domingo Matheu: comerciante e piloto naval nascido na Catalunha e com participação nas batalhas inglesas de 1806 – 1807; e Juan Larrea: comerciante de couros, vinhos e açúcar, nascido na Espanha e de grande influência nas batalhas contra a Coroa nas batalhas inglesas.<sup>15</sup>

Tendo em vista os nove membros centrais dessa junta, podemos compreender que embora as circunstâncias desse movimento fossem diferentes das vividas nos conflitos anteriores, em que a metrópole possuía a palavra final nos assuntos administrativos, o palco principal eram agora as colônias e seus colonos. As elites dirigentes de locais próximos à região do Prata seguiram o exemplo, tendo neste uma reação generalizada, ou seja, ocorrendo em diversos locais que rompiam ou não com a Coroa. Como apontado por Donghi: “entre abril e setembro de 1810, formaram-se juntas na Venezuela, Nova Granada, Río da Prata e Chile.”<sup>16</sup>

Em todos os casos, o princípio da retroversão da soberania, uma vez invocado, não poderia ser retroagido. Havia uma corrida em disputa para reassumir o poder, Donghi indica que: mesmo de forma temporária, ou até que o monarca retornasse ao trono a exemplo das outras juntas da Espanha, os povos estariam em rebelião. O autor complementa apontando em segundo lugar, embora a legitimidade da monarquia não estivesse em jogo, a das autoridades metropolitanas que vieram para substituí-la foi questionada. Compreende-se que a formação da Junta Provisória implicava na criação de um governo que buscava se legitimar ainda sob o signo criado pela Coroa, que buscava se firmar como autoridade de todo o território que compunha o Vice-Reino do Prata.

A formação da Primeira Junta buscava um novo governo e, para isso, foi preciso se estabelecer no poder, de forma soberana, os problemas atestados por Tulio Halperin Donghi, Torcuato Di Tella e Ternavasio sobre a problemática desse vácuo de poder a ser preenchido, todos confluem em um significado comum<sup>17</sup>: é unanimemente levantado que, logo no início dos trabalhos administrativos, em um

---

<sup>15</sup>Donghi, 1982, p.22.

<sup>16</sup> Donghi, 1982, p.22.

<sup>17</sup> Donghi, 1982, p.23.

comício preparado pelo Cabildo em maio, a Junta Provisória assumiu as atribuições correspondentes a um vice-rei, sob o signo de desconfiança sendo ainda limitados pela Real Audiência, principal órgão de justiça de Castela. Ou seja, como aponta Donghi: essas (forças) foram limitadas pela Real Audiência, que absorveu a causa da justiça, e pelo Cabildo da capital que se reservou a competência de fiscalizar os membros do Conselho, podendo destituí-los por mau desempenho de suas funções.”<sup>18</sup>. Ou seja, o conflito entre a Junta e a Coroa ainda era marcado pelas incertezas jurídicas e pelas vicissitudes da guerra na Metrópole.

Devido a essa limitação importante ao exercício do poder, a Junta teve que se mover com muita cautela, pois, pretendia se estabelecer como autoridade superior sem violar a legalidade hispânica da qual por ora foi proclamada herdeira. A maneira de realizar isso, segundo Cláudio Luís Quaresma Daflon, outro pensador focado em compreender os conflitos e dualidades na formação da Argentina, “foi afastar os membros das duas instituições destinadas a limitar seu poder e colocar neles personagens que foram influentes nas guerras de libertação para o novo governo.”<sup>19</sup>

Ou seja, atrelar os militares que participaram nas guerras de libertação à nova forma de governo, assim obtendo apoio popular e se inserindo na memória coletiva da população da região Cisplatina. Ainda segundo Daflon<sup>20</sup>, com a substituição dos magistrados, a legalidade foi mantida, ao mesmo tempo que se iniciava um caminho que, por enquanto, como apontado por Donghi:” apenas os adversários da nova ordem ousavam proclamar revolucionário.”<sup>21</sup>

Com tantas formas de analisar a situação, compreende-se a partir do levantamento historiográfico até então citado, tendo como bases Donghi, Ternavasio, e Di Tella, que seria um momento extremamente confuso para os próprios atores da época, atentos entre tantas outras variáveis à evolução dos acontecimentos internacionais ocorrendo na Europa e na própria América. Dessa forma, vemos que quase todos os agentes envolvidos na independência pareciam abertos às diversas possibilidades que surgiram com as crises. É crucial ressaltar um fator comum a todos os pensamentos citados: compreendem que os acontecimentos de maio tiveram um

---

<sup>18</sup> Donghi, 1982, p.24.

<sup>19</sup> Daflon, 2011, p.58.

<sup>20</sup> Daflon, 2011, p.58.

<sup>21</sup> Daflon, 2011, p.59.

caráter em sua maioria portenho. Para tal, Buenos Aires aproveitou, mais do que nunca, o seu estatuto de capital de um vice-reino e agora começava a explorar suas verdadeiras dimensões espaciais e, portanto, econômicas e culturais.

Nesse contexto em que Buenos Aires assume aos poucos o papel central dentro de um conflito tão complexo, Di Tella cita outro fator relevante nessa longa equação: houve um apelo às cidades para elegerem um deputado para integrar o que seria o Conselho, órgão onde os eleitos de cada província opinariam diante da Junta Provisória e que possuía como objetivo um tipo de parlamento. Esse importante evento foi acompanhado de expedições armadas guiadas pelas outras cidades aliadas a Buenos Aires, as quais segundo Di Tella<sup>22</sup>, o objetivo seria divulgar a nova situação e persuadir as jurisdições, até então dependentes do vice-rei deposto, a garantirem a sua obediência.

Diante das questões levantadas anteriormente fica evidente que os acontecimentos da semana de maio de 1810 foram realizados por um grupo nada definido, que poderia ser atribuído o título de "revolucionário", mas a partir dessa problemática que poderia auxiliar a interpretação de fatos posteriores, a historiografia forneceu respostas variadas a essa questão, pois o próprio termo "revolução" assume diferentes bandeiras nos conflitos subsequentes a maio de 1810.

Neste trabalho seleciono duas correntes centrais, definidas ao analisar as perspectivas predominantes do século XX e XXI sobre a posição real da maioria dos rebeldes. Em primeiro lugar, Donghi ressalta em sua obra como certos atores da época compreenderam os eventos, os quais como sendo iniciados por personagens que carregavam um plano de independência muito elaborado, onde a Junta já seria a resposta para as questões centrais de sucessão de poder. Entretanto, a mais bem sucedida foi aquela que explicou o processo revolucionário como a expressão de uma consciência nacional pré-independência, corrente difundida por parte da historiografia e presente em Di Tella. Esta imagem foi construída no marco do processo de formação do Estado nacional argentino, que exigia um mito de origem nacional, essa questão será melhor debatida mais à frente, porém é importante ressaltar que: o processo de substituição de importantes dirigentes ligados à Coroa espanhola, e sua substituição por figuras marcantes saídas diretamente dos conflitos de libertação (1810), é parte

---

<sup>22</sup> *Daflon, 2011, p.48.*

central e de extrema relevância para as rivalidades que se desenvolveriam posteriormente.

Assim, embora a partir de diferentes leituras, que contribuíram para consolidar a ideia da existência de um grupo revolucionário, que carregava antes de 1810 interesses maduros e claros, é possível um maior aprofundamento acerca do que realmente ocorreu na região do Prata, exatamente pelo grande número de pesquisadores e pesquisadoras que se debruçaram sobre esses acontecimentos. Desse modo, é preciso inferir a necessidade desse levantamento inicial, pois suas implicações são a chave para interpretações acerca dos nativos e de outras classes sociais presentes na região.

## **1.2 Buenos Aires e as Províncias Unidas**

---

A partir do que foi levantado a respeito da independência de 1810 e os conflitos provenientes após esse evento, fica claro que o novo Governo da região do Prata buscava, a partir de sua sede em Buenos Aires, constituir o poder herdeiro do vice-reino na figura da nova “Junta Provisória Governamental”. A legitimidade, entretanto, não foi facilmente adquirida por esse novo órgão. Como levantado por Di Tella, anteriormente, o primeiro foco de resistência contra essa centralização foi interno, originário de uma região altamente influente ao longo da administração espanhola: Córdoba, cidade que até então dividira o papel de maestro, junto a Buenos Aires, de parte do ritmo dos eixos econômicos e culturais da região do Prata.

Logo após a queda do Vice-Reino a província viu o pêndulo do desenvolvimento econômico se modificar aos poucos a partir do novo governo portenho, sendo, portanto, região recorrente nos conflitos pós-independência até o momento que a nação se consolida de fato nos atos 1840. Esse processo de resistência, ainda segundo Donghi, foi duramente reprimido por meses, delegando à província uma situação de constante observação por parte da capital.<sup>23</sup> Após o episódio, a maior parte das cidades se submeteu voluntariamente. Em detrimento da situação, o fundamental observado pós esse primeiro conflito pelo historiador foi o fato de que para obter o apoio dos conselhos de cada região, Buenos Aires precisava desenvolver uma nova cultura política, na medida em que o princípio da soberania

---

<sup>23</sup> Donghi, 1982, p.23.

dos povos envolveu diretamente os municípios como órgãos representativos dessas comunidades. Os governadores, por outro lado, eram delegados diretos do monarca, e em tal caráter facilmente substituíveis, caso não mostrassem lealdade aos novos rumos, eram aos poucos substituídos por membros da elite *criolla*.

Ao longo desses períodos de conflitos iniciados após 1810, ambos os autores apontam na mesma direção de fatos em que a Junta Provisória de Buenos Aires investiu em realizar mudanças administrativas principalmente nas cidades do interior, pois enfrentava os primeiros desafios militares nas regiões rebeldes mais distantes da capital, como Jujuy e Salta, o que causou rombos no plano de soberania dos portenhos. Como ressalta Donghi<sup>24</sup>: outros atores passam a participar dos acontecimentos políticos mais importantes na Região da Prata, dessa vez ocorridos do outro lado do Atlântico, o foco central estava na convocação das Cortes Gerais.<sup>25</sup> Porém, com essa disputa, o Conselho de Regência ligado à Coroa, ciente da sua fragilidade e ilegitimidade, lançou um apelo através de um decreto em que todos os territórios dependentes eram convidados a eleger deputados, o que ampliou o problema de Buenos Aires, pois a hegemonia administrativa perante os outros territórios seria, dessa forma, praticamente nula.

Ainda segundo Donghi:<sup>26</sup>, vê-se que a iniciativa das províncias rebeldes foi de maior importância por vários motivos. O primeiro deles residia no fato de uma obrigação delegada à Península, a qual deveria ser responsável por resolver os problemas delegados anteriormente à Coroa, pois, ao dar voz a todos a própria infraestrutura do Estado em formação seria um caso de divergência interna, o male mais abrasivo segundo os diagnósticos da época. Essa categoria legal foi delegada por meio de um instrumento jurídico que indagava uma legitimação não oficial, o que

---

<sup>24</sup> Donghi, 1982, p.26.

<sup>25</sup> As Cortes Gerais são o Parlamento espanhol, constituído e regulado no título III da Constituição. De acordo com ela, são as representantes do povo espanhol, tendo uma configuração bicameral assimétrica, compostas por: o Senado, considerado a câmara alta; e o Congresso dos Deputados, conhecido como a câmara baixa. O'Callaghan, Joseph F. *The Cortes of Castile-León, 1188–1350*, 1989.

<sup>26</sup> Donghi, 1982, p.50.

dificultava mais o caso para a elite portenha em se adequar aos ideais legalistas e burocráticos que almejava.

Fica claro assim também o papel das Cortes Gerais reunidas em Cádiz em setembro de 1810, dominadas por grupos liberais, esses representavam outros Rebeldes que assumiram o caráter de Congresso Constituinte em nome de um novo sujeito político: a nação espanhola. Como afirma Donghi: “Sua missão era, então, ditar uma constituição e dotar aquela nação de novas bases de legitimidade e legalidade”<sup>27</sup>. Foi, sem dúvida, um momento crucial, já que em meio a três frentes lutando pela legitimidade, era preciso discutir a redefinição do império espanhol e a forma de governo que a monarquia teria, e isso só poderia ser feito, principalmente tendo em vista o início do XIX, por meio de um texto constitucional. A elaboração de uma constituição escrita por um órgão eleito e representativo da nação foi certamente uma experiência inédita para a monarquia espanhola, mas, o fenômeno tomava as mentes de toda a burguesia presente principalmente nas Américas, tendo em vista que a primeira experiência constituinte foi a dos Estados Unidos da América em 1787.

Ainda segundo Donghi<sup>28</sup>, o Río da Prata recusou-se a participar das Cortes de Cádiz ao trazer a desigualdade representativa como principal argumento. As jurisdições que se recusaram a participar foram consideradas rebeldes pelas autoridades peninsulares, agora constituídas por um novo Conselho de Regência a cargo do Poder Executivo e pelos Tribunais. A América estava começando a se dividir em dois grandes blocos: legalistas e insurgentes. A região banhada pelo rio da Prata fazia parte do segundo bloco.

Ainda sob a ótica de Donghi, o secretário Mariano Moreno<sup>29</sup> liderava um desses grupos (federalistas), com a posição de que os deputados deveriam formar um congresso destinado a ditar uma constituição e estabelecer uma forma de governo.

---

<sup>27</sup> Donghi, 1982, p.73.

<sup>28</sup> Donghi, 1982, p.73.

<sup>29</sup> Mariano Moreno foi um advogado, jornalista e político argentino. Ele desempenhou um papel decisivo na Primeira Junta, o primeiro governo nacional da Argentina, criado após a Revolução de maio. *Grandes protagonistas de la Historia Argentina: Mariano Moreno (em espanhol)*. Buenos Aires: La Nación. 1998.

Por sua vez, o presidente Cornelio Saavedra<sup>30</sup>, junto com os nove representantes do interior apoiou a proposta de formação de um diretório ampliado.

A primeira posição propunha uma estratégia mais radical, na medida em que um congresso com função constituinte implicava abandonar o apego à soberania para transformar a ordem atual e abrir o caminho para a emancipação definitiva. A segunda era mais conservadora, pois a formação de uma câmara municipal implicava permanecer dentro do ordenamento jurídico hispânico, mas também dentro da autonomia conquistada em maio de 1810. Neste caso, o termo “conservador”, comumente usados, não significava submeter-se à metrópole, mas sim manter um curso político aberto, muito atento aos acontecimentos da Península, e ao mesmo tempo relutante em participar da experiência constitucional que estava sendo realizada em Cádiz.

Segundo Daflon<sup>31</sup>, a posição mais conservadora de protótipo nacional triunfou e um conselho municipal foi instituído. Em 18 de dezembro de 1810, a reunião denominada como “Grande Conselho”, foi formada, e o poder colegiado, agora ampliado, ficou encarregado de enfrentar os novos desafios abertos em maio. Dentro dessa análise, se sobressai uma das tarefas mais urgentes herdadas da posição colonial: gerar e manter a adesão à nova ordem em regiões muito distantes do centro do poder sediado, agora, exclusivamente em Buenos Aires.

Tendo em vista a problemática levantada, denota-se que a guerra contra os focos dissidentes por parte dos portenhos impôs a necessidade crescente de recrutar homens e recursos materiais para sustentá-la, tanto na capital quanto no vasto território sobre o qual buscava exercer sua autoridade. Daflon conclui: “Para cumprir essa tarefa, não bastava substituir governadores, comandantes e tenentes também era essencial ter um forte apoio entre as elites locais.”<sup>32</sup> Como explica o autor, os

---

<sup>30</sup> O general Cornelio Judas Tadeo de Saavedra y Rodríguez foi um militar e estadista que teve uma participação decisiva na Revolução de Maio, primeiro passo da independência argentina. Saavedra foi o primeiro chefe do Regimento de Patrícios formado após as invasões Britânicas, o qual lhe transformou em uma proeminente figura da política local. Presidiu a Primeira Junta de governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, resultante da mencionada revolução, assim como a Junta Grande na qual se transformou. Saavedra, Cornelio, *Memoria autógrafa*, Ed. Emecé, 1944.

<sup>31</sup> Daflon, 2011, p.48.

<sup>32</sup> Daflon, 2011, p.48.

então ex-colonos buscavam agora uma forma de buscar apoio popular sem o auxílio do poder simbólico da Coroa.

Os autores nos trazem, após essa nova etapa, um importante fato: o novo acordo entre as duas frentes de embate (unitários e federalistas), o Decreto do Grande Conselho de 10 de fevereiro de 1811, por meio do qual foram criados conselhos provinciais e subordinados a Buenos Aires, sendo assim uma tentativa clara e declarada de resposta política a esse problema de soberania que a Junta enfrentava.

É possível compreender que se pretendia, assim, obter a adesão nas cidades do interior e organizar os governos territoriais sob a tutela do conselho contra o centralismo de Buenos Aires. Segundo Donghi o Decreto ordenou a criação de Juntas<sup>33</sup>, conselhos provinciais eletivos de quatro membros nas capitais provinciais e juntas subalternas de dois membros nas cidades ou vilas subordinadas, com direito a ter seu substituto na Junta de Buenos Aires. Os intendentés dos governadores permaneceram como presidentes das antigas juntas provinciais e os comandantes das armas como presidentes dos subordinados.

Ainda sob a mesma ótica Daflon compreende que os poderes reguladores, conferidos a esses órgãos colegiados eram muito limitados: “estes conselhos visavam basicamente garantir a ordem interna em cada jurisdição e recrutar tropas para servir ao exército patriota.”<sup>34</sup> Apesar dessas limitações, a nova disposição foi recebida com entusiasmo na maioria das cidades. Mas deles também se deduzem os conflitos desencadeados em algumas regiões.

Vemos, portanto, nessa dura dualidade de apoio e confrontos, que a ausência da coroa e sua substituição por uma autoridade que invocava uma nova forma de soberania dos povos, parecia aos poucos tornar-se um problema sério. Dessa forma Donghi e Daflon confluem em afirmar 1811 como o ano onde as disputas definitivamente se acirraram.

Entende-se neste ponto que: os acontecimentos de setembro e outubro colocaram em risco a relação de forças entre os representantes de Buenos Aires e das cidades do interior dentro do governo. Em apoio ao presidente do conselho e seu grupo mais próximo, foram outorgadas diversas petições, clamando, entre outros pontos, pela expulsão dos sócios vinculados ao Clube morenista, seu exílio da cidade

---

<sup>33</sup> Daflon, 2011, p.73.

<sup>34</sup> Daflon, 2011, p.49.

de Buenos Aires e a restituição dos poderes militares roubados a Saavedra com o decreto de supressão de honras. Todos estes pontos demonstram a animosidade presente no ambiente político por vias de 1811, o que demonstra um clima de animosidade na capital, sugerindo a necessidade de novas eleições.

Conforme Daflon aponta: após a derrota de Desaguadero<sup>35</sup>, os oponentes dos Saavedristas aproveitaram a ocasião para convocar o conselho aberto que deveria eleger os dois deputados por Buenos Aires ainda não nomeados. Ainda segundo Daflon<sup>36</sup>, a eleição realizada em setembro de 1811, em clima de grande convulsão, se destinava à criação de uma nova autoridade, também colegiada, com apenas três membros. O autor finaliza essa parte de acontecimentos sucessivos em poucos dias: três dias após a eleição, a “concentração de poder” ocorreu quando o Triunvirato se constituiu com os dois deputados eleitos em conselho aberto, Feliciano Chiclana<sup>37</sup> e Juan José Paso e com o mais votado dos representantes da vila, Manuel de Sarratea<sup>38</sup>.

Vemos que tal concentração de poder gerou um conflito com a Grande Junta agora chamada de Conselho Conservador, em que permaneceram os deputados do interior eleitos pelo Cabildo em Buenos Aires. A situação, ainda segundo o autor, dividia os poderes:

*“de acordo com o novo regulamento, o Triunvirato ficava à frente do poder executivo e deveria subordinar sua gestão ao Conselho, agora convertido em*

---

<sup>35</sup> *Desaguadero é um povoado na fronteira entre a Bolívia e o Peru, no qual tem início o rio Desaguadero, sangradouro do lago Titicaca. A Batalha de Huaqui ou Guaqui (em algumas fontes também chamada Yuraicoragua ou Batalha de Desaguadero), foi uma vitória espanhola em uma batalha entre as tropas revolucionárias da Primeira Junta (Buenos Aires) e as tropas monarquistas do Vice-Reino do Peru na fronteira entre o Alto Peru, (atual Bolívia), e o Vice-Reino do Peru em 20 de junho de 1811. Diaz Venteo, Fernando. As campanhas militares do vice-rei Abascal. Sevilha, Escola de Estudos Hispano-Americanos, 1948.*

<sup>36</sup> *Daflon, 2011, p.49.*

<sup>37</sup> *Feliciano Antonio Chiclana foi um advogado, militar e jurisconsulto argentino. PIGNA, Felipe. Los mitos de la historia argentina, 26ª Ed., 2007. Argentina: Grupo editorial Norma.*

<sup>38</sup> *Manuel de Sarratea, foi um diplomata, político e soldado argentino. Ele era filho de Martin de Sarratea (1743-1813), do comerciante mais rico de Buenos Aires e Tomasa Josefa de Altolaquirre. Sua irmã Martina de Sarrateas (1772-1805) casou-se com Santiago de Liniers, vice-rei del Rio de la Plata. PIGNA, Felipe. Los mitos de la historia argentina, 26ª Ed., 2007. Argentina: Grupo editorial Norma.*

*poder legislativo, e como poder legislativo reservou os poderes para declarar guerra e paz, estabelecer impostos, criar tribunais ou empregos desconhecidos e nomear membros do executivo.*<sup>39</sup>

Como observado acima, a nova sanção do regulamento foi devastadora à Junta, pois terminou com seus poderes e, portanto, com sua dissolução. Ainda segundo Daflon, em dezembro, o governo acusou muitos dos deputados que haviam formado a Junta Conservadora de organizar uma conspiração e decretou que eles fossem expulsos para suas respectivas províncias, além disso, a carreira política de Saavedra estava acabando, pois, após esses acontecimentos também foi submetido a confinamento e processos judiciais. Vemos sob essa ótica que o Triunvirato eleito na capital foi erigido ao nível de autoridade suprema, enquanto as províncias ficaram diretamente sem voz; dentro desse universo a conturbada relação entre a capital e o resto das jurisdições tornou-se cada vez mais conflituosa. O poder exercido desde Buenos Aires não escondeu sua vontade centralizadora, enquanto as cidades exigiam representação.<sup>40</sup>

Nesse contexto, se todos concordassem em não voltar à submissão da metrópole, a rebelião teria que ser sustentada pelas armas. Como Donghi e Daflon nos apresentam, a ambígua situação jurídica mantida até então por um governo que havia assumido apenas como depósito da soberania, foi duramente criticada por grupos de oposição.<sup>41</sup> As divisões faccionais na capital se aprofundaram com a criação, em janeiro de 1812, da Sociedade Patriótica, organização secreta que buscava influenciar o governo local. Aqui o sentimento das elites *Criollas* em 1812 é resumido. A opção de declarar a independência da metrópole deixou de ser uma alternativa que só poderia ser discutida em voz baixa, para passar a ser debatida no espaço público. Observando então a maneira como esse fenômeno fora retratado, Daflon observa que a imprensa periódica fazia eco a essa afirmação, estimulada pelo decreto de liberdade de imprensa de 1811.<sup>42</sup> Por outro lado, a única forma legal de sair desse regime provisório era convocar um congresso constituinte que decidiria os

---

<sup>39</sup> Daflon, 2011, p.64.

<sup>40</sup> Daflon, 2011, p.65.

<sup>41</sup> Daflon, 2011, p.70.

<sup>42</sup> Daflon, 2011, p.71.

novos rumos políticos da região, tarefa que tornara-se pauta central nesse novo ciclo.<sup>43</sup>

O congresso foi finalmente convocado apenas em outubro de 1812. Um movimento revolucionário liderado pelos membros da Sociedade Patriótica, apoiadores das ideias de Manuel Moreno (espanhol e ex-funcionário da Coroa responsável pela direção armada da Primeira Junta) desenvolvida para propagar ideais simpatizantes aos proclamados na Revolução Francesa, derrubou a Primeira Junta e formou um novo governo. Segundo Daflon: “O segundo Triunvirato, dominado por tendências mais radicais que proclamaram a necessidade de declarar formalmente a independência, foi o encarregado de convocar o primeiro Congresso Constituinte que se reuniu no Ríó da Prata em janeiro de 1813.”<sup>44</sup>

Assim, em suas primeiras etapas, a Assembleia do ano XIII visava um caminho parecido ao anterior, porém o autor ainda ressalta que este movimento representou grande avanço da revolução. Isso se deve ao fato de ter sancionado a liberdade de imprensa, a liberdade do ventre materno, a extinção do tributo, a mita, a supressão dos títulos de nobreza, e também por ter excluído a fórmula do juramento de fidelidade ao Rei Ferdinando VII:

*“La nueva fórmula de juramento fue novedosa ya la vez conflictiva, Los diputados electos en las ciudades llegaron a Buenos Aires con instrucciones de representar a sus respectivos pueblos, pero una vez abiertas las sesiones del Congreso, el diputado Alvear propuso que todos juraran en nombre de la nación.”<sup>45</sup>*

Como apontado na fala acima, essa nova fórmula de juramento previa já um conceito pouco apontado anteriormente, a Nação. Sob essa ótica, a figura dos deputados deixaria de representar sua cidade ou província para passar a representar essa nação que poucos sabiam como definir. Em meio a tantos conflitos de ordem política, essa nova abordagem tornou-se outra fonte de rugas, pois, muitas cidades julgaram essa constituição como uma subjugação aos seus direitos de representação, e suas autonomias próprias.

---

<sup>43</sup> Daflon, 2011, p.71.

<sup>44</sup> Daflon, 2011, p.72.

<sup>45</sup> Daflon, 2011, p.85.

Ainda sob a mesma problemática, o autor Torcuato Di Tella aponta para uma direção onde é possível mapear esses sujeitos<sup>46</sup>; ambos existiam em dois lados antagônico, em constante embate, aqueles que defendiam uma forma de governo totalizante e centralizada chamados de “*centralistas*”, e de outro, que defendiam uma forma de governo com diversas espécies de autonomia para as cidades, que recebeu o nome de “*tendência federal*.” Para os adeptos ao centralismo, a soberania era única e indivisível, representada no conceito de nação, e a ordem política daí resultante deveria ser de unidade para as províncias do antigo vice-reinado. Isso pressupunha o papel central de Buenos Aires por sua condição de antiga capital do Vice-Reino e por ter sido também a cabeça da revolução iniciada em 1810. Para os adeptos a um governo diverso, a soberania poderia ser parcelada, e teria como principal objetivo colocar todas as cidades em pé de igualdade, uma federação. Como demonstrou José Carlos Chiaramonte:

*“(…) el término “federal” podía referir a un modelo organizativo confederal, similar a la experiencia de las trece colonias norteamericanas que, luego de su independencia en 1776, adoptaron durante unos años un régimen de este tipo, en el que los nuevos estados quedaron unidos bajo un laxo gobierno central con escasas atribuciones referidas, en especial, al manejo de las relaciones exteriores.”<sup>47</sup>*

O que se esperava, segundo o autor, era, portanto, um modelo espelhado no Norte Americano, entretanto, o Congresso do Rio da Prata era dominado pelos grupos portenhos de posição centralista, que controlavam as nomeações do poder executivo, primeiro nas mãos do Triunvirato. Mesmo sob essa ordem, o Governo de Buenos Aires ignorou tal designação, o que trouxe resistência nas áreas rurais da Banda Oriental, sob a liderança de José Gervasio Artigas, ícone do nacionalismo uruguaio que à época sendo militar lutou contra a presença dos ingleses no Prata.

Assim, acompanhando a linha de acontecimentos relacionados à orientação política da região do Prata, Chiaramonte nos aponta o ano de 1813 como período marcado pelo Congresso *Tres Cruces*; Artigas reconheceu a Assembleia Geral Constituinte, mas, com certas condições: elevar a representação dos orientais a seis deputados e respeitar na futura Constituição uma forma de governo do tipo confederado, em que cada província poderia manter sua soberania particular,

---

<sup>46</sup> Di Tella, 2010, p. 56.

<sup>47</sup> Chiaramonte, 2010, p. 119.

delegando apenas alguns poderes ao poder central. A Assembleia, entretanto, rejeitou os poderes dos deputados orientais, que ficaram sem representação. Em 1814, Artigas rompeu definitivamente com Buenos Aires e começou a expandir seu poder e influência sobre Santa Fé, Misiones, Corrientes, Entre Ríos e Córdoba, aumentando sua influência em locais importantes antes da ascensão portenha, o conflito civil se acirrava conforme seu lado mais fraco se fortalecia.

O tamanho das discordâncias aumentava conforme as disputas levantadas anteriormente, na região da Mesopotâmia Argentina se encerravam, e Artigas tornava-se maioria; essa perda de soberania é extremamente relevante para compreender como a situação vigente no país. Essa era uma região com a longa extensão de terra com focos de povoação espaçados, e diversas disputas ligadas a regiões que construía sua própria noção de nacionalidade nos conflitos pós 1810. Esse sentido de pertencimento a uma terra que disputava a soberania nacional com o governo no comando foi destaque nos trabalhos do autor Guilherme Wilde<sup>48</sup>. Dentro dessa região o poder tomava novas formas, e a terra onde a negociação de limites e espaços era constante, assim como os conflitos, passam a fazer parte dessa fórmula para o resto do que viria a ser a Argentina. Esse conceito será melhor trabalhado mais a frente, porém, o importante é observar que: devido aos conflitos exibidos desde 1810, o local havia apontado sua obediência à junta Regencial, ou seja, à Coroa espanhola, o que dinamizava ainda mais a forma como tratavam a lealdade à Junta e agora ao novo Triunvirato, movendo o conflito a um nível de entendimento impossível.

Ainda segundo Chiaramonte<sup>49</sup>, em abril de 1815, a queda da Assembleia devido aos conflitos armados, encerrou também a primeira experiência constitucional. Dessa forma, a Assembleia do ano XIII não cumpriu as suas funções principais: declarar a independência e ditar uma constituição e pôs em evidência os problemas herdados da crise da monarquia. E como ainda cita o importante historiador Tulio Halperin Donghi, a independência não foi declarada devido à “mudança radical da situação na Península Ibérica”<sup>50</sup>, resultado de fenômenos cruciais da época: a crescente retirada das forças napoleônicas no início de 1814, a restauração de Fernando VII ao trono e a disseminação de um clima político muito mais conservador

---

<sup>48</sup> *Carvalho, 2014, p. 59.*

<sup>49</sup> *Chiaramonte, 2010, p. 126.*

<sup>50</sup> *Donghi, 1982, p.73.*

por toda a Europa. Por outro lado, o autor deixa claro que as guerras travadas em solo americano não permitiam maior otimismo pois o caminho ainda se mostrava longo e repleto de percalços.

Como apresentado por Donghi<sup>51</sup> em relação a 1815, o autor aponta como os conflitos eram a nova língua falada pelos governantes, com os diversos confrontos que eclodiram subsequentemente; para alguns foi necessário resistir, que até então estava sendo feito, para outros era inevitável requisitar auxílio de alguma potência estrangeira. Carlos María Alvear, eleito segundo Diretor do que posteriormente seriam as Províncias Unidas do Rio da Prata, acreditava que só se poderia pensar na Grã-Bretanha como aliada, já para José de San Martín, grande herói das guerras de independência, a solução estava em uma operação que permitiria a uma série de conquistas militares sobre os espanhóis. Eram claramente concepções diferentes do destino imaginado à nova nação, e cada uma mobilizou fortes setores de opinião por trás dela. Enquanto San Martín conseguiu alguma autonomia para preparar em Cuyo sua problemática expedição ao Chile e ao Peru, Alvear deu início a sutis escaramuças diplomáticas com o objetivo de obter ajuda inglesa independentemente do preço, ainda segundo Donghi, aqueles que não compartilharam suas opiniões foram os maioria e especialmente nas demais províncias. Artigas liderou a resistência e a Mesopotâmia Argentina logo caiu sob sua influência política.<sup>52</sup>

Ainda sob a mesma ótica da historiografia apontada, como resposta ao que Artigas propunha, as cidades do interior não esconderam sua animosidade contra Buenos Aires, e segundo Daflon<sup>53</sup> em 3 de abril se levantaram a favor do Militar Uruguaio.

A revolução federal, entretanto, falhou; mas mesmo assim demonstrou a impotência do governo de Buenos Aires em coibir por levantes e insurgências, o que atestava diretamente a um motivo: Ainda não existia hegemonia na região, e, portanto, disputas eram parte da linguagem ainda compreendida pela população. A partir de então, o autor confirma que as cidades do interior começaram a se tornar uma questão mais urgente por estes problemas apontados.

---

<sup>51</sup> Donghi, 1982, p.73.

<sup>52</sup> Donghi, 1982, p.88.

<sup>53</sup> Daflon, 2011, p.72.

Dentro da problemática das outras províncias vinha uma questão ainda não comentada, mas que mudava rapidamente os rumos do poder: A riqueza. Fundamental cada vez mais para bancar os conflitos, essa vertente via o gado, que se acumulava nas grandes fazendas, passaram a ser contados aos milhares de cabeças exportáveis. Buenos Aires arrecadava importantes receitas que contribuíram para acentuar as diferenças que a separavam das demais províncias. Em confluência com isso na mesopotâmia argentina, aos poucos, as cidades do interior aderiram à causa do *federalismo*, a qual os latifundiários presentes nestes locais representavam grande força, e portanto, esperavam grandes vantagens; visando retomar sua influência no setor econômico e frear o avanço de Buenos Aires sobre o setor agropecuário.

Segundo Donghi<sup>54</sup>, logo que chegaram a Tucumán, constituíram uma assembleia em março de 1816 sob pressão de José de San Martín, que ocupava o cargo de Governador Intendente em Cuyo e preparava um exército para cruzar os Andes, avançando sobre os espanhóis. O Congresso decidiu o destino da nova nação antes dessa investida e, segundo o autor, em 9 de julho: "a vontade unânime e indubitável dessas províncias de romper os laços violentos que os ligavam aos reis da Espanha"<sup>55</sup>, tendo como objetivo recuperar os direitos de que eram "despojados e se investirem no alto caráter de nação livre e independente do rei Fernando VII"<sup>56</sup>. Com essa declaração vê-se que a os próprios deputados representantes dessa herança colonial juraram defender a independência e deliberadamente acrescentaram na fórmula do juramento que se oporiam a "qualquer outra dominação estrangeira"<sup>57</sup>, interrompendo assim os esforços em favor de um protetorado inglês.

Vê-se que dentro da realidade de disputas pela hegemonia da Região do Prata que vinha se desenvolvendo desde 1810, as potências estrangeiras ainda buscavam manter sua influência na região. Sob essa ótica de soberania em que os impérios europeus se enfrentavam, as colônias voltaram a ser um constante objeto de disputa.

---

<sup>54</sup> Donghi, 1982, p.89.

<sup>55</sup> Donghi, 1982, p.89.

<sup>56</sup> Donghi, 1982, p.89.

<sup>57</sup> Donghi, 1982, p.90.

Assim em janeiro de 1817, os portugueses ocuparam Montevidéu e forçaram os insurgentes da Banda Oriental a recuar.

O final do conflito estava, portanto, definido. Segundo Donghi, neste ponto em 1817<sup>58</sup>, San Martín havia terminado seus preparativos militares em Cuyo e iniciou sua temerária operação de cruzar a Cordilheira dos Andes com um grande e bem armado exército. Já dentro do insurgente país, a situação se deteriorava, Entre Ríos e Santa Fé, seus habitantes aceitaram a autoridade de Artigas e desafiaram Buenos Aires. Daflon pontua “Poucos dias mais tarde San Martín triunfou novamente sobre os espanhóis na planície de Maipú, garantindo a independência do Chile.”<sup>59</sup> O autor segue ao complementar trazendo que essas vitórias, no entanto, não contribuíram para fortalecer o governo de Buenos Aires porque San Martín, fiel à sua missão, estava decidido a não participar com suas tropas na guerra civil.

Ainda segundo Donghi e Daflon: as tropas rebeldes dirigiram-se a Buenos Aires em outubro de 1819 e o Diretório não hesitou em solicitar a ajuda do general Lecor, chefe das tropas portuguesas e visconde a serviço do império brasileiro, que ocupavam Montevidéu. O diretor geral José Rondeau recorreu à mobilização das milícias e enfrentou as tropas rebeldes e brasileiras do litoral no desfiladeiro de Cepeda e em 1º de fevereiro de 1820 sua derrota fora definitiva.

Esse marco aponta para a direção desejada, a crise havia chegado a uma decisão. Segundo Daflon<sup>60</sup> os vencedores exigiram o desaparecimento do poder Central, a dissolução do Congresso e a plena autonomia das províncias. Diante do fato consumado, o diretor Rondeau renunciou. Também Buenos Aires se constituiu como uma província independente e seu primeiro governador, Manuel de Sarratea, era diplomata e soldado que participara dos conflitos aliado aos triunviratos. Este, então, ainda assinou em 23 de fevereiro de 1820 com os chefes triunfantes o tratado de Pilar, no qual se admitia a necessidade de organizar um novo governo central, mas entendia o vencimento do que até então existia em Buenos Aires.

---

<sup>58</sup> Donghi, 1982, p.90.

<sup>59</sup> Donghi, 1982, p.78.

<sup>60</sup> Donghi, 1982, p.80.

A federação deveria ser o princípio político do novo regime, mas, segundo Torcuato Di Tella<sup>61</sup>, o princípio econômico fundamental deveria ser a livre navegação dos rios Paraná e Uruguai.<sup>62</sup> Assim se definiu a situação econômica entre a Alfândega de Buenos Aires e as províncias do litoral, cujos fazendeiros aspiravam a compartilhar as possibilidades econômicas oferecidas pela exportação de peles, sebo e carne seca. Como afirma o autor: “Com o tratado de Pilar terminou a fase das Províncias Unidas sob a tutela de Buenos Aires.”<sup>63</sup>.

O Tratado do Pilar, segundo Daflon, foi o pacto assinado em 23 de fevereiro de 1820, entre Manuel de Sarratea, representante pela província e cidade de Buenos Aires e dois dos *caudilhos* da Liga Federal: Estanislao López (Província de Santa Fé) e Francisco Ramírez (Entre Rios). O pacto foi assinado após a derrota das tropas unitárias (forças que representavam os unitários), na primeira Batalha de Cepeda (em 1 de fevereiro de 1820). O Tratado estabelecia que as Províncias eram reconhecidas como parte de um país futuro, que devia ser dada uma constituição federal e um governo central. Aqui Donghi<sup>64</sup> define o Tratado do Pilar como: o primeiro pacto preexistente ao que se refere o preâmbulo da Constituição Nacional. Nesse ponto, o período que ocorria uma tentativa de união a partir da estrutura do antigo vice-reinado sessa com esse marco; após 1820 outra fase importante é introduzida, o tempo da desunião das províncias, durante o qual grupos regionais, grupos econômicos e grupos ideológicos se oporiam a seus pontos de vista para encontrar uma nova fórmula de construir uma unidade nacional.

---

<sup>61</sup> Donghi, 1982, p.45.

<sup>62</sup> Donghi, 1982, p.80.

<sup>63</sup> Donghi, 1982, p.80.

<sup>64</sup> Donghi, 1982, p.90.

### 1.3 As Guerras Cívicas e as Novas Tratativas sobre o Território do Prata

Até o momento foi realizado um levantamento sobre a Revolução de maio de 1810 e dentro desse panorama, alguns pontos precisam ser retomados; esse movimento removeu e expulsou o vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros<sup>65</sup> e proclamou, depois de um Cabildo Aberto<sup>66</sup>, o primeiro governo formado por *criollos* nas Províncias Unidas do Río da Prata, denominado “Primeira Junta”. Primeira, pois, entre 1810 e 1820, se sucederam duas juntas de governo, dois triunviratos e um Diretório, demonstrando a instabilidade e a falta de um modelo a seguir na Região Cisplatina. Dessa forma, é possível identificar que nesse período a principal preocupação dos governos era se consolidar na ordem interna, e enfrentar a resistência dos exércitos monarquistas na América. Conforme as revoluções avançavam, outras províncias se libertavam e uniam-se ao novo Estado. Dentro desse contexto de libertação em 1816, a independência das Províncias Unidas da América do Sul foi declarada no Congresso de Tucumán.<sup>67</sup>

Nesse momento, o futuro se mostrava incerto por diversos motivos e é importante ressaltar se dava por diversos aspectos, porém, importante ressaltar que

---

<sup>65</sup> Baltasar Hidalgo de Cisneros de la Torre foi um militar da marinha espanhola, chegando ao posto de Almirante, e administrador colonial. Participou na Batalha de Trafalgar em 1805, como Contra-Almirante, ao comando do navio de linha de 1ª categoria Nuestra Señora de la Santísima Trinidad, e fez parte da resistência contra a invasão de 1808 de Napoleão Bonaparte. Em julho de 1809, foi nomeado para Vice-Rei do Río da Prata, substituindo Santiago de Liniers. Renunciou em 25 de maio de 1810 (Revolução de Maio) por um grupo de líderes de Buenos Aires que pretendiam um governo independente para as colônias da América do Sul. PIGNA, Felipe. *Los mitos de la historia argentina*, 26ª Ed., 2007. Argentina: Grupo editorial Norma.

<sup>66</sup> Cabildo era uma corporação municipal instituída na América Espanhola durante o período colonial que se encarregava da administração geral das cidades coloniais. Era o órgão que dava representatividade legal à cidade, através do qual os habitantes resolviam os problemas administrativos, econômicos e políticos do município. Oxford Dictionary, 2019.

<sup>67</sup> Daflon, 2011, p.81.

nesse início, as rivalidades das elites que assumiram a vanguarda se sobressaíam. Segundo Daflon<sup>68</sup>, antes de 1820, unitaristas e federalistas lutaram pelo governo e pela economia do país em uma série de guerras civis.

Com a Batalha de Cepeda<sup>69</sup>, importante triunfo para o lado federalista, o Período de Autonomias Provinciais teve seu início, dando origem a uma fase de união entre as províncias, mantida essa graças a uma rede de tratados interprovinciais definidos e negociados. Como apontado anteriormente por Daflon, a união nacional parecia caminhar a passos largos, porém o autor nos traz o fator central em que somente na província da Banda Oriental prevaleceram circunstâncias desfavoráveis à sua permanência no seio da comunidade, como apresentado no item anterior, em que a província demonstrava traços rebeldes em relação à administração Portenha.

Ainda segundo Donghi<sup>70</sup>: após 1820, como já esperado, a Banda Oriental foi anexada a Portugal (posteriormente ao Império do Brasil em 1822). Neste contexto, após tantos conflitos e uma mudança comercial profunda, o governo deveria apelar à cobrança de contribuições, primeiro, voluntárias e depois forçadas, e aos empréstimos a particulares, tanto em Buenos Aires como nas várias regiões afetadas pelo empreendimento de guerra, a fim de manter sua hegemonia perante seus concorrentes. Dentro desse contexto as hierarquias sociais começam a sofrer certos deslocamentos, alterando a realidade de poderes na nação insurgente. Em algumas das famílias mais abastadas a situação se manteve, porém, outras encontraram na revolução a oportunidade de construir sua própria carreira política. Os grupos economicamente dominantes, especialmente os de alto comércio, também foram afetados, ao mesmo tempo, isso levou ao colapso do comércio tradicional.

A declaração de livre comércio obrigou muitos a se adaptarem às novas condições ou a serem condenados à ruína. Nesse cenário, destaca-se Buenos Aires, mesmo em uma fase de influência reduzida; a capital encontrava-se desenvolvendo,

---

<sup>68</sup> Donghi, 1982, p.93.

<sup>69</sup>A Batalha de Cepeda de 1859 ocorreu em 23 de outubro na Cañada de Cepeda, Santa Fé, Argentina. O exército da República da Confederação Argentina, liderado pelo Federal Justo José de Urquiza derrotou as forças do Estado de Buenos Aires, lideradas pelo Unitário Bartolomé Mitre. MAESTRI, Mario. *Mar del Plata: Dominação e Autonomia no Sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai (1810-1864)*.

<sup>70</sup> Daflon, 2011, p.81.

dentro de suas fronteiras provinciais, um programa seu que englobava toda a nação. Esse é considerado, na historiografia, um período de paz e progresso que durou até maio de 1824. O triunfo da revolução liberal de Riego na Espanha<sup>71</sup>, que garantiu a independência, favoreceu as possibilidades de uma política iluminada que encontrou no ministro do governo, Bernardino Rivadavia<sup>72</sup>, principal membro do Triunvirato, um brilhante executor.

Dentro desse clima de rivalidade, foi promulgada uma lei eleitoral importante, Donghi aponta: com essa o governo consagrou o princípio do sufrágio universal, aboliu o Cabildo e reorganizou a administração da justiça. Todas medidas

---

<sup>71</sup> Com raízes na Constituição de Cádiz (1812), esta Revolução de 1820 levou ao poder os liberais que tinham sido perseguidos por Fernando VII quando do seu retorno do exílio em França. Portugal foi nesta fase um dos refúgios eleitos pelos liberais espanhóis, como foi o caso do general Francisco Javier Cabanes, que procuraram apoios para os seus ideais revolucionários. A 1 de janeiro de 1820 o general Riego e as suas tropas conseguiram impor o regime constitucional de 1812, contra o absolutismo de Fernando VII. Assim, a Constituição foi reposta e medidas como a venda das propriedades monásticas e conventuais foram tomadas. Os liberais, maioritariamente burgueses radicais e progressistas, apoiaram-se no corpo militar e tiveram uma grande oposição por parte dos conservadores, liderados por Francisco Martínez de la Rosa, que pretendiam uma Constituição que outorgasse mais direitos ao rei e às classes superiores, além de o fator maior de descontentamento fossem as medidas tomadas contra a Igreja. Também as classes inferiores estavam descontentes com as medidas fiscais do novo governo e da alteração de estatuto da Igreja. Esta revolução alastrou-se depois às colónias espanholas, onde os ideais libertários do Liberalismo e de igualdade e emancipação dos povos estavam cada vez mais impregnados nas sociedades coloniais, principalmente entre os mais cultos e letrados, que tinham estudado na Europa, onde beberam essas influências. CHIARAMONTE, José Carlos. *Raíces históricas del federalismo latinoamericano*. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.

<sup>72</sup> Bernardino de la Trinidad González Rivadavia y Rivadavia, foi o primeiro presidente da Argentina, de 8 de fevereiro de 1826 a 27 de junho de 1827. Romero, p.42. Forte defensor de um governo central e unitário para o país (ideia chamada de unitarista), Rivadavia frequentemente enfrentou forte resistência dos federalistas, que desejavam maior autonomia para as províncias. Em 1826, Rivadavia foi eleito o primeiro presidente da Argentina. Durante seu governo criou diversos museus e expandiu a biblioteca nacional. Seu governo enfrentou diversos problemas, decorrentes da Guerra da Cisplatina, que ocorria com o Brasil, pela posse da Província Cisplatina, atual Uruguai, além de rebeliões provinciais. A guerra que ocorria com o Império do Brasil enfrentava um impasse, sem conquistas expressivas de nenhuma parte. PIGNA, Felipe. *Los mitos de la historia argentina*, 26ª Ed., 2007. Argentina: Grupo editorial Norma.

provenientes dessa reforma liberal, parte da herança das reformas na Espanha; essa nova diretriz buscava um novo relacionamento com a economia e a modernização, a forma como o governo adotou a ótica das terras públicas, como comenta o autor José Luiz Romero<sup>73</sup>, aponta as diretrizes sobre as quais, as reformas agrárias e a influência de Rivadavia buscavam:

*“Grandes extensiones de tierras pertenecientes al Estado solían entregarse a particulares influyentes. Rivadavia elaboró un plan para otorgarlas, según el sistema de la enfiteusis, a pequeños colonos que quisieran radicarse en ellas y explotaras mediante el pago de una reducida tasa de acuerdo con su valor. Así debían incorporarse a la explotación agrícola —en manos de pequeños productores.”<sup>74</sup>*

Como o autor aponta na passagem anterior, Rivadavia elaborou a distribuição de terras a pequenos proprietários de terras que habitavam regiões próximas a Buenos Aires, o que significava, no contexto de mudanças liberais na década de 1820, a formação de uma nova parcela da sociedade. Esses cidadãos representavam então a formação do que se entendia por povo Argentino.

Na nova situação internacional vivenciada em todo o ocidente, Portugal, Brasil, Estados Unidos e depois Inglaterra reconheceram a independência das Províncias Unidas no Rio da Prata, e estabeleceram relações que permitiram o desenvolvimento do comércio exterior. Ainda segundo Romero, esse reconhecimento era uma das preocupações do governo, que culminou em campanhas dedicadas à pecuária. Romero continua<sup>75</sup>, ao apontar ao fato de que nas cidades procurou-se atrair técnicos para o desenvolvimento de algumas indústrias, criando os instrumentos necessários ao desenvolvimento da economia:

*“um Banco de Desconto, uma Bolsa de Valores e um conjunto de medidas de captação de capitais e obtenção de empréstimos; em 1824, a casa dos Baring Brothers em Londres concedeu ao governo argentino um milhão de libras esterlinas.”<sup>76</sup>*

Por fim, ao mesmo tempo que se tomavam medidas em relação à criação de um mercado consumidor, animais de raça pura foram introduzidos para serem

---

<sup>73</sup> Romero, 2009, p.42.

<sup>74</sup> Romero, 2009, p.42.

<sup>75</sup> Romero, 2010, p.43.

<sup>76</sup> Daflon, 2009, p.85.

cruzados com gado criollo e sementes para melhorar as colheitas, o que visava uma produção especializada. Daflon continua ao observar a criação de uma política social e educacional:

“A criação da *Sociedad* de Beneficência preencheu uma lacuna na vida da cidade e na campanha, onde as escolas primárias se multiplicaram e devido a aplicação do método de educação mútua tornou-se possível superar as limitações de recursos. Para o ensino médio, estimulou e modernizou o Colégio da União do Sul, cujos planos de estudos incorporavam disciplinas científicas, a exemplo dos países mais desenvolvidos. Fundou também uma faculdade de agricultura e um museu de ciências naturais; trouxe instrumentos de física e química da Europa e como culminação de seu trabalho educacional criou a Universidade de Buenos Aires, inaugurada em 12 de agosto de 1821.”<sup>77</sup>

Este desenvolvimento repentino e dispendioso citado fez parte de um trabalho intenso e variado, precisando de apoio de um setor intelectual vigoroso, mas minoritário. Ainda segundo o autor, o grupo foi chefiado por Julián Segundo de

---

<sup>77</sup> Daflon, 2009, p.85.

Agüero<sup>78</sup>, além do poeta Juan Cruz Varela<sup>79</sup>, Esteban Deuca<sup>80</sup>, Manuel Moreno<sup>81</sup>, Antonio Sáenz<sup>82</sup>, Juan Crisóstomo Lafinur<sup>83</sup>, Diego Alcorta<sup>84</sup>, Cosme Argerich<sup>85</sup>, todos

---

<sup>78</sup> Estudou no Real Colégio de San Carlos e obteve uma licenciatura em filosofia e teologia, bem como doutorado em direito, na Universidad Mayor Real y Pontificia San Francisco Xavier de Chuquisaca. De volta a Buenos Aires, recusou-se a exercer a função de padre e foi contratado pela Corte Real de Buenos Aires. Por volta de 1805 retomou a vida religiosa; Era padre da Catedral de Buenos Aires quando estourou a Revolução de Maio: foi convidado para a prefeitura aberta em 22 de maio, 1 mas desistiu sem votar. Era um grande orador, persuasivo e de voz agradável. Ele não participou da política nem se comprometeu com a causa da Revolução até que foi sua vez de fazer um discurso público em 25 de maio de 1817 na Catedral. Esse discurso chamou a atenção da liderança do partido, que se juntou a ele em sua causa por causa de sua capacidade de oratória. Mayo de 1810. Actas del Cabildo de Buenos Aires, con estudio preliminar de Isidoro Ruiz Moreno, Ed. Claridad, Bs. As., 2009.

<sup>79</sup> Após graduar-se em Teologia em 1817 na cidade de Córdoba, iniciou os estudos de Direito que nunca terminou. Durante seus anos de estudante escreveu algumas poesias eróticas e satíricas, bem como poemas épicos sobre a campanha de José San Martín no Chile e a Batalha de Maipú. Voltou a Buenos Aires em 1818 e dedicou-se a publicar algumas poesias na imprensa. Era amigo de Santiago Rivadavia, figura política da época da independência argentina. A partir de 1821 foi deputado da província de Buenos Aires, apoiando na Câmara dos Deputados e na imprensa as reformas liberais realizadas pelo Ministro Bernardino Rivadavia. Foi editor de vários jornais, incluindo El Centinela (1822-1825), El Porteño, El Pampero e El Tiempo. Cutolo, Vicente (1968-1985). Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.

<sup>80</sup> Estudou no Real Colégio de San Carlos e obteve uma licenciatura em filosofia e teologia, bem como doutorado em direito, na Universidad Mayor Real y Pontificia San Francisco Xavier de Cuquisaca. De volta a Buenos Aires, recusou-se a exercer a função de padre e foi contratado pela Corte Real de Buenos Aires. Por volta de 1805 retomou a vida religiosa; Era padre da Catedral de Buenos Aires quando estourou a Revolução de Maio: foi convidado para a prefeitura aberta em 22 de maio, 1 mas desistiu sem votar. Era um grande orador, persuasivo e de voz agradável. Ele não participou da política nem se comprometeu com a causa da Revolução até que foi sua vez de fazer um discurso público em 25 de maio de 1817 na Catedral. Esse discurso chamou a atenção da liderança do partido, que se juntou a ele em sua causa por causa de sua capacidade de oratória. Cutolo, Vicente (1968-1985). Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.

<sup>81</sup> Manuel Moreno nasceu em Buenos Aires em 1781, e estudou no "Real Colegio de San Carlos". Começou a trabalhar no governo colonial em 1800 e juntou-se a seu irmão Mariano Moreno em sua missão em Londres. No entanto, Mariano morreu a bordo do navio, o que inspirou Manuel a escrever uma biografia da sua vida. Escreveu-os rapidamente, para poder publicá-los em Londres, e usou-os como força para promover a Revolução na Europa. Ele retornou em 1813 e foi nomeado secretário de Estado pelo Segundo Triunvirato. Em 1817, ele foi preso e banido para os Estados Unidos, onde se

---

formou em medicina na universidade de Maryland. Voltou em 1821 e trabalhou na Biblioteca Pública, e acredita-se que tenha sido a primeira pessoa a ensinar química em Buenos Aires. Mais tarde, ingressou no Legislativo, onde ocupou o cargo por vários mandatos. Ele representou a Banda Oriental na Assembléia Constituinte de 1824 e apoiou a promulgação de um governo federalista. Moreno foi eleito Membro Honorário Estrangeiro da Academia Americana de Artes e Ciências[1] e membro da American Antiquarian Society em 1825. Cutolo, Vicente (1968-1985). Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.

<sup>82</sup> Antonio Sáenz foi um estadista, educador e clérigo argentino. Foi representante no Congresso de Tucumán de 9 de julho de 1816, que declarou a Independência da Argentina. Foi o primeiro reitor da Universidade de Buenos Aires. Cutolo, Vicente (1968-1985). Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.

<sup>83</sup> Ele era filho de um administrador colonial nascido na Itália e uma rica herdeira crioula. Ele estudou no Royal College of San Carlos em sua cidade natal e dedicou-se ao comércio em sua juventude. Durante as Invasões Inglesas alistou-se no 3º esquadrão do Corpo Patrício e foi eleito oficial. Ingressou na Escola de Matemática formada por Belgrano e dependente do Consulado do Comércio, onde aprendeu o ofício de artilheiro militar, mas também a arte de fazer canhões, munições, pólvora e fuzis. Ele se destacou na fabricação de um modelo especial de fuzil copiado daqueles usados pelo 71º Regimento de Escoceses, que havia sido o corpo principal da primeira invasão inglesa. Nessa época começou a publicar poemas e marchas patrióticas nos jornais de sua época. Ele era amigo de outro jovem poeta, Vicente López y Planes. Casou-se com uma mulher rica e ativa, que mais tarde seria uma das fundadoras da Sociedade Benéfica junto com Mariquita Sánchez de Thompson. Em maio de 1812 compôs uma Marcha Patriótica, em estilo neoclássico e métrica curta, que foi cantada como canção nacional. No entanto, um ano e meio depois, a Assembleia Constituinte oficializou como Hino Nacional Argentino outra Marcha Patriótica, de seu amigo Vicente López, Poeta de inspiração neoclássica, foi autor, entre muitas outras, das odes Canção de despedida do 9º regimento, em sua partida para o Peru, em 1814, À vitória de Maipo, À liberdade de Lima, À morte de Belgrano, Ao povo de Buenos Aires. Cutolo, Vicente (1968-1985). Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.

<sup>84</sup> Diego Alcorta foi um médico, psiquiatra, filósofo e professor argentino. treinamento no Colegio de la Unión del Sur. Na cadeira de Filosofia teve Juan Crisóstomo Lafinur como professor e Avelino Díaz em Matemática. Iniciou seus estudos em Medicina em 1823; Teve como professores Cosme Mariano Argerich na cadeira de Nosografia, Francisco de Paula Almeyra em Anatomia e Fisiologia, Juan A. Fernández em Instituições Médicas e Francisco Rivero em Clínica Médica e Cirúrgica. Em 1824, juntamente com outros estudantes, fundou a "Elemental Society of Medicine" da qual foi seu presidente e na qual seus membros expuseram trabalhos sobre questões médicas. Alfredo G. Kohn Loncarica; Federico Pégola Bicentenario del nacimiento de Diego Alcorta, primer pensador filosófico argentino. Médicos y Medicina en la historia. 2002.

membros da Sociedade Literária<sup>86</sup>, cujos pensamentos expressaram dois jornais, El Argos<sup>87</sup> e La Abeja Argentina.<sup>88</sup>

---

<sup>85</sup> Nascido em Buenos Aires, tornou-se o primeiro oficial a ser nomeado Cirurgião Geral do Exército Argentino. Obteve seu doutorado em medicina em 1783 pela Universidade de Cervera, na Espanha, e depois praticou medicina em Barcelona até 1784. Retornando à Argentina naquele mesmo ano, foi fundamental para conter as epidemias de varíola de 1794 e 1796, tornando-se o principal defensor do país para imunização popular. Durante as tentativas de invasão inglesa de 1806 e 1807, distinguiu-se na prestação de cuidados médicos aos soldados feridos. Como cidadão notável de Buenos Aires, participou dos debates que levaram à Revolução de Maio, de 18 a 25 de maio de 1810. Foi o principal proponente do Instituto Médico Militar do país, fundado em 13 de março de 1813. Nesse mesmo ano, ele foi nomeado diretor da organização, cargo que ocupou até sua morte em 1820, supervisionando a principal instalação de treinamento médico do país. Ele também foi comissionado no Exército Argentino como cirurgião, e foi responsável por treinar e estabelecer um corpo médico para a força expedicionária do General José de San Martín ao Chile que exigia a travessia da Cordilheira dos Andes (uma vitória militar inspirada em Aníbal, instrumental para garantir a independência do país da Espanha). Cutolo, Vicente (1968-1985). Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.

<sup>86</sup> A Sociedade era originalmente composta por doze membros que mais tarde cresceram para vinte e cinco, e em suas reuniões, a política era debatida e obras jurídicas, literárias e filosóficas eram lidas. Tinha representantes fora de Buenos Aires, como Tomás Godoy Cruz e Remigio Castellano em Mendoza, Joseph Redhead em Salta, José Molina em Tucumán e Camilo Henríquez no Chile. A adição de membros estrangeiros, incluindo o Coronel Duane, editor do "Philadelphia Dawn", e Joseph Laws de Paris, foi bem-vinda. Bernardino Rivadavia, então o mais importante dos ministros do governo, deu seu apoio pessoal ao grupo e ajuda financeira do governo. Cutolo, Vicente (1968-1985). Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.

<sup>87</sup> O Argos de Buenos Aires foi um dos jornais mais importantes que foram impressos na cidade de Buenos Aires durante a década de 1820. Para isso, consideramos importante analisar não apenas as linhas públicas, mas também tentar reconstruir a arte de fazer publicações periódicas na década de 1820. José Luis Boquete, en "Tesoros de la hemeroteca", encuentro de bibliotecarios realizado en la Biblioteca Nacional Argentina el 10 de septiembre de 2009

<sup>88</sup> Em 15 de abril de 1822, apareceu La Abeja Argentina, a primeira revista literária do Río de la Plata. Os clubes e cafés de Buenos Aires foram desde o início lugares de artistas, revolucionários e políticos. No início de 1822, formou-se um grupo conhecido como Sociedade Literária, composto por vinte e cinco membros, sob a inspiração de Julián Agüero e do qual também faziam parte Deán Gregorio Funes, Antonio Sáenz e Manuel Moreno. A sociedade pretendia difundir a cultura em nível popular com base no princípio de que a informação era uma forma de defesa do país recém-nascido. Na seção de variedades desta publicação, divulgou descobertas, histórias, anedotas e biografias; também publicou

Aqui é apresentado um período de rápido crescimento intelectual e material<sup>89</sup>, “a capital já ultrapassava 55.000 habitantes e mantinha contato permanente com a Europa através de seu porto.”<sup>90</sup> As províncias do interior, por outro lado, só tinham algumas cidades importantes e pouca era aquela burguesia que buscava prosperar além da fundamental atividade agrícola em que eram recrutadas as minorias locais. Sob esse aspecto, Romero complementa a afirmação ao citar como exemplo, os ambientes das cidades provinciais, e principalmente o das áreas rurais, resistiram às investidas de cunho iluminista. Como exemplo, o autor ainda nos traz a seguinte colocação: “Para se opor a Rivadavia, Juan Facundo Quiroga hasteava uma bandeira negra em La Rioja, com a inscrição "Religião ou morte"”<sup>91</sup>. Demonstrando que mesmo com os avanços em direção a um iluminismo europeu, os conflitos ainda persistiam sob uma forma muito parecida.

No entanto, Daflon e Romero observam uma mesma situação: manifestou-se vigorosamente a ideia da existência indiscutível de uma comunidade nacional acima das diferenças provinciais e, como forma de dialogar, fora proposta a realização de um congresso nacional em Buenos Aires. As sessões foram inauguradas em 16 de dezembro de 1824, que pôs fim ao domínio espanhol na América, onde o problema candente era encontrar a fórmula para reconstituir a nação, e o conflito latente com o Brasil<sup>92</sup> tornava mais urgente encontrá-la para poder opor uma frente única à esperada ofensiva do imperador brasileiro.

---

*observações meteorológicas para o mês com a ideia de que “forasteiros” conhecem nosso clima; mas o principal interesse era a divulgação de notícias políticas a nível nacional e internacional. Em 15 de julho de 1823 foi publicado o último número, um total de 15 números foram publicados. José Luis Boquete, en "Tesoros de la hemeroteca", encuentro de bibliotecarios realizado en la Biblioteca Nacional Argentina el 10 de septiembre de 2009.*

<sup>89</sup> Romero, 2009, p.44.

<sup>91</sup> Romero, 2009, p.44.

<sup>92</sup> A Guerra da Cisplatina foi um conflito travado pelo Império do Brasil contra as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) pelo controle da Cisplatina, região que atualmente conhecemos como Uruguai. Essa foi a primeira guerra de que o Brasil participou como nação independente e estendeu-se de 1825 a 1828. O resultado do confronto foi desastroso para o Brasil, que, além de perder a Cisplatina, teve de amargar uma intensa crise econômica. José Luis Boquete, en "Tesoros de la

A essa nova concepção nacional proveniente da reforma iluminista, unia-se a invocação dos portenhos e das populações dos outros territórios cisplatinos, fazendo parte dessa nova linguagem aparece um novo repertório de termos ligados a essa união em torno de um ideal, um longo percurso trouxe concepções novas a um dicionário político muito bem estabelecido. Como é o caso de termos já citados anteriormente, por diferentes autores, tendo como exemplo três conceitos que se sobressaem: soberania popular<sup>93</sup>, retroversão da soberania<sup>94</sup> e identidades territoriais.<sup>95</sup>

No primeiro e no segundo termo, as identidades se configuraram em torno da nova liberdade conquistada contra o despotismo espanhol, já no terceiro a situação é mais problemática, pois se cruzavam sentimentos de pertencimento a uma comunidade, assim como demandas por autonomia política.<sup>96</sup> A questão era, portanto, mais complexa, no sentido de englobar todos os sentimentos acima citados, pois, os

---

*hemeroteca", encuentro de bibliotecarios realizado en la Biblioteca Nacional Argentina el 10 de septiembre de 2009*

<sup>93</sup> *O Estado moderno, como uma obra histórica e política, tem sua percepção conceitual inferida, em geral, segundo uma apreensão do conceito de poder. Trata -se, no caso, de um poder soberano, ou seja, segundo a célebre fórmula latina, superiorem non recognoscens. Tal compreensão, definida pelos homens a partir da própria noção de temporalidade, demonstra que a fragmentação e a proliferação das mais diversas categorias de tempo acabaram por trazer modificações para outros conceitos que são dela dependentes. No caso, a própria ideia de poder acaba por sofrer modificações significativas no curso da sua história teórica. Tais modificações, nem sempre sucessíveis em uma linha temporal, acabaram por conferir os contornos teórico-políticos de instituições e categorias contemporâneas. Ferri, Caroline. A (In)compreensão do paradoxo da soberania popular na democracia contemporânea, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.*

<sup>94</sup> *Sob a mesma ótica do conceito de soberania popular, a retroversão trata do momento em que se rompe esse pacto social, dessa maneira a população exerce seu direito soberano, retroagir o governante visando um bem estar comum. Thiago Mathias Costa, Os vocábulos autonomia e soberania nas páginas da Gazeta de Buenos-Ayres em 1811-1812 pg,11*

<sup>95</sup> *Como Stuart Hall aponta: As identidades nacionais estão se desintegrando, com resultado do crescimento da homogeneização cultural e do "pós-moderno global". As identidades nacionais e outras identidades "locais" ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar. (HALL, 1998, p. 69).*

<sup>96</sup> *Donghi, 1982, p.98.*

atores estavam diante de um processo em que os próprios contornos de suas comunidades políticas e de pertencimento estavam em plena transformação.

Segundo Daflon<sup>97</sup>, em resposta a essa última questão ligada ao território, foi formulada uma resposta inicial: uma nova Constituição. O Congresso declarou-se constituinte, mas a constituição por ele ditada só seria válida quando fosse aprovada por todas as províncias. E durante a criação de um governo nacional, as funções centrais foram confiadas à província de Buenos Aires. Quando o Congresso da Flórida<sup>98</sup> declarou a anexação da Banda Oriental às Províncias Unidas, a tensão com o Brasil aumentou e a reunião do Congresso em Buenos Aires decidiu por sua vez formar um exército nacional que ficaria sob o comando do governador de Buenos Aires. Daflon<sup>99</sup> complementa apontando dezembro de 1825, data a qual o Brasil declarou guerra. Em resposta ao chamado de batalha, o Congresso aprovou em 6 de fevereiro de 1826 uma lei criando um poder executivo nacional a cargo de um magistrado que carregaria o título de Presidente das Províncias Unidas do Río da Prata. No dia seguinte, Bernardino Rivadavia foi eleito para o cargo. Um passo importante para a unificação da região do Prata, mas ainda sob estado de sítio pelo conflito.

Ainda segundo o autor<sup>100</sup>, enquanto procurava projetar para toda a nação a política civilizatória que havia desenvolvido como ministro na província de Buenos Aires, Rivadavia se dedicou principalmente a organizar a guerra contra o Brasil, pois, com o porto de Buenos Aires bloqueado pela frota brasileira, a situação econômica piorava incessantemente. Dentro dessa situação caótica, mesmo com a organização de alguns setores militares, Rivadavia sabia que precisava da paz a qualquer preço e buscou um caminho que não foi unânime para alcançá-la<sup>101</sup>, aponta-se que sua estratégia se constituiu em: oferecer ao Brasil, por meio do embaixador Manuel José

---

<sup>97</sup> Daflon, 2011, p.84.

<sup>98</sup> O Congresso de Florida foi uma assembleia ocorrida em 14 de julho de 1825 na vila de Florida, hoje cidade da República Oriental do Uruguai, tratando sobre o destino da Província Oriental. BETHEL, Leslie (Org.) *História da América Latina – da Independência até 1870, volume III*. São Paulo: Edusp, 2004.

<sup>99</sup> Daflon, 2011, p.85.

<sup>100</sup> Daflon, 2011, p.85.

<sup>101</sup> Donghi, 1982, p.98.

García<sup>102</sup> a possibilidade de criar um estado independente na Banda Oriental, parte do território que se insurgia com frequência.

A notícia da convenção assinada no Rio de Janeiro, que reconheceu os direitos brasileiros aos territórios disputados, aumentou imensamente a hostilidade contra Rivadavia. O governante compreendeu a fraqueza de sua posição e apresentou sua renúncia em junho de 1828<sup>103</sup>, com o Congresso aceitando-a. Ainda segundo Donghi, a província de Buenos Aires apoiou, em nome dos fazendeiros da província, Juan Manuel de Rosas. A ocasião era propícia, devido à recente alternância de poder, em que as paixões foram desencadeadas antes da consolidação da autoridade. O nome do então mais importante governante dessa primeira parte da formação Argentina surge aqui uma primeira vez, mas será melhor explorado posteriormente.

O substituto imediato de Rivadavia assina a paz com o Brasil em agosto de 1828, segundo Donghi, reconhecendo a independência da Banda Oriental - como a Inglaterra desejava e o imperador admitia - e os exércitos argentinos começaram a retornar. A derrota e o vácuo de poder deixado pela renúncia de Rivadavia, segundo Donghi, exacerbaram ainda mais os ânimos e conflitos iminentes poderiam estourar a qualquer momento. Isso fica evidente quando, ao comando de sua divisão, Juan Lavalle (fora governador de Buenos Aires, entre 1828 e 1829 pelo Partido Unitário), fez sua entrada em Buenos Aires e logo depois, em 1º de dezembro, se rebelou contra Dorrego (Manuel Crispulo Bernabé Dorrego foi militar e político argentino, governador de Buenos Aires na época), perseguiu-o com suas tropas fuzilando o rival.

O conflito tornou-se, a partir desse marco, mais violento conforme avançava, Rosas iniciou operações contra Lavalle<sup>104</sup>, que assumiu o governo de Buenos Aires,

---

<sup>102</sup> Manuel José García foi um estadista, diplomata, doutor em direito, primeiro ministro da Fazenda da República Argentina e fundador do hoje denominado Banco de la Provincia de Buenos Aires. *História da América Latina – da Independência até 1870, volume III*. São Paulo: Edusp, 2004.

<sup>103</sup> Donghi, 1982, p.98.

<sup>104</sup> Juan Galo Lavalle foi um militar e independentista argentino. Filho de María Mercedes González Bordallo e de Manuel José Levieux de La Vallée y Cortés, contador geral das Rentas y el Tabaco do Vice-reinado do Prata, descendente direto do conquistador do México Hernán Cortés. Em 1799, os De La Valle se transferiram a Santiago de Chile e voltaram a Buenos Aires em 1807. Foi governador de Buenos Aires, entre 1 de dezembro de 1828 e 26 de junho de 1829 pelo Partido Unitário.

e logo depois as frentes nas quais os unitaristas e os federalistas se opunham se delinaram. Lavalle sustentaria a luta em Buenos Aires enquanto José María Paz<sup>105</sup>, recém-chegado com suas tropas do Brasil, se empenharia no interior para conter a crescente influência de Quiroga. Diante desse cenário, Lavalle enfrentou uma luta interna em sua província, cujo interior resistia ferozmente com apoio de Rosas, de modo que seus recursos se limitaram, e logo foi derrotado em abril de 1829.<sup>106</sup>Donghi<sup>107</sup> aponta os meses seguintes decisivos para o futuro da política interna portenha; apenas dois meses após o conflito, Lavalle e Rosas chegaram a um acordo em Cañuelas (município de Buenos Aires), Paz derrotou Quiroga em La Tablada, fortalecendo as esperanças dos unitaristas que, no entanto, não puderam impedir a eleição de Rosas como governador de Buenos Aires, o que finalizou a ascensão do *Caudilho* ao poder da capital.

---

*Seu predecessor foi Manuel Dorrego e seu sucessor foi Juan José Viamonte. Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.*

<sup>105</sup> José María Paz y Haedo foi um militar que participou em várias guerras da Argentina. *Caudilho Unitário, venceu seu adversário direto, Facundo Quiroga, nos combates de La Tablada e Oncativo, e na batalha de Caagazú, Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As. 1999.*

<sup>106</sup> Donghi, 1982, p.104.

<sup>107</sup> Donghi, 1982, p.110.

#### 1.4 Rosas: As Populações Nativas e sua Resposta ao Novo Governo

Dentro das disputas ocorridas após 1820, vimos a formação de duas agremiações políticas proeminentes na região do Prata: o Partido Unitário, que defendia as adjacências de Buenos Aires, e o Partido Federal, apoiando a autonomia provincial. Esses partidos, como já foram apontados, se formaram em meio a uma década de conflito, o que destruiu as ligações entre as capitais e as províncias, com novas repúblicas sendo proclamadas ao longo do território cisplatino.

Como aponta Bethel: “Os esforços do governo de Buenos Aires para combater esses estados independentes encontraram resistência determinada por parte da população local.”<sup>108</sup> Com esse tipo de conflito envolvendo populares, Rosas e seus gaúchos alistaram-se no exército de Buenos Aires em 1820 como o Quinto Regimento de Milícia, todos vestidos de vermelho e apelidados de "Colorados do Monte". Com essa milícia armada e bem treinada pelos conflitos anteriores, eles conseguiram repelir os exércitos invasores e assegurar a hegemonia sobre a província. Seus grupos consistiam ainda, segundo Bethel, em estancieros e suas milícias, negros e mestiços, e nativos que por diversos motivos (como será melhor explorado no próximo capítulo) uniam-se à força Rosista.

Segue abaixo imagem retirada do acervo do museu de Buenos Aires de um soldado dos Colorados do Norte:

---

<sup>108</sup> Bethel, 1993, p. 18.



109

A alusão à cor vermelha, como representado na imagem, se tornou além de vestimenta oficial de Estado, símbolo do partido Rosista. Ainda segundo Bethel<sup>110</sup>, Rosas retornou à sua estância ao final do conflito tendo adquirido prestígio pelo serviço militar. Juntamente ao prestígio, foi condecorado com uma promoção a

---

<sup>109</sup> Soldado de las milicias de campaña de Rosas (Regimiento 5 de colorados), 1820 Autor Desconocido  
Foto: Museo Histórico Nacional de Buenos Aires.

<sup>110</sup> Bethel, 1993, p. 18.

coronel de cavalaria e recebeu do governo mais terras como recompensa. Essas novas propriedades, junto aos negócios bem-sucedidos, novas aquisições, somados ao posto militar aumentaram muito sua fortuna e prestígio. O *caudilho* segundo o autor, era “o décimo maior senhor de terra de Buenos Aires em 1830, sendo dono de trezentas mil cabeças de gado e 420 mil acres.”<sup>111</sup>

Como já apontado, até então, com sua recém adquirida influência, a vasta experiência militar, diversas propriedades e uma milícia particular de gaúchos leais, Rosas tornou-se o modelo de *caudilho*, como eram conhecidos os senhores da guerra provinciais da região, dando um preenchimento na lacuna identitária deixada ao cortar laços com a Espanha. Fator esse que integrou o processo complexo, devido às disputas civis que possuíam nesse tema interesse, sendo um dentre tantos outros motivos pelos quais os conflitos se seguiam ininterruptamente desde 1810.

Sob essa ótica é correto afirmar que após 1820 a unidade nacional ruiu sob o peso de seguidas guerras civis, rebeliões e golpes. A disputa Unitários contra Federalistas trouxe, portanto, uma instabilidade constante, enquanto os *caudilhos* lutavam por poder e administravam e expandiam sua influência, muito devido aos conflitos civis. Bethel segue afirmando “Rosas construiu uma base de poder por volta de 1826 que consistia em parentes, amigos e clientes, por fim entrando no Partido Federal.”<sup>112</sup>

Fato importante é pontuar a posição de Rosas ao longo do conflito. O *caudilho* havia lutado em 1820 do lado Unitário por enxergar a invasão Federal como uma ameaça à província. Bethel<sup>113</sup> aponta que a partir do momento que os Unitários tentaram agradar os Federais propondo que Buenos Aires compartilhasse seus lucros com as outras províncias, Rosas viu essa ação como uma ameaça aos interesses de sua terra natal, Buenos Aires. O autor segue apontando a importância desses fatores, a partir do que ocorre em sequência.

Outras quatro províncias lideradas por *caudilhos* Federais rebelaram-se em 1827 contra o governo Unitário. Rosas foi a principal força por trás da tomada Federal

---

<sup>111</sup> Bethell 1993, p. 24.

<sup>112</sup> Bethell 1993, pp. 19–20.

<sup>113</sup> Bethell 1993, p. 24.

de Buenos Aires e a eleição de Manuel Dorrego<sup>114</sup> como governador. A figura de Rosas se fortaleceu muito após o embate com os Unitários, recebendo uma das mais altas patentes do exército “em 14 de julho recebeu a patente de General-Comandante das milícias rurais da província”<sup>115</sup>, aumentando mais seus poderes e influência, o que abriu espaço dentre as figuras que participavam das sucessivas eleições e nomeações decorrentes dos conflitos civis.

A Câmara dos Representantes de Buenos Aires elegeu Rosas como governador em 6 de dezembro de 1829 e lhe concedeu “faculdades extraordinárias”.<sup>116</sup> Segundo John Lynch, autor especializado em Rosas: Isso marcou o começo do seu regime, descrito por vários historiadores como uma ditadura<sup>117</sup>. O autor aponta para um fator interessante no caso aqui abordado; Rosas mesmo via-se como um ditador benevolente, e o autor complementa com uma citação da figura política; dizendo:

*"Para mim, o ideal de um bom governo seria a autocracia paterna, inteligente, desinteressada e infatigável... Eu sempre admirei os ditadores autocráticos que foram os primeiros serventes de seus povos. Este é meu grande título: eu sempre procurei servir o país".*

Com essa colocação é possível compreender em parte a opinião de Rosas em relação não apenas a sua ideia de governo como o que compreendia como projeto futuro. Assim, pode-se apontar com clareza que o governo Rosista é chave para a formação cultural da até então Região do Prata, localidade recheada de conflitos e territórios pouco explorados. Isto impacta o desencadear da dissertação pois, como foi afirmado no início, o objetivo central aqui é abordar as questões culturais em

---

<sup>114</sup> Manuel Crispulo Bernabé Dorrego foi militar e político argentino, governador de Buenos Aires por duas vezes, de 29 de junho a 20 de setembro de 1820 e de 12 de agosto de 1827 até a sua deposição pelo golpe de Estado conduzido por Juan Lavalle, em 1 de dezembro de 1828. Foi assassinado 12 dias depois por ordem de Lavalle, sem julgamento prévio. *Nuevo diccionario biográfico argentino*, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.

<sup>115</sup> Lynch, 2001, p. 10.

<sup>116</sup> Filho comerciante português José António do Rego e de María de la Ascensión Salas, foi o mais jovem de cinco irmãos. *Nuevo diccionario biográfico argentino*, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.

<sup>117</sup> Lynch, 2001, p. 11.

relação aos autóctones, e após a primeira posse do *Caudilho* em Buenos Aires, existe a possibilidade de abordar diretamente nas fontes essa questão. Isso será mais bem esclarecido à frente, mas é preciso pontuar que, com Rosas, a figura dos nativos passa a aparecer tanto em relatos, como em periódicos e também textos literários. Sendo assim, o que até então vinha sendo uma análise mais factual dos conflitos passa a ser desenvolvido também como teoria, devido à possibilidade de diálogo com as fontes. E também devido à importância da figura de Rosas na relação com os nativos, será desenvolvida no início do segundo capítulo uma melhor investigação da historiografia por trás do *Caudilho*.

## 1.5 O Deserto: Rosas e sua Investida nos Pampas

A partir desse subitem, a figura do *Caudilho* e comandante Rosas, passa a ser moldada em, emos um aparecimento significativo dos povos autóctones na historiografia, confluência com a nova política da Região Cisplatina, é um processo de personificação do Estado de extrema relevância, principalmente a partir dessa fase de transição, rumo a um Estado personalista que os enxergava de forma diferente, acabando com essas populações como agentes ativos. Isso se dá devido à forma como essas populações encontram-se atreladas a diversos acontecimentos que são diretamente vinculados a administração de Rosas.

O ponto inicial do próximo cenário de análise se dá no início da administração de Rosas, este foi ocupado por problemas de grande déficit econômicos. Lynch<sup>118</sup> aponta estes, como problemas associados aos Unitários, em grande número ao longo de todas as províncias mesmo com os conflitos próximos do fim. O autor aponta “A guerra civil entre os dois partidos finalmente terminou em março de 1831 quando José María Paz<sup>119</sup>, o principal líder Unitário, foi capturado, acarretando também o fim da Liga Unitária. Naquele momento, Rosas se dispôs em concordar e reconhecer a autonomia provincial através do Pacto Federal.”<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> Lynch 2001, p. 14.

<sup>119</sup> Com a renúncia de Bernardino Rivadavia ao Governo da província de Buenos Aires, em 27 de julho de 1827, a legislatura provincial de base federalista elegeu Manuel Dorrego como governador em 12 de agosto. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.*

<sup>120</sup> Lynch 2001, p. 16.

Com a autonomia de volta às províncias e, principalmente, com a situação financeira estabilizada, Rosas foi exaltado ao final de seu mandato; mas, a estabilidade trouxe novamente a voz da oposição, por isso, enfrentou cada vez uma rejeição maior na Câmara dos Representantes. Um conturbado jogo de interesses se articulava; Todos os membros eram federais, segundo Lynch: “aceitavam uma ditadura como uma necessidade temporária”<sup>121</sup>; compreende-se dessa forma, que, após o término dos conflitos o *Caudilho* passa a defender a adoção de uma constituição. Rosas não pretendia governar limitado por uma estrutura constitucional, e só abandonou seus poderes centralistas a contragosto. Seu mandato terminou pouco depois, em 5 de dezembro de 1832.<sup>122</sup>

Após as longas campanhas militares próximas às áreas ao sul, houve um grande êxodo dos estancieiros para essas regiões, que eram, entretanto, densamente habitados pelos povos nativos. O conflito resultante necessitou de uma resposta governamental. Segundo Lynch, Rosas apoiou firmemente políticas que defendiam essa expansão. Isso se traduz ao observar ações do *Caudilho* “Havia concedido terras ao sul em seu mandato de governador para veteranos de guerra e estancieiros que procuraram pastos alternativos durante a seca.”<sup>123</sup> Aqui vale observar que as terras ao sul até então se enquadravam em uma categoria já trazida anteriormente: o Deserto. Considerado não como um local, mas sim como um conceito, a região dos Pampas representava esses ideais, uma terra praticamente deserta na época, tinha grandes potenciais e recursos para o desenvolvimento agrícola, particularmente para a operação de estâncias.<sup>124</sup> Isso será melhor aprofundado no próximo capítulo, em que a leitura das fontes poderá auxiliar-nos nesse aspecto, entretanto, vale observar o marco inicial desse conceito, destinado a essa área próxima a Buenos Aires e principalmente suas populações, a região das pampas.

A partir do movimento que os aliados do governo seguiram, Rosas tomava comando de um exército, com ordens de subjugar as populações nativas nos

---

<sup>121</sup> Lynch 2001, p. 16.

<sup>122</sup> Lynch 2001, p. 11.

<sup>123</sup> Lynch, 2001, p. 17.

<sup>124</sup> No Cone Sul, *estância* (do espanhol *rio-platense estância*) é o estabelecimento rural destinado especialmente à criação de gado bovino, podendo haver também ovinos ou equinos. FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986. p. 716.

territórios cobiçados. Isso configurava também outra questão importante marcada por estes territórios, e que surgirá de forma mais evidente, se trata da colonização e ocupação das áreas consideradas desertas. O contexto apropriado não se manifestou, ainda que a construção de pequenas populações em áreas afastadas das capitais tenha se tornado prática comum na parte cone sul das Américas.

Este capítulo se encerra, portanto, nesse momento específico da política de Rosas, com a investida militar ao Deserto, é possível enxergar aqui um momento de convergência. A “Barbárie”, termo que possui aqui significados específicos, é o ponto de encontro para esses diversos significados, e se transmuta ao longo de todo desenvolvimento da Argentina, que fora erigido em sua relação junto à Barbárie; aqui Lynch e aponta, no uma similaridade, o *Caudilho* era considerado generoso com os nativos, principalmente aos que se submetiam, recompensando-os com animais e bens de valor. Entretanto, ao mesmo tempo foi uma época sombria onde Rosas caçou implacavelmente todos aqueles que se recusavam a se entregar ou não podiam resistir aos conflitos diretamente, o autor complementa “mesmo pessoalmente não gostando de matar os nativos”<sup>125</sup>. A chamada Campanha do Deserto foi de 1833 a 1834, com Rosas subjugando toda a região. Sua conquista do sul abriu caminho para muitas possibilidades de mais possíveis expansões territoriais. Importante ressaltar que essa Campanha traz consigo diversas formulações epistemológicas sobre os nativos, que merecem mais espaço para serem analisadas. No próximo capítulo será trabalhada tanto a própria nomenclatura, quanto suas implicações sociais e políticas.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> Lynch 2001, p. 16.

## 1.6 A Cristalização do Rosismo e o Sucesso da Primeira Campanha do Deserto (1833)

Como complemento ao anterior, o presente subcapítulo tem como função demonstrar os instrumentos que forneceram base para cristalizar a Argentina de Rosas. Tal discussão é necessária, pois no que se relaciona às populações originárias dos Pampas, o governo Rosista é o momento em que existe vasta documentação e, portanto, maior inserção dos discursos e do, desses agentes. Isso não necessariamente significa que dentro dessa gama de relações podemos dizer que tal época foi melhor ou pior na tratativa aos nativos, mas é preciso compreender como a relação com essas populações se deu para só então analisar a mudança que ocorre com a geração de 37. Esse primeiro momento, portanto, é o de iniciar uma crítica literária organizada, observando as fontes e os ecos que se relacionavam aos povos autóctones, tendo assim, com claros objetivos excludentes, desenvolvido uma relação em que esses agentes propiciam a se inserir como cidadãos (mesmo que de uma subcategoria diferenciada do que foi tratado até agora como sociedade civil).

Retornando aos acontecimentos políticos que asseguraram poder a Rosas, Lynch aponta que em outubro de 1833, em plena Campanha do Deserto, um grupo de Rosistas realizou o que ficou conhecido como: “A Revolução dos Restauradores”, nomenclatura atrelada posteriormente ao golpe no qual o governador provincial Juan Ramón Balcarce<sup>127</sup> fora obrigado a renunciar, sendo este sucedido por outros dois aliados federais até a pressão para a posse de Rosas fossem demais à Câmara. O autor ressalta que essa fase é importante para compreender um fenômeno maior: o Rosismo havia se tornado uma facção poderosa dentro do Partido Federal. A partir de então, passou a pressionar outras facções para “aceitem o retorno de Rosas, dotado de poderes ditatoriais a fim de restaurar a estabilidade.”<sup>128</sup>

---

<sup>127</sup> lutou contra os britânicos em 1807 e na campanha militar de 1812 no Peru sob o comando do General Manuel Belgrano. Ele foi governador de Buenos Aires de 1818 a 1820. Sob o governo de Juan Manuel de Rosas, ele atuou como Ministro da Defesa. Em 1832, ele foi novamente eleito governador de Buenos Aires, um cargo que ele ocupou até 1835, quando ele foi destituído por Rosas. Esteve ao lado de Tomás Guido, presente nas negociações da Convenção Preliminar de Paz, que redundou na independência do Uruguai, encerrando a Campanha Cisplatina. *Nuevo diccionario biográfico argentino, 7 volúmenes. Ed. Elche, Bs. As.*

<sup>128</sup> Lynch 2001, p. 160

Segundo essa premissa apontada pelo autor, vê-se que as medidas eram extremas, com caráter de poder total e unitário, a Câmara dos Representantes por fim cedeu sob a pressão e Rosas foi reeleito governador em 7 de março de 1835, recebendo a soma dos três poderes públicos (executivo, legislativo e judiciário).<sup>129</sup> Com sua eleição, nomeou diversos cargos estatais e burocráticos, segundo Lynch “Colocou apoiadores leais como juízes de paz, poderosos oficiais públicos com funções administrativas e judiciais que também estavam encarregados de cobrar impostos, liderar milícias e presidir sobre eleições.”<sup>130</sup>

Confirmando as colocações do autor, enxerga-se nesse período a fase mais importante, até então, do governo do *Caudilho*. Rosas adquiriu nessa passagem poder absoluto sobre a província de Buenos Aires, isso contando com apoio quase irrestrito das camadas populares, (aqui a referência à “popular” se refere às camadas de cidadãos vivendo sob a tutela de algum elemento do novo Estado em formação ou dos resquícios do antigo Vice-reino do Prata) o que deixava aberto um espaço para reformas, tendo em vista a superação dos conflitos civis, que pareciam haver cessado com essas medidas. Isso só foi possível pois Lynch aponta aqui a existência de “uma grande coesão de grupo e solidariedade entre a classe rural.” Tendo na própria figura de Rosas a encarnação pessoal do que seu regime representava: uma coesão de forças distintas, mas uniu letrados portenhos, estancieiros, fazendeiros, nativos, dentre outras camadas que seu populismo atingia, como apontado na seguinte passagem “O *caudilho* sempre cercado por uma rede econômica e política muito unida ligando deputados, magistrados, oficiais e militares que também eram senhores de terras relacionados entre si ou com Rosas.”<sup>131</sup>

Conforme a passagem descreve, o *Caudilho* representou, a partir desse momento, o poder quase irrestrito, centralizado em uma figura, sendo essa segunda característica central da administração de Manuel Rosas. Conforme desenvolvia suas políticas de repressão, a questão das relações entre as diferentes camadas sociais próximas ao *Caudilho* foi palco para, junto a seus apoiadores *Criollos*, desenvolverem as políticas de convivência com essas outras populações, tendo ênfase nos nativos,

---

<sup>129</sup> Lynch, 2001, p. 162

<sup>130</sup> Lynch 2001, p. 51

<sup>131</sup> Lynch, 2001, p. 38.

que norteiam todo o trabalho. Entretanto, se intensifica, segundo Bethel<sup>132</sup>, a partir da reformulação do sistema judicial em Buenos Aires, parte do que se pode considerar “um jogo de peças marcadas.” Com essa afirmação, o autor levanta o ponto central para compreender a política de Rosas, sistema onde era retirada qualquer independência que as cortes podiam exercer, tanto ao controlar as nomeações de juízes quanto ao contorná-las completamente. Lynch complementa com uma colocação a respeito dessa mesma mudança no sistema judiciário “Ele mesmo presidia os casos, emitindo sentenças que incluíam multas, serviço no exército, aprisionamento ou execução.”<sup>133</sup>

Esse exercício de terrorismo do Estado, tendo como exemplo a passagem anterior, nos evidencia a utilização dessa ferramenta de intimidação, principalmente contra alvos específicos, apontados principalmente pelos apoiadores de Rosas. O terrorismo era algo orquestrado, tendendo aos lados do populismo e do preconceito tanto racial quanto político e econômico. Segundo Lynch “Estrangeiros eram isentos dos abusos, assim como pessoas muito pobres ou inconstantes para servirem como exemplo. As vítimas eram escolhidas baseadas em quão úteis poderiam ser como ferramentas de intimidação.”<sup>134</sup>

Aproximar o leitor a repressão rosista é ferramenta necessária na pesquisa, entretanto, nenhum desses fatores representa uma explicação, em sua totalidade, sobre as políticas de repressão de Rosas (principalmente por este trabalho não possuir o seguinte intuito), mas aqui é importante apontar que esse breve apanhado de aspectos são trazidos com o propósito de auxiliar a montagem do complexo quebra-cabeças, que foi a tratativa dos governos argentinos em relação as populações nativas ao longo do processo de nacionalização.

Essa fase de 1830 em diante marca o governo rosista por uma nova burocracia, esse seria o marco pela nova função dada às terras antes pertencentes aos nativos e em parte por terem cedido à pressão dos mercadores ingleses em 1836, o que abriu o porto para todos os tipos de produtos europeus pelo Prata, ainda a principal via comercial do cone sul. Como um dos pontos centrais à terra passa a ser o tipo de produto discutido nas altas cúpulas.

---

<sup>132</sup> Bethel, 1993, p.113.

<sup>133</sup> Lynch 2001, p. 96.

<sup>134</sup> Lynch 2001, p. 97.

É preciso apontar nesse momento o papel que a repressão exerce sobre diferentes camadas populares, tendo como exemplo o caso dos nativos: a vigilância e as negociações, assim como os conflitos, incorporam esses sujeitos que até então não constavam legalmente nos anais, estes então passam a representar um ser político, mesmo que sob imagem negativa. É portanto, importante observar a complexidade presente nesse novo aspecto delegado e ao mesmo tempo conquistado pelos povos dos pampas perante a figura de Rosas; caso que será melhor explorado a frente, entretanto aqui importa apontar que, perante as elites do cone sul argentino (principalmente os estancieiros, habitantes das proximidades de das pampas e antigos aliados de Rosas), essas mudanças de relacionamento constantes com seus antigos “inimigos” de fronteira (os nativos) não foi aceito socialmente, condenando essa parcela grande da população à marginalização. Isso implicou diretamente na associação dos nativos como a perfeita antítese a essa outra figura chamada Estado Argentino, que se formulava sob a centralização total dos interesses de Rosas, breve apontamento sobre essa relação importante; o autor Chiaramonte discorre de forma mais completa a representação dos autores argentinos sobre o período:

*“Rosas desarrolló el paternalismo político, asimilando la convivencia social a las formas de vida propias de la estancia, en la que el patrón protege pero domina a sus peones; abandonó la misión educadora del Estado prefiriendo que se encargaran de ella las órdenes religiosas; destruyó los cimientos del progreso científico y técnico; canceló las libertades públicas e individuales identificando la voluntad de Rosas con el destino nacional; combatió todo intento de organizar jurídicamente el país, sometiéndolo de hecho, sin embargo, a la más severa centralización. Tal fue la política de quien fué llamado “Restaurador de las leyes” aludiendo sin duda a las leyes del régimen colonial español.”<sup>135</sup>*

Como apresenta o autor, o paternalismo representa muito bem o conceito representado pelo comando de Rosas, a partir da formulação da imagem do *Caudilho*, a nação fica à mercê das vontades e caprichos federalistas. As leis que foram restauradas, assim como apontado na citação acima, forçou os Unitaristas e seus outros adversários a se retirarem do espaço político, impedindo que qualquer projeto proveniente de outra camada fosse barrado. Embora Rosas restaurasse as leis (neste caso a restauração de leis do vice-reinado do Prata, ainda sob a tutela da Coroa espanhola) e buscasse a partir disso controlar as eleições e as manifestações públicas

---

<sup>135</sup> Chiaramonte, 2010, p. 125.

em todos os seus ambientes, ele não obteve sucesso ao apontar um sucessor partidário. Segundo Bethel, a dificuldade estava em disciplinar a elite governante, acostumada a disputar espaços de poder e relutante em aceitar a liderança de um só homem.

Esses conflitos não demonstraram o homem em sua totalidade, Rosas conseguiu atrair a simpatia dos gaúchos após vencer os federalistas nas campanhas por Buenos Aires, e com eles essa parcela crucial constituiu sua força paramilitar. Embora tenha tido sucesso com a maior parte da população, como aponta Lynch<sup>136</sup>, aproximou-se muito particularmente dos negros ou escravos livres que valorizavam sua simpatia como garantia de segurança e ajuda, e estabeleceu relações com as populações autóctones mais influentes nas áreas próximas a Buenos Aires.

O levantamento do equilíbrio do poder do governo de Rosas, assim como sua personificação do poder também foram marcos centrais na constituição da nacionalidade, como apontado anteriormente por Chiaramonte, o poder emanava das populações que até então haviam sido excluídas dos debates, esses *Criollos* foram protagonistas de algo até então inédito, uma conciliação de forças, tanto políticas quanto culturais, mas com altos custos, como foi o caso das populações originárias.

Como aponta Wasserman, “as universidades definhavam, assim como o ensino público, que o Estado ignorava por considerar ser patrimônio da iniciativa privada e principalmente de instituições religiosas.”<sup>137</sup> Rosas desdenhava o que Rivadavia fizera para estimular o desenvolvimento científico: os poucos instrumentos e aparelhos de pesquisa que existiam na cidade foram abandonados e os recursos para o ensino eliminados. A atividade econômica e as áreas produtivas cresceram, mas para o benefício de poucos e a custos altíssimos, como um pleno genocídio cultural. A partir desse levantamento, o capítulo seguinte se debruçará sobre essas questões, buscando os motivos e as implicações dos anos seguintes à vitória de Rosas para a Argentina e suas populações nativas.

---

<sup>136</sup> Lynch, 2001, p. 104.

<sup>137</sup> Wasserman, 2011, p.7.

## CAPÍTULO II: LITERATURA E IMAGINÁRIO

### 2.1 O Salão Literário de Sastre e a Literatura Crítica a Rosas

É imprescindível iniciar o presente capítulo com uma final contextualização do Período de 1830 a 1837. Como já visto, a introdução feita nos capítulos anteriores se deu a fim de compreender os motivos para a formação da geração de 1837, que se destaca principalmente por criticar Rosas e suas medidas tirânicas num contexto extremamente importante e imprescindível para o entendimento da formação e do sucesso dessa geração de pensadores.

O capítulo anterior foi finalizado com a ascensão de Rosas e seu projeto em Buenos Aires, que buscava consolidar o Estado a partir de sua figura e do fortalecimento dessa província como centro e capital. O projeto rosista fora definitivamente repressivo, porém, como levantado anteriormente, destacou-se também com medidas modernizadoras que auxiliaram na “paz”, no sentido de uma estabilidade não vivida até o momento na região e no desenvolvimento interno de diversos setores que andavam estagnados ou eram inexistentes até então. Grande parte dos autores aqui tratados (Lynch, Bethel, Chiaramonte etc.) que trataram da história da formação da Região Cisplatina, coincidem em apontar o papel central que o historicismo romântico teve em 1830 para a consolidação da própria

Argentina. Tendo isso posto como fato, é possível observar os primeiros anos dessa década como de vis batalhas internas, de caos político e, sobretudo, de consolidação das figuras dos Caudillos e suas montoneras<sup>138</sup>, mão armada dessas figuras que propagaram o terror. Esse pano de fundo de incerteza e dominação estará presente em todas as obras produzidas pelos intelectuais de 37 nesses sete anos que separam o início da década à fundação oficial do salão literário (nome também usado para se referir geração de intelectuais).

---

<sup>138</sup> *Milicias armadas aliadas aos caudillos, defendiam os interesses de seu comandante que tomava para si o nome da província. (Molina, 2013, p. 335.)*

A década de 1830 tem início com a figura de Rosas, em Buenos Aires, e Facundo Quiroga, em La Rioja.<sup>139</sup> Com estes elementos, o tabuleiro das disputas pelo futuro do que ficaria agora conhecido como Argentina, começa a ser preenchido com suas peças principais postas. Estes representam os atores mais destacados da ideia do período do federalismo<sup>140</sup>; e do outro começam a surgir as figuras de 37, ascendendo socialmente e politicamente, a fim de estabelecer seu próprio projeto de sociedade.

Em decorrência das duas disputas antagônicas, assim como já haviam sido experimentadas anteriormente, e soam quase como características intrínsecas à organização política da região cisplatina, o foco inicial da crítica dos jovens de 37 será exatamente a falta de uma organização institucional, associada principalmente aos preceitos deixados pelos revolucionários de maio de 1810, que tentaria desvendar quais eram “os impedimentos que entorpeciam o pretendido progresso nas províncias unidas do Rio da Prata.”<sup>141</sup>

Como o autor estabelece, pondo em diálogo essa nova geração e a anterior de 1810, esses jovens intelectuais, todos formados em províncias distintas (como Córdoba, San Juan, La Rioja), se reuniu inicialmente sob estes preceitos na livraria

---

<sup>139</sup> *La Rioja: é uma província da Argentina localizada em sua porção norte-ocidental. Limita-se ao norte com a Província de Catamarca, a Leste com as de Catamarca e Córdoba, ao sul com a de San Luís, e a oeste com a província de San Juan e com a República do Chile. 89 680 km². 334 235 hab. 18 municípios. 3,7 hab./km². (<https://larioja.gob.ar/>,<https://www.argentina.gob.ar/la-rioja>).*

<sup>140</sup> *É necessário esclarecer que por federalismo se entende, nesse contexto, o Pacto Federal de 1831, pacto cujos conflitos encarnizados, ao longo de sua vigência, manteve Rosas no centro da cena política de Buenos Aires até 1852. O "período rosista" como visto anteriormente, começa em 1829, com o primeiro governo do senhorio Juan Manuel de Rosas, Ainda no fim de seu primeiro mandato, o Caudilho Rosas, em seu trajeto assinou um tratado federal em 1831, reconhecendo a autonomia provincial e, de maneira oficial, criando a Confederação Argentina<sup>140</sup>. Seu mandato terminou em 1832, e Rosas foi para a fronteira para empreender a primeira campanha do deserto (será melhor explorado no capítulo 3), a fim de subjugar as populações aborígenes; e retorna em 1835 sob clamor de seus aliados.<sup>140</sup> Molina, 2013, p. 335.*

<sup>141</sup> *Molina, 2009, p. 335.*

de Marcos Sastre<sup>142</sup>, em 1837, dando início ao que seria o Salão Literário de Buenos Aires.

---

<sup>142</sup> Marcos Sastre nascido em Montevideú, 2 de outubro de 1808, falecido em Buenos Aires, 15 de fevereiro de 1887, foi um escritor e educador argentino de origem uruguaia. Concluiu os estudos secundários no Colégio de Montserrat em Córdoba, onde iniciou os estudos em pintura artística. Após a Guerra do Brasil retornou a Montevideú, onde fundou uma escola. Foi para Buenos Aires em 1830, onde iniciou seus estudos de direito na Universidade de Buenos Aires, que não terminou por problemas econômicos; e também estudou pintura com diferentes artistas. Em 1832 publicou sua primeira obra didática *Epitome Historiae Sacrae*, acompanhada de um dicionário latino-castelhano. Foi o primeiro adotado pela Universidade de Buenos Aires e depois o Governo da província de Buenos Aires o declarou obrigatório para universidades e escolas, antes de fundar seu Salão Literário em 1830. (Stella Maris De Lellis, 2007. Revista: *Historias de la Ciudad. Marcos Sastre y el antiguo cementerio de Belgrano.*)

Os principais integrantes destacam-se: Juan Bautista Alberdi<sup>143</sup>, Juan María Gutiérrez<sup>144</sup>, José Mármol<sup>145</sup>, Félix Frías<sup>146</sup> e Domingo Faustino Sarmiento<sup>147</sup>,

---

<sup>143</sup> Juan Bautista Alberdi nasceu em 29 de agosto de 1810 e faleceu em 19 de junho de 1884, foi um teórico político e diplomata argentino. Embora tenha vivido a maior parte de sua vida no exílio em Montevideu, Uruguai e no Chile, influenciou o conteúdo da Constituição da Argentina de 1853. Com base em suas ideias constitucionais liberais e federais, Alberdi procurou ao mesmo tempo satisfazer interesses sociais contrários e estabelecer um equilíbrio entre a centralização política nacional e a descentralização administrativa provincial: considerando que ambas as soluções contribuiriam para a consolidação e desenvolvimento do ser originário do Estado. única nação. Argüello, Santiago; Cavallo, Yanela (14 October 2020). ("Liberalismo y Federalismo: De Constant a Alberdi". Revista de História Americana y Argentina. 55 (2): 127–150.)

<sup>144</sup> Juan María Gutiérrez foi um estadista, jurista, agrimensor, historiador, crítico e poeta argentino. Verdadeiro representante do liberalismo construtivo argentino de seu tempo, é considerado um dos maiores promotores da cultura de seu país durante a maior parte do século XIX. Foi autor de obras de vários tipos: pinturas de costumes, romances, biografias, crítica literária e obras científicas. Teve importante atividade política como membro por Entre Ríos da Convenção Constituinte de 1853 e como Ministro das Relações Exteriores da Confederação Argentina entre 1854 e 1856, além de ter sido um dos fundadores da Associação Maio. Orgambide, Pedro (1970). Enciclopedia de la literatura argentina. Sudamericana. p. 313.

<sup>145</sup> José Pedro Crisología Mármol foi um poeta, narrador, jornalista e político argentino pertencente ao Romantismo. Seus pais eram Juan Antonio Mármol, natural de Buenos Aires, e María Josefa Zavaleta, natural de Montevideu, e ele foi batizado em 3 de janeiro de 1818. Estudou Direito na Universidade de Buenos Aires, mas não terminou seus estudos e dedicou-se à política. Em 1839 foi detido por seis dias pelo governo de Juan Manuel de Rosas. Temendo por sua vida, logo depois deixou o cargo de secretário do ministro plenipotenciário do Império do Brasil, general Tomás Guido. O nascimento do romance: José Mármol em A história da literatura argentina do Centro Editorial da América Latina, Buenos Aires, 1980, tomo I p. 217.

<sup>146</sup> Félix Frías nasceu em Buenos Aires, Argentina, 1816 e faleceu em Paris, França, 1881, foi um político e jornalista argentino, representante do Romantismo na segunda metade do século XIX. Estudou na Faculdade de Ciências Morais —hoje Colégio Nacional de Buenos Aires— e ingressou na Universidade de Buenos Aires para estudar Direito. Em 1837 foi membro da Sala Literária Marcos Sastre e um dos fundadores da Associação Maio. No ano seguinte, exilou-se em Montevideu. No final de 1839, juntou-se à "cruzada libertadora" do general Juan Lavalle e fez com ele uma longa campanha pelo interior do país, lutando nas batalhas de Don Cristóbal e Sauce Grande e na invasão de Buenos Aires e Santa Fé. Após a tomada de Santa Fé, ele organizou um "conselho de notáveis" que nomeou Pedro Rodríguez del Fresno governador, e ele foi seu ministro de governo. Mas imediatamente ele se

incorporado ao grupo posteriormente, mas representante máximo dessa geração que trouxe mudanças importantes ao que se vinha entendendo como Argentina e à abertura do Salão esteve a cargo do próprio Marcos Sastre, jovem que buscava ascensão a partir das letras, assim como tantos outros provenientes das elites cisplatinas e que agora se uniam em busca de uma resposta aos latentes conflitos.

Essa ascensão letrada, proferida por Sastre e pontuada aqui, através do trabalho de Molina, pode se aplicar também aos outros integrantes do Salão, todos provenientes de famílias *Criollas*, mas educados em áreas provenientes do direito, nascidos e educados, portanto, em outras províncias, como Córdoba e San Juan, que eram locais de suma importância cultural, e até o momento, polos importantes na produção letrada, tendo em comum o processo de decadência que ambos vinham sofrendo, devido à política centralizadora de Rosas em Buenos Aires, como anteriormente apontado.

Toda essa rivalidade se enxergava muito claramente desde os primeiros escritos críticos sobre a situação caótica que desde 1810 a região vinha enfrentando, como aponta Molina<sup>148</sup>, em relação a essa conjuntura, descreve a figura do jovem Marcos Sastre e como este buscava de início uma crítica aos diversos embates civis que impediam o “progresso” ao mesmo tempo em que sugeria um futuro trágico, em que a ascensão das disputas civis viriam a se deflagrar em enormes rivalidades, que futuramente olhariam esse momento de incerteza buscando compreender seus motivos. Aqui, Sastre e seus companheiros compreendem que existia um componente importante que faltava, e por meio dele buscaram desenvolver uma arma de críticas a seus adversários. Investem no pensamento letrado, em que um futuro de paz e prosperidade só seria possível através de uma ascensão por meio das letras, portanto,

---

*juntou a Lavalle em sua campanha para Córdoba; lutou nas derrotas de Quebracho Herrado e Famaillá. Após essa derrota, fugiu para a Bolívia e de lá foi para o Chile. Shumway, Nicolás, La invención de la Argentina, Ed. Emecé, Bs. As., 2005.*

<sup>147</sup> *Domingo Faustino Sarmiento nascido em San Juan, 15 de fevereiro de 1811 falecido em Assunção, 11 de setembro de 1888) foi um político, escritor, professor, jornalista, soldado e estadista argentino; governador da província de San Juan entre 1862 e 1864, presidente da Nação Argentina entre 1868 e 1874, senador nacional por sua província entre 1874 e 1879 e ministro do interior em 1879. Mais detalhes sobre o autor e sua obra Facundo serão melhor explorados neste capítulo.*

<sup>148</sup> *Weinberg, 1977, p.118.*

buscando um lugar na nova realidade do Prata. Tendo a terra como premissa idealizada, parte-se da representação da baía do Prata como um local onde houvesse acesso a conhecimento intrínseco, assim como pessoas aptas para discutirem e formarem esse tipo de pensamento. Dessa forma, o autor aponta em discurso "*Yo poseo las obras más importantes de la república de las letras, y particularmente las producciones modernas que siguen la marcha del espíritu humano.*"<sup>149</sup>

No trecho anterior, onde Weinberg cita o discurso de Sastre na abertura do salão, fica explícita a exaltação que o, então jovem, faz da variedade e qualidade de sua coleção, o que, como o autor contemporâneo cita, fica a cargo ressaltar que o próprio Sastre acrescenta o valor das letras e da variedade de obras disponíveis a quem quer que fosse, como um fator dessa modernidade, isso como um adendo à qualidade e variedade de suas aquisições. Conforme apontado, fica evidente que a situação política e a nova forma de governo induzem o pensador a uma busca; essa procura se refere a atribuir um valor às letras e à própria figura do Salão como um protagonista nessa jornada à procura de um futuro, agora unindo ao passado de 1810.

Com todo o protagonismo inicial, era esperado que Sastre fosse o rosto central dessa primeira fase, porém um homem desconhecido em solo argentino fora essa primeira estrela que teve como objetivo introduzir uma produção de cunho literário na nova nação, Esteban Echeverría<sup>150</sup>, autor das primeiras composições poéticas de caráter nacional e introdutor da ideia de Romantismo entre seus pares, encarna esse

---

<sup>149</sup> Weinberg, 1977, p.119.

<sup>150</sup> José Esteban Echeverría Espinosa nascido em Buenos Aires, Vice-Reino do Rio da Prata, 2 de setembro de 1805 e falecido em Montevideu, Uruguai, 19 de janeiro de 1851, foi um escritor e poeta argentino. Pertencente à chamada Geração de '37 e introdutor do Romantismo na região do rio da Prata, é autor de obras como *Dogma socialista*, *La cautiva* e *El matadero*, dentre outras. Em 1832 escreve o que se considerou o primeiro conto romântico argentino, *Elvira ou a Noiva de Prata*, enquanto *El matadero* é considerado o primeiro conto realista argentino. *El matadero*, em estilo diferente de suas outras obras, foi publicado muitos anos após sua morte e atribuído a sua pessoa, porém foi sua obra mais relevante; isso devido não exatamente ao estilo poético pelo qual era conhecidos o escritor por suas obras, mas sim pelo conteúdo político do que se encontra. Foi assim o líder natural do movimento no qual se formaria a Associação Maio, que daria nome à geração de '37. FLEMING, Leonor: *Introducción a ECHEVERRÍA, Esteban, El matadero. La cautiva de Esteban Echeverría, edición crítica y anotada, Madrid, Cátedra, 1986, pp. 8-88.*

espírito e se torna o porta voz dessa geração. Nesse primeiro momento, ele se sobressai por ser o mais qualificado e com mais experiência, torna-se a figura central desse movimento. Cabe nos questionarmos como um literato, até então desconhecido, pôde modificar a literatura e, mais profundamente, a imagem do que representava a própria região Cisplatina. Essa resposta se traduz em duas partes, primeiro por possuir um estilo de escrita proveniente do Romantismo e por isso encanta com seus versos e as temáticas bucólicas de uma Região Cisplatina manchada pelo conflito, que buscava restaurar a grandiosidade dos tempos de San Martí. A segunda resposta está ligada à sua experiência e à sua obra, que merecem ser visitados brevemente, pois influenciam de forma direta a escrita de Sarmiento, que pode ser vista tanto em temas, como a barbárie, as fronteiras, os gaúchos, quanto com a forma de escrita, trazendo elementos tanto românticos quanto biográficos, dentre outras similitudes que serão abordadas nos próximos parágrafos.

Em 1830, voltando dos estudos na França, rapidamente se tornou o rosto da elite literata local, tornando-se o primeiro autoproclamado romântico e mais valorizado membro do Salão Sastre. Sua vida antes dessa peregrinação de estudos fora muito simples e pouco interfere, apenas realizou estudos até aos 20 anos, quando então parte para a Europa (1825). O discurso que o autor trouxe para sua pátria, em uma época de difícil acesso para os homens de 1837, foi, segundo Beatriz Sarlo, uma "peregrinação patriótica"<sup>151</sup>, a autora assim define essa etapa por representar o crescimento de um ingrediente especial aos jovens intelectuais do Prata, a originalidade literária, essa que engatinhava após uma separação recente da cultura espanhola e imediatamente a busca de novos paradigmas em lugares considerados exemplos de progresso e desenvolvimento, como apontado por Neto em seu trabalho sobre o autor, ao que complementa essa afirmação:

“Echeverría está ciente de que a literatura argentina de seu tempo está fadada a assumir uma condição instrumental, a se desdobrar como mais um apêndice do trabalho político e social, mas é muito claro ao mesmo tempo que o futuro desejado e desejável para a realização de uma verdadeira emancipação cultural exigiria justamente a reversão de tal situação”<sup>152</sup>

No trecho citado, em complemento a Sarlo, fica evidente que ambos os lados apontam para o projeto de empreender uma busca, usando a literatura, para criar um

---

<sup>151</sup> Sarlo, 2005, p. 49.

<sup>152</sup> de Freitas Neto, 2008, p. 191.

espaço específico dentro dos discursos sociais e para a necessidade de criar estruturas de produção cultural estáveis, que facilitassem a conquista desses objetivos. Essa encruzilhada que o autor sugere, em que se conjugam o olhar para o presente da literatura nacional e a visão de um futuro desejado, que se realiza a partir da transformação de suas condições de produção, e de seu status, são ambos fatores essenciais para começar a explicar algumas das esferas problemáticas que o texto de Echeverría ressaltava e auxiliou muito na formação da geração de 37.

Em 1837, a publicação de sua mais influente obra, *El Matadero*<sup>153</sup>, faz dele o poeta não oficial dessa empreitada nacional, e antes mesmo que esta fosse publicada, alguns fragmentos eram recitados em diversas ocasiões no Salão Literário como exemplo e modelo das orientações para ser seguido pela literatura argentina. *El Matadero* responde esteticamente ao programa romântico que Echeverría sempre ligou às necessidades políticas do momento.

É importante observar alguns aspectos desta importante obra, *El matadero* de Esteban Echeverría, que por muitos é considerada o momento inicial do Romantismo no Río de la Plata, e que influenciou diretamente a obra de Sarmiento. Assim como aponta Neto:

“Antes deste discurso assumir a forma elaborada por Sarmiento, outros escritores já abordavam o projeto de nação a ser buscado pela Argentina e qual o papel de sua população. Dentre estes está o breve conto de Esteban Echeverría (1805-1851), *El Matadero*, escrito em 1838 e publicado em 1871. O conto nos remete a um processo de disputas políticas e culturais ocorridas em Buenos Aires durante o governo do *caudilho* Juan Manuel de Rosas. Ao lançar o olhar sobre a população portenha podemos identificar uma narrativa que expõe a fragilidade do processo modernizador dos liberais argentinos. Além da evidente denúncia da presença de forças e violências excessivas da história argentina representadas no conto de Echeverría, o aspecto mais importante do texto a ser apreendido, é a noção de ‘vazio’ que ele expressa ao descrever a multidão, que tem a responsabilidade de legitimar sua participação na construção do Estado.”<sup>154</sup>

Dentro da própria narrativa, é possível atestar no discurso de Echeverría a presença de um conjunto de elementos típicos dos pampas argentinos, que, por outro

---

<sup>153</sup> O conto *El Matadero* de Esteban Echeverría (1805-1851) é um relato fundador que explicita as tensões vividas no território argentino no período do governo do *caudilho* Juan Manuel de Rosas. Ultrapassando as dicotomias entre federalistas e unitaristas, *El Matadero* é uma crítica à população de Buenos Aires que apoiava o governo do *caudilho*. Echeverría construiu uma metáfora do processo político daquele país e nos permite a leitura de um vazio civilizacional em sua descrição sobre os habitantes da cidade e, ao mesmo tempo, os paradoxos para que se pudesse atingir o projeto do grupo de liberais ilustrados portenhos. de Freitas Neto, 2008, p.190.

<sup>154</sup> de Freitas Neto, 2008, p. 191.

lado, já estavam presentes nas formas neoclássicas do final do século XVIII, mas foi preciso essa nova roupagem para chegar aos ouvidos dos intelectuais de 1837, como aponta Valesini:

*“Certamente a obra de Esteban Echeverría produz uma ruptura com a estética dominante nas produções neoclássicas que vêm do século XVIII, recheadas de retórica, fórmulas literárias e regras que acabam por obstruir a possibilidade de gerar um discurso centrado em suas próprias modalidades expressivas.”<sup>155</sup>*

Esse discurso, pouco comum à América Latina da época, só foi possível devido à permanência de Echeverría na França entre 1825 e 1830, o que o colocou em contato tanto com as formas de arte romântica quanto, e isso é essencial, com as vibrações intelectuais e sensíveis em um decálogo literário, como o classicismo.<sup>156</sup> Dentro desse universo, a localização do Romantismo situa-se na trama, onde a vida cotidiana adquire ação em eventos cotidianos, o que soa como um perfeito exemplo da inevitável dialética entre realidade e imaginação, entre mundo e literatura, entre relato e ficção, presentes na obra de Echeverría e Sarmiento. A forte tendência nacionalista, evidenciada no contexto europeu, em relação a uma busca desenfreada das raízes históricas que compõem tradições, heranças e etnias em um propósito identitário, constitui matéria de reflexão sobre o autor do Rio da Prata.

Na segunda obra do autor que se populariza: *La Cautiva* (1837), vê-se outro exemplo de uma ficção do real, temática totalmente absorvida por Sarmiento, assim como a representação mais importante, até então, de um conflito entre o mundo “civilizado” e a Barbárie, agora trazendo os nativos como representação do segundo; na obra, Echeverría elabora um poema narrativo, que desenvolve uma história protagonizada por María, que se torna prisioneira dos índios e depois Brián, seu marido, ao tentar resgatá-la, também é feito prisioneiro. Os aborígenes celebram a vitória com uma grande festa e a mulher, com um punhal em mãos, aproveita a confusão para libertar o marido gravemente ferido. Ambos buscam refúgio no deserto, enquanto as tropas cristãs chegam à *tolderias*, mas não encontram seu líder. O casal inicia então uma fuga dolorosa na qual devem suportar a sede que os queima, a presença de um tigre e a queima de algumas pastagens que os cercam. Brián não resiste à aventura e morre. María enterra o marido e segue seu caminho com uma

---

<sup>155</sup> Valesini, 2011, p.10.

<sup>156</sup> Valesini, 2011, p.12.

única esperança: encontrar o filho. A mulher é finalmente encontrada por um grupo de soldados que a informam da morte da criança, assassinada pelos selvagens. Diante dessa notícia, María morre. A planície dos Pampas encerra em seu seio os túmulos dos esposos.<sup>157</sup>

É por meio da sutileza que podemos demarcar os tópicos românticos que o autor introduz no horizonte discursivo sul-americano<sup>158</sup>; o tema do amor é aquele que aparece na superfície literal como um signo que o inclui imediatamente na esfera romântica convencional. Por outro lado, o tema é complementado pelo destino trágico dos protagonistas, o que proporciona sua assimilação à reivindicação lendária da história. Segundo Valesini:

*“O texto, escrito em octossílabos, métrica que retoma a tradição literária hispânica, coloca as personagens em um espaço que progressivamente assume um lugar central na obra. A chamada “pampa”, território que opera simbolicamente a partir da tensão entre cultura e barbárie, contém implicitamente um conjunto de valorações que discursivizam a dimensão política do território. Que o até então “sem lugar” literário (Marc Augé) subitamente se constitui na dimensão material que expõe de forma enfática um território de crise, visualizado principalmente como a cena em que operam os protagonistas, mas também como o espaço constitutivo da Nação.”<sup>159</sup>*

O autor traz acima parte dos elementos que constituem a modalidade central do cânone, conceitos que serão melhor explorados no próximo capítulo, tendo à luz o próprio Facundo; aqui é importante observar que a obra romântica de Echeverría inaugura o que pode ser apresentado como um novo tipo de discurso, esse opera a partir de uma exposição das filiações históricas e antropológicas da cultura argentina, entretanto, ainda como um protótipo. Ao contrário do Romantismo europeu, Echeverría encontra na esfera racial a área onde se manifesta a presença dos vestígios latentes que compõem, segundo o autor, o fio que une o tecido social do território, e define o nativo, e o que parece um traço selvagem no próprio âmago dessa população.

Daflon complementa a ideia desse Romantismo ao apontar elementos presentes em ambas as obras: idealização, cor, local, uso da natureza nativa como canal para a expressão do espírito nacional e exaltação das paixões. Alguns desses pontos trazidos pelo autor, possuem clara semelhança com problemáticas tomadas

---

<sup>157</sup> Valesini, 2011, p. 12.

<sup>158</sup> Valesini, 2011, p. 13.

<sup>159</sup> Daflon, 1982, p. 58.

por Sarmiento, como é possível analisar de maneira mais completa no seguinte trecho:

*“Contra o deserto hostil alegoriza a luta para ocupar o vazio de civilização que aquele território encarnava, daí a arquetipagem dos dois personagens ao final do texto revela como o autor confere à literatura uma das suas funções primárias nos estágios iniciais das civilizações: a construção dos mitos fundadores da nacionalidade.”<sup>160</sup>*

Todos estes atributos levantados acima por Daflon, encontram-se relacionados à influência do literato abordado e à mudanças que parecem pequenas, mas introduziram toda uma nova linguagem à literatura que engatinhava no Prata. Como apontado anteriormente, a nova temática que trouxe o deserto como mito fundacional fica explicitada, tendo em vista que os atributos de um novo Romantismo cisplatino foram atributos introduzidos por Echeverría de maneira diferente de como vinha sendo abordada anteriormente. Essa nova expressão desenvolveu um olhar crítico, a partir da interpretação da região do Prata como centro de seus problemas e conflitos, e mostrando a seus compatriotas uma gama bastante ampla de atitudes, estratégias e funções da poesia e da literatura que poderiam ser usadas para um projeto nacional tanto cultural quanto econômico de sucesso e longevidade.

Dentro dos atributos levantados, pode-se concluir que esses, então jovens, foram mobilizados na mesma busca inferida por Echeverría, a construção de uma nação a partir das letras. Por um lado, essas ideias se passam por uma libertação cultural, tendo como modelo o Romantismo europeu, e devido a situação dos conflitos no país, assim como aponta Molina<sup>161</sup>, esses argentinos românticos se estabeleciam em um cenário de caos político, em que a ausência de organização institucional requeria um esforço conjunto para colocar o país no suposto, e citado fartamente, caminho do progresso.

Era necessário o renascimento da cultura letrada, com a necessidade de se esquecer o passado colonial deixado pelos espanhóis e também as disputas infundáveis, que até então eram partes da política interna Argentina, até a década de quarenta, que vinha logo à frente; dentro dessa gama complexa de aspirações provenientes de fontes e situações também particulares da própria região Cisplatina,

---

<sup>160</sup> Daflon, 1982, p. 58.

<sup>161</sup> Molina, 2011, p. 336.

o que se vê é um reflexo na produção bibliográfica desses primeiros anos, isto é, “buscava-se realizar no plano intelectual o que no plano material havia se iniciado com a revolução de maio de 1810, da qual a geração de 1837 se declarava herdeira.”<sup>162</sup>

No material, essa reconstrução havia se *iniciado com a revolução de maio de 1810*, como apontado por Wasserman em seu importante trabalho, o principal objetivo desses jovens seria moldar uma identidade nacional, voltada agora não mais para a Região Cisplatina, mas sim à recém fundada Argentina. Algumas questões são centrais nesse período e se destacam muito nas primeiras produções de seus membros: seu esforço principal para moldar o conhecimento histórico dos distintos povos que habitavam o Prata, assim como um apontamento taxativo e firme sobre os reais culpados pela situação de revoltados, assim como pelos intermináveis conflitos que exacerbavam a barbárie que o país enfrentava, com a figura de Echeverría demonstrando o caminho a ser seguido pelas letras.

Essa libertação se faria, portanto, no plano intelectual, levando assim ao rompimento definitivo com a mentalidade classicista dominante no período colonial. A importância da subjetividade pela consideração da imaginação e das emoções, como parte essencial do estudo do que compunha o homem e a sociedade, foram alguns dos preceitos que ajudaram na gênese de um “historicismo romântico rio pratense”, tendo a Geração de 1837 como protagonistas centrais. Importante, portanto, contemplar alguns levantamentos necessários para seguir adiante: a partir da figura de Echeverría fica clara a influência do Romantismo europeu na guinada de produção literária no Prata e como se mostra de extrema relevância para compreender o destino aguardado e construído pelos pensadores de 37. Tendo esse pensamento em vista, é preciso buscar uma contextualização sobre os principais pontos acerca do movimento desses intelectuais que criariam uma versão própria da Argentina. Sob a ótica dos acontecimentos do século XIX, o autor Alejandro Molina aponta a Revolução Industrial e a Revolução Francesa como marcos temporais que fecharão uma lacuna temporal correspondente ao Antigo Regime; essas revoluções são vistas muitas vezes como o ponto de partida do Romantismo, complementa ao apontar que há a ideia de um continuum entre os períodos; de Chateaubriand a Walter Scott<sup>163</sup>. São as pessoas que fazem a história, e não o contrário:

---

<sup>162</sup> Molina, 2011, p. 336.

<sup>163</sup> Molina, p. 336.

*“Foi essa consciência de “estar” na história que levou os românticos a se autoneomarem, ou seja, o Romantismo é o primeiro movimento a assumir o “-ismo” para si. Os nascimentos e renascimentos, então, podem prefigurar-se pelos cortes, numa separação que poderia conotar, sem pranto, a ideia de homem como umbigo do mundo.”<sup>164</sup>*

Como apontado acima, a ênfase ao espírito humano, à figura do homem, ao gênio são chaves para o entendimento de 37 e seus expoentes na cultura Argentina. Em referência ao que o autor aponta no trecho citado: *“numa separação que poderia conotar, sem pranto, a ideia de homem como umbigo do mundo”*, o Romantismo, não apenas apresenta uma alternativa ao modelo clássico; sua premissa, está exatamente em: ao invés de negá-lo, reconhecer seu passado; reconhece os erros dos modelos anteriores, anunciando um futuro utópico, como um modelo a ser seguido. Essa intrincada trama supera a ficção e a partir dessa mudança ficam postas questões relacionadas à historicização. Assim, com a literatura adquirindo esse espectro de guia, a figura do autor passa a ser extremamente relevante, pois a interpretação dos fatos e não os fatos em si aparecem como protagonistas nessa nova tentativa de se historicizar as incipientes nações. Esse processo de reinterpretar a própria história vem, tanto na Europa quanto no Prata, de algumas características da filosofia iluminista; segundo o trabalho de Molina, existe uma relação temática em comum nos movimentos, tanto na Europa como na América, esse novo Romantismo *“Alimentou a resistência intelectual contra regimes autoritários e destacou as tendências empiristas geralmente associadas ao racionalismo popular do Iluminismo.”<sup>165</sup>*

É possível compreender, então, que a partir das lutas racionalistas na América Latina, buscava-se um ideal civilizatório proveniente da Europa, porém no Prata houve uma intensa resistência a essas novas correntes. O que prevaleceu, na incipiente nação foram violentos impulsos irracionalistas e lutas contra o Iluminismo. Os embates duais entre uma memória a ser esquecida e uma a ser mantida e reformulada são os verdadeiros combustíveis dos anos que se seguem, isso será melhor abordado nos próximos itens do capítulo. É, entretanto, importante ressaltar que a dualidade, um modelo antidialético que visava um modelo único de sociedade, se explicita cada vez

---

<sup>164</sup> Molina, p. 336.

<sup>165</sup> Mantovani p, 26.

mais nos períodos que se seguem, e desse produto racialista e excludente será possível abordar a figura dos nativos das obras.

É importante nos atentarmos também ao papel dessas obras como forma de disseminação do historicismo na região do Rio da Prata, como já explorado no item anterior deste capítulo, esse fenômeno esteve condicionado pelas grandes transformações ligadas à chegada da modernidade nas Américas, é imprescindível comentar alguns aspectos que justificam o porquê de a literatura ter um papel tão importante no Prata.

Dentro da nova estrutura, o passado foi valorizado por sua capacidade de iluminar o presente, na medida em que se poderia traçar um paralelo entre os dois momentos, isso só seria possível partindo do pressuposto de que, toda experiência existente ou por vir poderia ser reduzida de alguma forma a outra proveniente de um passado comum. O próprio conceito de história, que estivera até então acoplado aos topos “história mestra da vida”<sup>166</sup>, cunhado por Koselleck, relacionado à concepção de que toda experiência existente ou por vir poderia ser reduzida de algum modo a outra já ocorrida; dessa forma, o passado foi valorizado por sua capacidade de iluminar o presente, na medida em que se poderia traçar um paralelo entre os dois momentos, partindo do pressuposto de que toda experiência existente ou por vir poderia ser reduzida de alguma forma a outra já ocorrida. A História em si passava a significar, desde a metade do século XVIII, como afirma Wasserman “expressão da totalidade da experiência humana e da força que anima seu ser, constituindo assim

---

<sup>166</sup> o principal argumento de Koselleck é relativo à própria história do conceito de história: ele aponta a substituição do termo “Historie” por “Geschichte” como ponto fulcral da distinção entre a validade da *historia magistra vitae* e a da concepção contemporânea (juntarei esta última com “pós-moderna” adiante, *data venia*) de história. Segundo Koselleck, foi por volta de 1750 que os autores alemães passaram a usar o termo “Geschichte”, antes relativo apenas ao acontecimento em si (*das Geschehen*), para definir a história como conhecimento de si mesma – tal como formula Droysen (apud KOSELLECK 2006, p. 49). Como disciplina acadêmica autônoma, a *Geschichte* removia o sentido didático dos exemplos do passado nos quais a *Historie* se constituía – e o historicismo surge também nesse contexto para caracterizar de maneira única e inequívoca as diferentes realidades históricas, fazendo com que a história não tivesse mais uma utilidade didática exterior a si mesma, na aplicação cotidiana de pressupostos de conduta moral (Koselleck, 2006. p. 55). Marques, p. 65.

um metaconceito que oficia como condição de possibilidade de todas as histórias que ocorreram.”<sup>167</sup>

Como apontado acima, a própria visão de possibilidade se expande a partir das mudanças ocorridas no cerne do conceito do que se compreendia como sendo a História. Por hora, a base desse iceberg é suficiente para compreendermos o que Wasserman aqui supõe: “a possibilidade de emular uma experiência Romântica proveniente da Europa esteve atrelada a essa mudança”<sup>168</sup>, entretanto, o assunto será retomado mais à frente a partir de Sarmiento, onde essa situação se agrava; essa mudança de narrativa só poderá ser realizada a partir da figura do autor, como um profeta que formula em sua forma teórica a política de Estado.

Dentro da base de pensamento apontada acima, nos deparamos com a possibilidade de uma construção que não poderá ser feita a partir de sua própria tradição devido a tirania de Rosas, que surgia com um horizonte ainda incerto e repressor, assim como pela existência de uma impossibilidade de se basear nos preceitos provenientes da revolução de 1810, onde se buscava quebrar com as tradições espanholas. Portanto, o que ocorre dentro deste início é uma cisão de modelo; não havendo uma história anterior a se basear, pois, como apontado, a proximidade temporal com o momento da independência, seguido de uma negação ferrenha da história colonial, dificultou que esses intelectuais se afastassem das visões que se desenvolviam no período, necessitando investigar suas origens para formar uma identidade e definir o que os legitimaria como uma nação, ou seja, criar uma tradição Cisplatina a partir do território que vinha sendo delimitado, agora internamente.

Fundamentalmente, Wasserman<sup>169</sup> acrescenta outro elemento a essa cisão, o autor aponta o acirramento da repressão e o exílio dos membros do Salão de Sastre como resultado destas medidas rosista, junto ao período em que o regime passou a ser representado como “bárbaro” por volta de 1840, foram também motivos pelos quais a literatura da geração de 37 tomasse para si um papel de guia, por apontar estes problemas e bolar formas teóricas de solucioná-los “o *Caudilho* havia levado o

---

<sup>167</sup> Wasserman, 2004, p. 21.

<sup>168</sup> Wasserman, 2004, p. 22.

<sup>169</sup> Wasserman, 2008, p. 25.

país numa direção contrária ao que o curso evolutivo baseado na filosofia da história iluminista pregava, '*romanticismo sin historia nacional*.'"<sup>170</sup>

O autor aponta um traço central aqui, o que chama de “Romantismo sem história nacional”. É importante ressaltar que esse título que Wasserman atribui ao caso argentino permeia todo o processo de enraizamento e prosperidade da literatura do Salão de Sastre e posteriormente grande parte da produção seguinte; o papel central que teriam as obras dos intelectuais de 37 se centram em responder a essa busca identitária. Esse processo de invenção de um imaginário popular será, nos próximos capítulos, central para definir a figura do nativo dentro dessa empreitada e veremos como a figura dessa população, que acabara de se tornar um sujeito político.

Será retratada a fim de se adequar a sua ideia de uma sociedade formada a partir do Romantismo; esse projeto só poderia ser guiado por intelectuais que buscavam, nesse fim da década de 30, formas de imaginar e narrar uma experiência histórica local, separada do restante da América Hispânica, que desprezavam tanto o passado indígena, quanto o colonial.

---

<sup>170</sup> Wasserman, 2011, p. 248

## 2.2 Domingo Faustino Sarmiento: A Literatura Como Mito Fundacional

Tendo em vista a importância da obra *Facundo*, é imprescindível uma apresentação de seu autor para, dessa forma, nos aproximarmos o máximo de um entendimento satisfatório ao final da dissertação; tendo também em vista que, a única forma de acessar esse conhecimento é investigando não só seu contexto de produção, como os motivos e quais seus pretextos na publicação, assim como os objetivos iniciais do autor com o romance, dentre incontáveis outros aspectos que podem ser adicionados ao me referir a uma obra tão influente. Esse esforço em analisar ao menos uma parte de tão imbrincada busca é necessário para nos aproximarmos da figura do gênio, o produtor do conhecimento que, como descrito ao fim do item anterior, passa a exercer uma enorme influência no que se transformava a região agora batizada de Argentina, e toma papel central na criação e educação dessa incipiente nação<sup>171</sup>.

A partir desse recorte acima, este item denominado: Domingo Faustino Sarmiento tem como principal finalidade analisar quem foi essa figura importante na formação da Argentina como nação; assim como apontado no capítulo anterior, visando compreender o autor como uma espécie de artesão das palavras, dotado das letras e artífice dessa nova forma de pertencer ao território nacional.

O autor aqui apontado, Sarmiento, criador de *Facundo*, é um indivíduo que figura dentre os mais influentes de sua época, não podendo ser, portanto, desassociado de sua obra, a qual em seu conteúdo se assemelha a traços comuns dos Românticos do XIX, como já apontado anteriormente; vê-se a partir desses

---

<sup>171</sup> Héctor Félix Bravo; tradução e organização: José Rubens de Lima Jardimino. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 88.

apontamentos que fica posta a influência que tanto Sarmiento quanto a geração de 37 irão dividir; o autor possui influência dentro e fora de sua obra; assim, existe a latente necessidade de discutir, antes da própria obra, ao menos copilar os traços mais influentes em uma breve introdução a respeito da figura de Sarmiento, talvez a mais influente na região do Prata ao longo do XIX, junto a Rosas.<sup>172</sup>

O autor nasceu em San Juan, província do interior, em 1811 e faleceu em Assunção em 1888; em suma sua carreira é apresentada como a de um político, escritor, professor, jornalista, soldado e estadista argentino. Dentre todas as titulações delegadas ao autor, fica clara sua posição como pensador e artífice de um processo de mudança na região Cisplatina. O início de sua vida traz poucas informações relevantes à problemática aqui presente, como fica evidente a seguir, onde busquei realizar uma compilação de pequenos detalhes de sua vida que serão importantes ao relacioná-los à obra *Facundo*.

Domingo Faustino Sarmiento era romântico de meios e iluminista de fins, característica que vale para toda a “Geração de 1837”, e talvez, para todo Romantismo latino-americano.<sup>173</sup> O Estado-nação da Argentina fora aos limiares do Romantismo, ou seja, na América sem o jugo Ibérico, algumas formas de Romantismo chegaram às mãos das elites letradas que desenvolveram seus próprios impulsos regenerativos para buscar “a realização do espírito universal do direito nos chamados gênios locais. Este é o brilhante agente do Romantismo: o artista, o criador, o ‘gênio’.”<sup>174</sup>

Essa figura do gênio se encaixa perfeitamente a Sarmiento, entretanto, sua vida foi de exclusão, por não pertencer as classes *Criollas* mais abastadas e por ter nascido em uma província decadente, definindo aspectos da sua obra. Domingo Faustino Sarmiento era filho de José Clemente Quiroga Sarmiento e Paula Albarracín. Embora pertencesse a uma família tradicional da cidade de San Juan, Sarmiento não fazia parte das oligarquias locais e suas condições econômicas eram relativamente precárias durante sua infância e juventude.<sup>175</sup>

Em sua infância, contou com os ensinamentos de seu tio paterno, o bispo José Manuel Quiroga Sarmiento, que o ensinou a ler e a escrever. Em 1816, ingressou em

---

<sup>172</sup> Wasserman, 2004, p.30.

<sup>173</sup> Mantovani, 2009, p.24.

<sup>174</sup> Mantovani, 2009, p.26.

<sup>175</sup> Guazzelli, 2011, p.28.

uma *Escuela de la Patria*, na qual permaneceu até 1821, solicitou uma bolsa de estudos no *Colegio de Ciencias Morales* de Buenos Aires, porém não obteve êxito, uma vez que esse financiamento era obtido somente através de um sorteio, no qual não foi selecionado. Após uma série de fracassos em seu intento de prosseguir formalmente nos estudos, Sarmiento tornou-se efetivamente autodidata, contando com o auxílio de alguns de seus conhecidos.<sup>176</sup>

O autor identificava-se com os unitários e, devido sua ativa militância política, foi obrigado a exilar-se no Chile por diversas vezes e por diferentes motivos. Nesse país, entre outras atividades, colaborou em periódicos, e se destacou por sua atuação no âmbito pedagógico, o que lhe rendeu o reconhecimento e o apoio financeiro do governo chileno para viajar à Europa e Estados Unidos em 1845, com o intuito de estudar seus respectivos sistemas educacionais; a sua experiência foi retratada nos dois volumes do livro "*Viajes por Europa, Africa i América*"<sup>177</sup>, relato de viagem publicado em 1849 e em 1851. De volta à Argentina, estabeleceu vínculos intelectuais e políticos com a conhecida *Generación de 1837*, sendo reconhecido como um de seus membros mais importantes e influentes. Vemos que a criação de Sarmiento fora toda à parte do que à época vinha se tornando o centro da Região Cisplatina, Buenos Aires. Neste ponto, após ingressar no exército, começa sua vida política, a qual será sempre permeada por essa disputa entre seu lado unitário e o federalismo representado por Rosas e seus *Caudilhos*.

De fato, a sede do grupo artístico do qual ele fazia parte era usada como ponto de encontro para aqueles que se opunham à Juan Manuel de Rosas, então governador de Buenos Aires e encarregado das Relações Exteriores da Argentina. Na década de 1840, devido à sua oposição ao regime de Rosas, Sarmiento foi exilado no Chile; no país vizinho trabalhou em pequenos jornais, onde escreveu seu livro mais famoso: "*Facundo o Civilización y Barbarie*", publicado em 1845, uma obra literária tendo como figura central seu contemporâneo, o *caudilho* argentino Facundo Quiroga, como já observado anteriormente, o nome é trazido por Sarmiento como pretexto para mergulhar no fenômeno do caudilhismo e aos demais aspectos que o autor imaginou

---

<sup>176</sup>Guazzelli, 2011, p. 29.

<sup>177</sup> Guazzelli, 2011, p. 32.

serem relevantes ao dialogar com uma incipiente genealogia da região Cisplatina como um todo.<sup>178</sup>

Como breve forma de introduzir a obra *Facundo* é imprescindível compreender que seu autor, Sarmiento, também é narrador e protagonista; esse contém elementos autobiográficos da vida de Domingo, os quais o mesmo assume comentários a respeito de toda a circunstância argentina do passado, do presente e também do futuro. O autor também expressa e analisa sua própria opinião e narra alguns eventos históricos. Por fim, é imprescindível apontar que dentro da dicotomia do livro entre civilização e barbárie, o personagem de Sarmiento representa a civilização, impregnada de ideias europeias e norte-americanas; ele representa a educação e o desenvolvimento, ao contrário de Rosas e Facundo, dentre outros elementos como os nativos, que serão emergidos da fonte, que simbolizam a barbárie.

---

<sup>178</sup> *Guazzelli, 2011, p. 32.*



### 2.3. O Exílio da geração de 1837: A Obra “Facundo Civilização e Barbárie” e a (Re)Formulação dos Povos Autóctones

No presente subcapítulo, dividido em duas análises que dão início a um novo período, a fase em que Rosas torna-se a figura central da política Argentina; aqui existem duas figuras centrais às futuras análises que finalizam a introdução dos capítulos iniciais e são elementos cruciais a análise da fonte: a Repressão, ponto crucial dessa fase (período trabalhado por uma gama de historiadores até os dias de hoje), a perseguição sistemática que Juan Manuel de Rosas realizou contra seus adversários políticos por meio de *La mazorca*.<sup>179</sup> O que nos leva ao segundo ponto, o desenvolvimento do Romantismo argentino, que encontra sua ascensão, e seu lugar de desenvolvimento no exílio.

O primeiro ponto nos remete ao que já foi visto anteriormente, a disputa entre colorados e confederados (unitários e federalistas), que em vias de 1840 se acirra, tudo o que lembrasse os unitários fora proibido, sobretudo suas cores, o azul-celeste e o verde, substituídas pelo vermelho, cor dos confederados, aqui, como afirma Molina “Os inimigos de Rosas foram obrigados a retirarem-se da arena política, recluiram-se em outros âmbitos e refugiaram-se em países vizinhos.”<sup>180</sup> Como apontado, o exílio foi cruel aos membros de 37, mandados para longe da sua Argentina e do projeto que montavam. Sarmiento se instala no Chile, onde escreverá em alguns jornais locais lançando seus ataques contra Rosas e redigindo suas obras. Alberdi migra à Bolívia e daí viajará para Chile, Uruguai e Europa. Gutiérrez, Echeverría e Mármol se instalam em Montevideu, principal foco de resistência ao governo de Rosas, pois ali se encontrava grande parte dos velhos opositores unitários.

A situação do exílio possui diversas problemáticas. Dentro desse universo, Molina aponta 1838 como momento definitivo onde foi definido, pela cúpula rosista, o destino dos integrantes do Salão de Sastre. Isso devido ao que vinha ocorrendo na

---

<sup>179</sup> O braço armado da Sociedade Popular Restauradora, uma espécie de polícia a serviço da causa federalista, cujos métodos crudelíssimos narrará Sarmiento em seu *Facundo* e Mármol em seu romance *Amália*, os dois textos mais representativos, junto ao poema “*La cautiva*” de Echeverría, de toda a produção romântica argentina. Molina, 2013, p. 336.

<sup>180</sup> Daflon, 1982, p. 58.

Nova República Argentina; enquanto Buenos Aires sofria com um bloqueio naval francês ao porto<sup>181</sup>, os inimigos do Estado rosista aproveitam a repercussão do conflito, principalmente em Buenos Aires, (onde o número de federalistas caía drasticamente); e os membros da geração de 1837, ganham popularidade nas outras províncias, dando ares de insegurança a uma grande parcela da população.

A partir dessa popularidade, ocorre um processo central de (re)definição dos mitos fundacionais que regiam o recém fundado Estado argentino; como apontado no trabalho de Wasserman, as críticas mais contundentes foram aquelas a fim de manifestar ataques contra Rosas. A figura do *Caudilho* começa a ser um tema central na genealogia da Barbárie presente na região do Prata, esses são condensados em panfletos e outras publicações como a revista "*Muera Rosas!*"<sup>182</sup> editada por dissidentes de Montevidéu em 1841, mas apenas em 1845, a obra de Sarmiento, "Facundo: Civilização e Barbárie", cujos aspectos de produção, e todo o processo político de incertezas até então vividos na Argentina pelos olhos da elite letrada de 37,

---

<sup>181</sup> O bloqueio francês do Rio da Prata foi uma imposição marítima de dois anos da França contra a Confederação Argentina sob Juan Manuel de Rosas entre 28 de março de 1838 e 29 de outubro de 1840. bloqueio. Ele fecha o comércio marítimo em Buenos Aires. Foi implementado em 1838 para apoiar a Confederação Peruano-Boliviana na Guerra Confederada, mas continuou após a guerra. Em vez de usar forças terrestres, a França usou as guerras civis uruguaia e argentina para apoiar Fructoso Rivera e Juan Laval contra Manuel Oribe e Rosas. Após dois anos sem os resultados esperados, a França e a federação argentina assinaram o Tratado Macau-Arana, encerrando as hostilidades. Luna, Félix, 2004. *Grandes protagonistas de la historia Argentina: Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires: La Nación.

<sup>182</sup> O semanário "Muera Rosas!" apareceu em Montevidéu em 23 de dezembro de 1841 e publicou 13 números até 9 de abril de 1842. Para compreender sua publicação é preciso recordar que entre 1838 e 1840 o porto de Buenos Aires foi bloqueado pelos franceses, que Lavalle aliou-se a eles e invadiu a província de Buenos Aires pelo Norte. Enquanto isso, na campanha houve uma revolta dos latifundiários conhecidos como "Libres del Sur", uma conspiração liderada por Ramón Maza foi descoberta na cidade, e uma coalizão de províncias do norte também foi formada contra o regime rosista. Todas essas tentativas foram derrotadas - exceto o bloqueio francês, resolvido diplomaticamente -, e em Buenos Aires ficou registrado o "terror" perpetrado por La Mazorca em outubro de 1840 e abril de 1842. O triunfo do unitário José María Paz na batalha de Caaguazú, em 28 de novembro de 1841, foi considerado por muitos emigrantes no Uruguai como um sinal da iminente derrota de Rosas, e eles o expressaram em *Muera Rosas* desde seus primeiros números. (Oneto, 2012, p.115.)

são finalmente condensados num texto de cunho romântico; porém, com a análise voltada aos elementos, que segundo o próprio Sarmiento define, formavam a cultura da Argentina, esse será o ponto de virada na relação das populações nativas, como veremos à frente, essa análise das relações entre Governo Central e os povos originários passa a ocupar um lugar de destaque, que dentro desse trabalho marca também o início de uma análise centrada nessas populações e suas relações com os conflitos que se seguiram até o fim do XIX.

Dentro desse longo período de exílio, Sarmiento redige sua obra “Facundo: Civilização e Barbárie”, tendo sido escrita ainda no período de exílio, em 1845 no Chile. A distância temporal de quase 10 anos entre a fundação do Salão Literário e o lançamento de Facundo nos transmite a seguinte mensagem: o período de produção da geração de 37 e o momento que passaram a ser influentes na política Argentina demorou a chegar; o Romantismo cisplatino se desenvolve fora das fronteiras, assim assumindo um tom de crítica atrelado a uma espécie de bucolismo em relação à terra que fora deixada à esmo no escuro. A obra de Sarmiento surge neste vasto processo, sendo uma pedra angular da literatura latino-americana. De maneira generalizada é considerada uma obra de não ficção, pois seu gênero é extremamente heterogêneo, o que auxiliou na definição dos parâmetros para pensar o desenvolvimento, a modernização, o poder e a cultura da região cisplatina após a emancipação.

O livro traz traços de uma cultura sendo (re)definida; essa redefinição, assim como a figura de Cultura, serão melhor trabalhadas nos próximos itens desse mesmo capítulo, pois demandam um maior aprofundamento, mas aqui é relevante trazer certos aspectos da obra que Sarmiento retira da própria situação de conflitos, gerando uma definição nova de aspectos centrais ao Romantismo, tendo como exemplos clássicos desse pensamento fatores como a demarcação de um território e uma tradição de mitos fundacionais.

A obra possui, conforme apontado anteriormente, a Repressão política do rosismo como temática geral, devido a essa proposta, parte de uma forma de literatura do real, pois como já apontado, seu objetivo central não é uma descrição biográfica sobre a vida de Juan Facundo Quiroga, um personagem representativo do gaúcho dos pampas, ele utiliza o personagem como subterfúgio para apresentar a figura do *Caudilho*, e os elementos que o constituem como grupo e não como indivíduo. Em outras palavras, o autor traça a partir dessa genealogia, uma relação dos conflitos que

esses agentes da província argentina, centrais nas décadas de 1820 e 1830, foram “vitimados” pela barbárie inerente à terra; dessa forma a personagem central passa a ser a nação em si e a busca por essa resposta permeia toda a obra.<sup>183</sup>

Observando a obra, fica claro que Facundo Quiroga se destaca como personagem por possuir uma importante aliança com o governante Juan Manuel de Rosas, como já foi explorado no primeiro capítulo, a qual Sarmiento vê como reflexo maior das políticas de Caudilhismo, pois ambos se destacam como figuras mais influentes das classes governantes rurais, estruturas muito influentes nas disputas por poder e território desde as épocas de Vice-reinado do Prata; e dentro das representações Sarmientinas são representantes diretos nesse primeiro momento de uma barbárie inerente e que deve ser melhor explorada, pois sua conceituação muda e se transfere de um sujeito a outro conforme a obra avança.

Este escrito, portanto, se insere em um movimento mais amplo no tipo de Romantismo ali desenvolvido, vê-se o autor empenhado em descrever não só a personagem central, mas todo o seu entorno, assim como apontar problemáticas reais, o que a aponta para um dos objetivos centrais do escrito, pois o mesmo não pode ser apreciado sem uma compreensão dos sentidos que a obra aponta para o nacionalismo; tendo, portanto, a nação um papel tão central quando Facundo na trama. Este ponto fica explícito logo nos primeiros momentos, onde logo após a introdução o autor explica os efeitos das condições geográficas, a natureza “bárbara” do campo versus a influência “civilizadora” da cidade e o grande futuro que os aguarda Argentina:

*“A natureza do país, colonial e bárbaro, transformou esta metamorfose em arte, sistema e na política regular, capaz de se apresentar diante do mundo, como o modo de ser de um povo encarnado em um homem, que aspirou a assumir os ares de um gênio que domina os eventos, homens e coisas. Facundo, provinciano, bárbaro, valente, audacioso, Foi substituído por Rosas, filho da culta Buenos Aires, sem ser ele; Para Rosas, coração falso, congelado, espírito calculista, que faz o mal sem paixão, e lentamente organiza o despotismo com a inteligência de um maquiavel.”<sup>184</sup>*

---

<sup>183</sup> Guazzelli, 2011, p. 34.

<sup>184</sup> *“La naturaleza campestre, colonial y bárbara, cambióse en esta metamorfosis en arte, en sistema y en política regular capaz de presentarse a la faz del mundo, como el modo de ser de un pueblo encarnado en un hombre, que ha aspirado a tomar los aires de un genio que domina los acontecimientos, los hombres y las cosas. Facundo, provinciano, bárbaro, valiente, audaz, fue reemplazado por Rosas, hijo de la culta Buenos Aires, sin serlo él; por Rosas, falso, corazón helado,*

O princípio da citação aponta traços bárbaros da terra, os quais Sarmiento sistematiza, indicando este como o primeiro dos males, culpados pela violência que assolava o novo país, isso se reflete, como apontado, em um povo que herda estes traços de uma Barbárie que se sobressai nesse início. O autor conecta, já no princípio, a consequência dessas problemáticas, atrelando o resultado dessa violência assoladora e que destruía a própria terra diretamente à Rosas. O que leva Sarmiento a desenvolver uma análise que engloba toda a região definida como Argentina; buscando delimitar todos os motivos desses traços definidos agora como Bárbaros, se desenvolverem ali e com o discurso forrado de um Romantismo pragmático, inicia uma densa obra que busca em seu âmago desenvolver um projeto futuro para o país.

A partir desses traços distintos, mas complementares, que unem o real e o ficcional, fica claro que Facundo não pode ser classificado como romance ou gênero específico da literatura, o livro enquadra-se ao mesmo tempo em gêneros distintos como ensaio, biografia, autobiografia, romance, épico, memória, confissão, panfleto político, diatribe, tratado científico e diário de viagem. Como observado na primeira parte da citação, que se encerra na terceira linha, o estilo de Sarmiento e sua exploração da vida de Facundo unificam as partes distintas de sua obra, onde o foco na verdade é o próprio território argentino, trazendo riqueza ao reunir os elementos dissonantes de sua narrativa, mais que isso, propõe uma previsão de futuro para a nação, essa ideia de providência é o ponto central do início dessa análise. Dentro desse diagnóstico, do ser argentino, Sarmiento, neste primeiro momento, responde rapidamente à sua própria questão levantada anteriormente: “Um dia chegará, finalmente, eles o resolverão; e a esfinge Argentina, metade mulher, tão covarde, metade tigre, tão sanguinária, morrerá para suas plantas, dando às *Tebas del Plata* o alto posto que toca entre as nações do Novo Mundo.”<sup>185</sup>

Aqui, o trecho se refere às alusões feitas por Sarmiento, as quais levam a crer em um autor que, ao evocar elementos iluministas, provenientes de uma tradição helênica, tradição essa que possuía como objetivo central reverberar a razão, aponta o próprio homem cisplatino como protagonista; ou seja, aqui Sarmiento faz outra

---

*espíritu calculador, que hace el mal sin pasión, y organiza lentamente el despotismo con toda la inteligencia de un Maquiavelo” Facundo, 2018, p.6.*

<sup>185</sup> Molina, 2013, p. 116.

referência direta à vitória deste sobre a natureza, o novo centro do mundo, vencendo a barbárie. Ao descrever Rosas, Sarmiento recorre à imaginação além dos fatos históricos. Para Sarmiento, os temas e a brutalidade que percorrem o livro são as consequências da ditadura de Rosas e a causa interna da terra cisplatina.

A partir desse ponto é possível emergir, o que considero a primeira problemática em relação à questão indígena; é preciso antes de qualquer análise compreender a maneira como, dentre tantos aspectos distintos, é possível teorizar, e, portanto, categorizar a fonte literária. Essa problemática se dá devido à maneira como pode ter um caráter tanto ligado à fonte de ficção quanto pode ser vista como uma fonte histórica. Tendo em vista que aqui o objetivo central é trazer à tona vozes silenciadas dentro de um discurso, aponto como um pontapé inicial observar o gênero da obra.

Em *A Teoria do Romance*, Lukács<sup>186</sup> expõe a tese de que cada época histórica se objetiva em um gênero literário. Assim, acrescenta que, as características mais decisivas de um período encontram sua representação mais acabada na forma artística então predominante. Seus pressupostos se inserem às teses originais do Marxismo ao aceitar a noção de que a arte reflete a realidade objetiva. Essa, por sua vez, não é abstrata e universal, mas concreta e histórica; conseqüentemente, toda a arte é mimética. O estudioso húngaro chama a atenção para a circunstância de que a exposição de um fato concreto e específico deve traduzir uma questão que diz respeito a todos. A representação lida com totalidades, alcançadas por intermédio da composição da obra, capaz de, por meio de uma situação individual, fazer com que se entenda o geral. Escreve ele “A arte apresenta sempre apenas uma parte da realidade historicamente limitada no espaço e no tempo, mas o faz de tal modo que ela aspira e consegue uma totalidade em si concluída, um ‘mundo’.”<sup>187</sup>

Clássico do pensamento latino-americano, Facundo compartilhou com outros no século XIX essa amálgama de cânone nacional, obras que passaram a compreender e intervir nas lutas políticas, econômicas e sociais dos países emergentes da América Latina, um conjunto de ideias, estereótipos, imagens e símbolos que se tornaram uma Epistemologia existentes na história nacional e na construção literária. Aqui é realizada a interpretação de Facundo, a partir da

---

<sup>186</sup> Lukács, 1968, p. 254.

<sup>187</sup> Lukács, 1968, p. 256.

perspectiva de uma obra que se torna um mito completo da luta política e cultural pela construção do Estado-nação na Argentina. A obra pode ser vista como a primeira definição literata dos sujeitos que compõem o ser político do Estado argentino, assim como uma reformulação de sua representação. A partir dessa reflexão, fica evidente que a antinomia clássica entre civilização e barbárie são os eixos estruturais de Facundo, que abarcou a noção do projeto de homogeneização do Estado, nação e sociedade de muitos intelectuais/políticos na incipiente nação Argentina.

Partindo a análise para a obra, observa-se que, em sua editoração oficial, a obra Facundo está dividida oficialmente em três partes, antecedidas de uma introdução que apresenta em linhas gerais o plano da obra e seus objetivos; o primeiro item se refere a uma introdução de gênero geográfico, onde o autor traça uma genealogia dos pensamentos herdados por ele, a fim de redigir a crítica que precede a introdução “*La manera de tratar la historia de Bolívar, de los escritores europeos y americanos, conviene a San Martín y a otros de su clase.*”<sup>188</sup>. A estrutura em si sofreu alterações realizadas posteriormente pelo autor; entretanto os apontamentos em relação aos povos originários, foco central do presente trabalho, se mantém inalterados até os dias de hoje, o que atesta ainda mais a mudança dos nativos de agentes apagados a agentes ativos da história que era produzida pelos homens que a viviam.

O autor introduz aqui parte dos conceitos apontados acima, articulando a revolução de 1810 e seus principais executores, como literatos que formaram uma classe de homens destinados a guiar a América, o qual Sarmiento e seus companheiros se declaravam herdeiros. Aqui, a figura de Simon Bolívar aparece como figura chave para desenvolver essa articulação entre as letras e o nacionalismo. Indiretamente, a apologia à figura de Bolívar como artífice de uma tradição libertadora apontava os sujeitos letrados como herdeiros dessas revoluções. Essa ideia atrelada a uma disputa civil de longa duração, coloca em questionamento não apenas a figura de Rosas, mas a própria narrativa desenvolvida por ele e por seus aliados.

É importante apontar que, dentro dessa disputa de narrativas, a figura que mais interessa a esse trabalho, os povos originários, sofreram diretamente transportada de 1810 para o momento que Sarmiento vivia no exílio, o autor complementa:

---

<sup>188</sup> Sarmiento, 2018, p. 29.

*“San Martín no fue caudillo popular; era realmente un general. Habíase educado en Europa y llegó a América, donde el Gobierno era el revolucionario, y podía formar a sus anchas el ejército europeo, disciplinarlo y dar batallas regulares, según las reglas de la ciencia. Su expedición sobre Chile es una conquista en regla, como la de Italia por Napoleón. Pero si San Martín hubiese tenido que encabezar montoneras, ser vencido aquí, para ir a reunir un grupo de llaneros por allá, lo habrían colgado a su segunda tentativa.”<sup>189</sup>*

Aqui, Sarmiento, ao apontar no início de sua fala: *“San Martín no fue caudillo popular; era realmente un general”*, a partir dessa associação da figura do grande general a essa barbárie inata, fica clara a disputa de narrativas. Fica evidente a associação de um dos pilares centrais dos mitos fundacionais, San Martín, como parte da Barbárie. Sua primeira abordagem é, portanto, resgatar e ao mesmo tempo reformular as heranças da Revolução de 1810. Essa antítese fica clara ao referir-se a Bolívar, como visto na citação anterior, a alcunha de Libertador. Sugerindo este como parte de um passado esquecido, que perde a disputa, mas agora se ergue novamente, acrescentando a ideia de uma única narrativa libertadora na América Latina, e um passado em comum que era o desejo da conquista, mas assim como Napoleão, visava uma conquista proveniente das luzes. Como complemento, evoca San Martín, na égide do pensamento cisplatino, que figurou desde 1810 entre as principais figuras de articulação protonacionalista; já para Sarmiento, o general representa uma parte de um passado a ser esquecido, onde San Martín é a figura militar treinada na Europa; o que contrastava diretamente com o que Bolívar seria.

Já para Sarmiento essa busca por identificação é melhor compreendida ao observarmos alguns aspectos de sua vida e formação. Nascido na região do Prata e educado na Europa, representa aquele ideal Romântico, dando face ao espírito do gênio, que poderia trazer as bases de uma história a se basear, ou seja, um passado comum onde criam-se raízes de um conflito latente, entre o espírito europeu das luzes, proveniente das revoluções e do ideal romântico, e a herança espanhola e bárbara a ser vencida e esquecida. A partir desse levantamento realizado pelo autor, compreende-se que a genealogia da barbárie é aqui traçada, proveniente desde a origem da Cisplatina, mas essa não fica atrelada ao passado; prontamente Sarmiento traz complemento importante, antes de apontar a solução. Isso devido ao fato dos dois terem uma origem comum e que precisa ser esclarecida, na visão de Domingo, para

---

<sup>189</sup> Sarmiento, 2018, p. 16.

assim seu leitor compreender o tom de sua crítica, e os verdadeiros sujeitos que ele está se dirigindo:

*“La historia de la tiranía de Rosas es la más solemne, la más sublime y la más triste página de la especie humana, tanto para los pueblos que de ella han sido víctimas como para las naciones, gobiernos y políticos europeos o americanos que han sido actores en el drama o testigos interesados.”<sup>190</sup>*

Aqui o autor insere a história argentina dentro do cânone mundial; não só insere como atesta a ameaça presente na nova nação como o coloca no topo dos problemas provenientes dos resquícios bárbaros, com Rosas como o representante máximo dessa herança maldita. Aqui a crítica está definida de fato, Sarmiento atesta logo no princípio a quem e a troco de quê produz sua obra.

---

<sup>190</sup> Sarmiento, 2018, p. 19.

## 2.4 Civilização: A Crítica Sarmientina aos Pampas e à Civilização de Rosas

De acordo com Sarmiento, a grande extensão territorial da República Argentina abriga em seu interior um modo de vida extremamente contrário à sua construção da modernidade na Região Cisplatina; no fundo das províncias, nas entranhas da nova Nação, a (re)definida por Sarmiento em seu *Facundo*, como um entrave ao progresso das letras e da cultura romântica. No interior dos pampas a imagem é de um gaúcho livre e alheio de toda a sujeição e das transformações e leis da cidade. Ali o autor define e apresenta os limites de sua sociedade, um local onde a luz se apaga no horizonte da planície dos pampas.

Neste ambiente, Sarmiento apresenta essa figura, o gaúcho, que cria o seu gado na imensidão do deserto. O autor enfatiza que essa rotina de trabalho no campo é pouco exaustiva e a falta de afazeres no seu ambiente doméstico proporciona ao gaúcho um estado de ociosidade que é preenchido no jogo das identidades que este vincula ao seu modo de viver, ou seja, a família o enfada e o expulsa para o pampa, que o prende nas irresistíveis belezas que o campo oferece. Vinculado à vida rural, o gaúcho, para Sarmiento, representa um subproduto proveniente da fusão da realidade bárbara do campo junta à beleza da terra e pureza do espírito. Essa positividade se evidencia ao apontar a figura que o gaúcho compartilha sua existência; ele vive junto com o seu maior bem, o cavalo, que para ele simboliza a poesia que existe no seu mundo, um gaúcho sem cavalo perde a sua identidade, pois neste ambiente bucólico, exposto à crueldade da natureza, esse sujeito se torna humano montado no lombo de seu cavalo, ali ele vence e compreende com exatidão os presságios do dia e da noite, criando uma relação harmônica entre instinto e razão.

Essa diversidade cultural, presente no interior da vida rural argentina, foi o campo de manifestações as quais Sarmiento se pautou para definir a existência destes espaços de socialização rural, essa ligação com o campo atribui à figura do gaúcho, assim como apontado anteriormente, vinculada a uma sociedade estreita, sem organização política e espírito público, não poderia coexistir dentro da nova realidade política que deveria ser construída na República Argentina. Como formulado então, fica claro haver uma dualidade nessa figura do gaúcho, onde Sarmiento professa uma admiração vinculada ao universo poético que reinava no interior das

províncias e ao mesmo tempo critica a figura, o que não significa em nenhum momento a aceitação ou a completa negação deste modo de vida do gaúcho, partindo já para a dualidade, qualidade que Sarmiento propunha, como já apontado anteriormente, para a formulação do que seria a cultura Argentina.

Nessa perspectiva, Sarmiento, ao construir o seu discurso, também está desenvolvendo uma caracterização da população rural Argentina. Ao propor alternativas para a consolidação do seu ideal de modernidade, o autor trabalha a sua argumentação pelo viés cultural apontado por Lukács, em que a produção literária faz uma representação da época ao absorver os ritos, as cerimônias, as tradições e os valores comportamentais, todas essas representações assumem um caráter simbólico a ser decifrado de acordo com a problemática.

Sarmiento cientificiza o gaúcho e o explica categorizando em tipos característicos: o rastreador, o vaqueano, o cantor e o gaúcho mau. A cada um o autor busca uma atribuição, distribuindo a todos os quatro tipos qualidades e defeitos. De acordo com Sarmiento, esses passam a ser as figuras centrais representativas dos pampas, ou seja, se tornam elementos da natureza dos pampas, onde seus defeitos e qualidades estão atrelados também à falta de sociedade naqueles locais, assim como apontado no seguinte trecho:

*“Existe, pois, um fundo de poesia que nasce dos acidentes naturais do país e dos costumes excepcionais que cria. Para ser despertada a poesia (porque a poesia é como o sentimento religioso. uma faculdade do espírito humano), necessita o espetáculo do belo, do poder terrível das imensidades da extensão, do vago do incompreensível porque só onde acaba o palpável e vulgar começam as mentiras da imaginação, o mundo real. Do meio destes costumes e gostos gerais se levantam especialidades notáveis. que um dia embelezarão e darão um colorido original ao drama e ao romance nacional argentina”<sup>191</sup>*

O autor nos deixa claro, no trecho acima, sua visão acerca do que essa população rural representa; neste curto trecho, ao ressaltar a poesia, une essa barbárie dos gaúchos ao tipo de Romantismo que Sarmiento busca desenvolver junto a seus companheiros de Salão Literário. Isso se ilustra ao pontuar a barbárie dos gaúchos e, ao mesmo tempo, solucioná-la trazendo aspectos positivos que os

---

<sup>191</sup> SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: Civilização e Barbárie*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996, p.87

enquadrariam na nova Nação. Nos próximos itens, desenvolvo um breve levantamento dessas qualidades que Faustino aponta ao descrever os quatro tipos de Gaúcho que podem ser encontrados no campo. O estudo dos tipos característicos acima elencados possibilitará o entendimento do pensamento sarmientino. Relacionando essa caracterização com o discurso sobre a modernidade, permitirá a compreensão das propostas políticas que estavam em jogo na primeira metade do século XIX na América Latina, especialmente na Argentina. Com efeito, a proposta de Sarmiento é a construção de um Estado e de uma sociedade ancorados nos pressupostos do progresso e da civilização.

Sarmiento, ao se referir ao gaúcho dos pampas e ao descrevê-lo apresenta-o como um sujeito ativo, representante da cultura rural argentina, por um lado majestoso e heroico, cujo modo de vida em decorrência do progresso que deveria instalar-se na região estava condenado. O gaúcho, inserido no contexto dos pampas, não deixa de ser um bárbaro, ou seja, a melhor expressão do atraso do campo argentino, mas pela sua proximidade com os valores apreciados pelo autor, podem ser salvos desse estado de natureza. Neste viés, não é a sociedade dos pampas que é vista de forma depreciativa, mas sim a própria natureza; o autor continua apontando como os traços românticos incluem o gaúcho nessa dualidade.

Assim, pois, a base da dicotomia civilização x barbárie é reafirmada, a partir dessa cientificização aparece, seguindo a linhagem dos arquétipos elencados por Sarmiento, a análise que Faustino desenvolve. Ele parte do primeiro, denominado “vaqueano”; este se caracteriza pelo seu profundo conhecimento da estrutura física dos pampas, é capaz de armazenar em sua mente todas as imagens que compõem a complexa topografia da República Argentina. Nas palavras de Sarmiento, que traduzo aqui para melhor entendimento, o vaqueano é o “homem bússola”, este capaz de desvendar as direções e caminhos nunca antes trilhados dentro dos imensos desertos dos pampas, cuja mente conhece com perfeição todos os aspectos topográficos e característicos das planícies, das matas e das montanhas “[...] O vaqueano é o topógrafo mais completo, é o único mapa que leva um general para dirigir os movimentos de sua campanha.”<sup>192</sup>

---

<sup>192</sup> Sarmiento, 1996, p. 74.

Como já explorado, aqui o autor compõe um elogio ao fim das exposições a respeito desse “tipo” de gaúcho; Sarmiento segue essa estrutura, delegando cada vez mais a responsabilidade dos barbarismos à natureza.

O cantor, segundo arquétipo do gaúcho de Sarmiento, é o trovador dos pampas, o poeta que em versos canta a história dos heróis, dos injustiçados, das donzelas e dos mártires. Percebe-se que nas palavras do Romântico do Prata, o cantor, como um andarilho do saber poético, preserva com o seu trabalho as tradições, a oralidade e a cultura de seu povo “[...] O cantor está fazendo ingenuamente o mesmo trabalho de crônica, costumes, história que o bardo da Idade Média.”<sup>193</sup>

Como na citação anterior fica claro que são apresentados diferentes elementos que valorizam a cultura gaúcha, o que estimula concluir que o estudo dos tipos característicos acima elencados possibilitará um maior entendimento do pensamento sarmientino. Isso pois, ao caracterizar o gaúcho, Sarmiento lança mão da antiga dicotomia civilização versus barbárie; essa premissa, do ser argentino, é encontrada nos grandes e esmos pampas, pondo em conflito o Romantismo cisplatino contra essa organização familiar construída sobre uma base diferente dos moldes europeus, proveniente da vida campestre, elemento que representa o principal sustento do modo de vida rural, denominado na obra de Sarmiento como gaúcho.

No campo tudo que representa o mundo civilizado, Estado, lei, ordem, direito, são todos conceitos inexistentes, dessa forma é apresentado no texto de Sarmiento uma visão do gaúcho atrelada a essa representação, a de uma vivência sem perspectivas sobre o futuro; no seu ambiente, como aponta o autor, a única preocupação que o atormenta é o seu instinto de aventuras, que constantemente o convida para o interior dos pampas. Essa lógica busca agregar a população rural argentina, para esta ser transformada em elemento gerador do progresso; na argumentação de Sarmiento para isso, deveria submetê-la a um aparato educacional direcionado pelo Estado, esse por sua vez, na condição de condutor da modernidade, teria condições de apontar o gaúcho no lugar devido que lhe cabe nesse processo, domando o seu caráter aventureiro e rebelde e fazendo com que ele se sinta também responsável pelo futuro da sua pátria. Dessa forma, o gaúcho transformado pelo contato com a civilização e sob a tutela do Estado criaria todos os meios necessários para que as antigas e bárbaras condições de vida do campo desaparecessem e

---

<sup>193</sup>Sarmiento, 1996, p. 75.

dessem lugar a uma nova sociedade, que transformaria esse sujeito passivo, em um genuíno habitante das cidades modernas, participante da nova história que vinha sendo desenvolvida como oficial.

Facundo Quiroga, na visão de Sarmiento, é o gaúcho mau, outra tipologia desenvolvida pelo escritor, mas, nesse caso, a figura de Facundo representa o mais puro representante da barbárie rural: “é a força cega e bruta do campo que vem para destruir tudo o que pareça ser civilizado.”<sup>194</sup>

Aqui fica claro que Facundo não é simplesmente a descrição de um *caudilho*, é também a caracterização literal da política caudilhesca que tomou de assalto a recém-formada república Argentina. Entretanto dentro desse universo semificcional alguns levantamentos demonstram a relação entre essa caracterização dos gaúchos e o problema relacionado à política de Rosas.

Como já apontado no primeiro capítulo, a rivalidade política entre Facundo Quiroga e Rosas era de conhecimento público; a nova República Argentina, a partir de 1832, se dividia em eixos de influência política, liderados por Facundo Quiroga no interior e Rosas em Buenos Aires. As províncias de Jujuy, Salta e Tucumán estavam sob a liderança de Facundo Quiroga; enquanto Buenos Aires e San Luis, recebiam a jurisdição política de Rosas. A intempestiva morte de Facundo Quiroga, que ocorreu na província de Barranca-Yacó, possibilitou ao tirano de Buenos Aires estender plenos poderes sobre a República Argentina, assim Rosas unifica o seu governo e assume plenos poderes, o que reflete na obra de Sarmiento, ao referir-se a esse espírito gaúcho deixado por Facundo:

*“Espectro terrível de Facundo. vou evocar-te para que sacudindo o ensanguentado pó que cobre suas cinzas te levantes para explicar-nos a vida secreta e as convulsões internas que dilaceram as entranhas de um nobre povo! Tu possuis o segredo, revela-nos! Mesmo dez anos depois de tua trágica morte, o homem das cidades e o gaúcho dos lhanos argentinus ao tomar diferentes caminhos no deserto diziam: “Certo, Facundo não morreu, está vivo nas tradições populares, na política e nas revoluções argentinas; em que Rosas, seu herdeiro, seu complemento; sua alma passou para este molde mais acabado, mais perfeito e o que nele era apenas instinto. iniciação. Tendência converteu se em Rosas em sistema, em efeito e fim.”*<sup>195</sup>

Aqui neste excerto fica claro um entendimento, Facundo representava o produto natural da sociedade Argentina num determinado ponto específico de seu

---

<sup>194</sup> Sarmiento, 1996, p. 75.

<sup>195</sup> Sarmiento, 1996, p.45.

desenvolvimento, já Rosas, não só herda a barbárie, como passa a representá-la, o que define um sentido de providencialismo, onde a barbárie possui diversas faces, todas com algo em comum, conceito que será apresentado por Sarmiento.

O tipo de primitivismo de Facundo e Rosas classificado como “gaúcho mau”, e outros traços como seu barbarismo, seu instintivo ódio às leis, sua vida de perigos, sua ferocidade, que o aproximavam de um animal selvagem, constituíam os típicos produtos associados ao campo argentino, onde não havia espaço para a legalidade do Estado. O que fica importante observar é que o fator em comum dos barbarismos aqui apresentados é a paisagem geográfica dos pampas, pois essa barbárie aliada à cultura do gaúcho dão origem ao gênero tanto à barbárie que assola a incipiente nação como ao gênero gauchesco que será também valorizado por Sarmiento, representando a poesia, o que será melhor explorado posteriormente; o que fica claro assim é a figura do homem como sendo uma manifestação do meio em que vive.

Sarmiento procura mostrar em sua argumentação que Facundo Quiroga, bárbaro por natureza, expressão genuína do campo, na condição de representante da força caudilha, era fruto emergente da barbárie gaúcha, já Rosas, bárbaro por opção, filho da culta Buenos Aires, veste a casaca do gaúcho por conveniência, conduzido por uma ambição política e demagógica. O autor, ao eleger a dicotomia civilização e barbárie, constrói a percepção da existência de um processo de racionalização contíguo que promoverá a libertação política da Argentina, afastando-a das relações primitivas de poder impostas pelos *caudillos* dos pampas. Dessa forma, um projeto político para superar a barbárie está no estabelecimento de condições para a civilização. Ao determinar o lugar da civilização, ele define esta tanto como a barbárie, como um axioma contrário a tudo que a primeira propunha; ou seja, ao eleger a cidade como local de excelência da forma de conduta civilizada, está definindo que a civilização é o aproveitamento racional, ela está na Europa, mais precisamente está em Buenos Aires. O grande problema está no campo, pois fora do ambiente urbano, Sarmiento encontra, em grande proporção, tudo que pode ser chamado de barbárie.



### CAP III: NATIVOS E CONFLITOS

---

Nessa primeira parte da obra de Sarmiento foi exposto o que optei por denominar “civilização”, pois se refere às camadas que foram anexadas ao conceito desenvolvido por Sarmiento, como investigado no caso dos gaúchos e populações rurais, em detrimento de uma suposta barbárie que aparece na fonte, mas de forma contida, pois Sarmiento agrega aos nativos essa figura. Antes de adentrar propriamente à fonte fica, portanto, evidente a necessidade de explorar a relação dessa extensa parcela populacional com a política Argentina e com a obra *Facundo*, a fim de esclarecer melhor quem foram esses agentes ativos que foram silenciados na obra.

Como apontado por Gutierrez<sup>196</sup> em seu trabalho, nas décadas que se seguiram à independência de 1810, lideranças unitárias e federalistas empenharam-se em assinar tratados de paz com os caciques das confederações indígenas que se formaram a partir do avanço das forças de Buenos Aires pelas Pampas, na esperança de conter os *malones*, que causavam tumultos, e já faziam parte de um imaginário popular ao se referir à região do deserto.<sup>197</sup> Todavia, em ambos os círculos políticos *criollos*, a política de paz coexistiu, com negociações pautadas por limites, que eram a todo o momento testados, e fronteiras que se reformulavam constantemente. A superação dessa problemática ao ideal civilizacional da nova Nação veio aos poucos, junto ao mapeamento de estratégias militares para intimidar essas populações. O que nos leva a observar uma dinâmica de acordos e conflitos como apontado por Carvalho, onde o autor ressalta o efeito de uma porosidade nas fronteiras:

*“A promoção de lideranças indígenas e a busca da sua colaboração com o sistema colonial, mediante a ação de vários tipos de dispositivos de poder, constituíram um fenômeno marcante da experiência dos Guarani no espaço das missões. Tal experiência, longe de se caracterizar pela passividade, foi antes capitalizada pelos mesmos caciques a fim de requisitar benefícios da administração colonial, manter relações com populações do entorno das missões e manejar uma complexa atualização de suas tradições culturais.”<sup>198</sup>*

---

<sup>196</sup> Gutierrez 2011, p. 90.

<sup>197</sup> Gutierrez, 2011, p. 92.

<sup>198</sup> Carvalho, 2014, p.90.

Como o autor expõe acima, as relações entre colonos e nativos é ponto importante, pois contém relações diferentes das manejadas pelas elites cisplatinas, o que montava estruturas próprias de poder que precisavam ser negociadas entre nativos e *criollos* constantemente; portanto, antes de adentrar a problemática entre Facundo e a questão dos nativos, busco investigar alguns processos que ocorreram e afetaram a conexão desses dois mundos em disputa. A solução para o “problema dos índios”, como foi denominada a questão por periodistas da época, tem sua resolução apenas quando os unitários de Buenos Aires derrotaram a Confederação Argentina, encabeçada pelo *caudilho* federalista Justo José de Urquiza, em 17 de setembro de 1861, a opção pelo etnocídio aos poucos ganhou força. Nas décadas de 1870 e 1880, as “campanhas do deserto” idealizadas por Adolfo Alsina e por seu sucessor no Ministério da Guerra e da Marinha e logo presidente da República, Julio A. Roca, asseguraram, pela via do extermínio e do confinamento, a vitória do Estado sobre essa indesejada parcela da população nacional. O tratado de paz assinado, em setembro de 1875, por Juan José Catriel, principal cacique dos índios Pampa-Tehueche a partir de 1870, expressava a perda do poder de pressão que os grupos indígenas haviam mobilizado nas décadas precedentes.<sup>199</sup>

Podemos entender a formação dessa fronteira com Buenos Aires como um processo desenvolvido em muitas etapas, ainda como apontado por Pompeu, primeiro, a necessidade de um limite é pensada e, a partir do século ou missões religiosas. Esses enclaves foram os primeiros focos de contato entre as populações XVIII, foram estabelecidos os “enclaves de fronteira”<sup>200</sup>, o que ocasionou negociações sobre as áreas ocupadas como a realização de tratados, que buscavam estabelecer limites de ocupação, e os *malones*, que pressionavam os *criollos* a realizarem novas negociações.

A definição dessa fronteira foi um processo de avanços e retrocessos, estritamente ligado aos tratados realizados e aos posicionamentos bélicos de ambas as sociedades. As ações na fronteira também variavam de acordo com os acontecimentos políticos internos e externos na Argentina. Na segunda metade do século XIX, assistiu-se à militarização da região com a criação de uma linha de fortes que colocava em ação as políticas expansionistas argentinas sobre sua fronteira com

---

<sup>199</sup> Gutierrez, 2011, p.92.

<sup>200</sup> Carvalho, 2014, p.94.

as populações autóctones. Essa política de fronteiras será, portanto, a base que conecta a Nação Argentina a suas populações originárias; e será a partir dessa ideia que as políticas indigenistas serão pautadas, isso será melhor apresentado neste capítulo, conectando essas populações deliberadamente esquecidas à história da formação nacional.

### 3.1 Barbárie: O Deserto como Disputa Narrativa e o Antagonismo à Nova Nação

Tendo em vista o que foi levantado anteriormente em relação ao deserto, o tema deste capítulo não se reduz apenas a observar a representação deste, trata também de uma busca em levantar os conceitos desenvolvidos e utilizados para manchar a imagem de sua população; assim, tendo sido escrito em 1845 “Facundo ou civilização e barbárie” produziu um retrato da “zona de contato”, especificando e detalhando os embates dentro das duas culturas, assim como as perspectivas de mudança, ou solução, dessa disputa que vinha deste tempos imemoriais. Assim, é possível apontar que a obra fora construída sobre uma perspectiva expansionista, pois seu autor, Sarmiento, condenou o passado bárbaro e colocou a situação dos desertos como motivo da dificuldade da Argentina em consolidar-se como nação.<sup>201</sup>

Por meio desses discursos políticos, produzidos desde as primeiras décadas do século XIX consolidou-se um tipo de deserto, identificado como problema e colocado dentro dos projetos políticos da nova nação. Essa representação aponta o espaço como um deserto convertido em limite, este que abrangia os espaços *criollos*, mas com possibilidades de futuro abertas à apropriação e transformação pelo Estado argentino; como parte de um amplo imaginário popular, o elemento de futuro estaria presente exatamente na transformação dos desertos em parte da nação, assim como apontado aqui por Sarmiento “*El tipo de nuestro hombre sudamericano debe ser el hombre formado para vencer al grande y agobiante enemigo de nuestro progreso: el desierto, el atraso material, la naturaleza bruta y primitiva de nuestro continente.*”<sup>202</sup> Como apontado na citação anterior, o autor define a relação da terra com o vazio, tendo sido a principal premissa acerca da compreensão de deserto construída por esses intelectuais; tendo esses espaços sido povoados por “outros”, que não se enquadravam, assim como o próprio vazio árido das Pampas, no projeto nacional desenvolvido por Sarmiento, estes elementos adjacentes deveriam ser substituídos pela modernidade trazida por essas elites. Como aponta novamente Pompeu “Essa associação dos Pampas com a imagem de desertos vazios e bárbaros colocava a

---

<sup>201</sup> Gutierrez, 2011, p.119.

<sup>202</sup> Sarmiento, 2018, p.95.

necessidade de uma ação “civilizadora”, que justificaria o papel dessa elite letrada em promover a chegada do progresso a esses espaços.”<sup>203</sup>

Essa noção de civilização trazida pela autora pode ser aqui interpretada a partir da, já citada, elite letrada de 37, estes letrados repaginaram o conceito de deserto, pois, mesmo já havendo a palavra que designa esse tipo de região árida, a partir de 37 essa parcela de terra passa a conter um sentido definido para os intelectuais argentinos do século XIX<sup>204</sup>, a partir desse marco o conceito passa a apreender diversos outros sentidos, onde a ausência do Estado impunha a condição de deserto, seus habitantes como parte do meio também são reféns dos males deste meio. O deserto, assim como os autóctones, era uma antítese aos espaços povoados, às cidades, à fronteira e eram esses elementos opostos que davam o seu entendimento.

Se o deserto era oposto à civilização, seus habitantes também o eram. Como já apontado anteriormente, essa desqualificação de conceitos, sendo atualizados como bárbaros, fazia parte processual do projeto da elite intelectual argentina dos oitocentos. Esses Bárbaros e selvagens, não condiziam com Argentina civilizada do futuro almejado por ambas as elites que disputavam a hegemonia e assim as populações autóctones eram cada vez mais afastadas desse projeto nacional até o ponto de seu total extermínio. Aqui emerge a principal problemática de Sarmiento ao descrever a vida de Facundo, da mesma forma como os desertos e suas populações.

Observando aqui agora o verdadeiro alvo das críticas, com Rosas e os *Caudilhos* representando o centro, mas dentro de um contexto em que existe uma gama de significados que podem ser extraídos dessa mesma problemática. A questão é complexa e o presente capítulo desenvolve esse ponto. O elemento inicial, portanto, é essa compreensão desfigurada atribuída aos povos da terra, a qual foi imposta uma figura de inimigo como nativo, este responsável pela insegurança da fronteira e pela condição de deserto dos Pampas e é preciso aqui extrair essa representação dos textos de Sarmiento, assim como apresentar a figura dessa população como realmente era, a fim de descolonizar o pensamento desse meio de século.

A ordem social seria pautada a partir de uma homogeneização artificial, construída para legitimar um determinado grupo político, ao mesmo tempo em que se

---

<sup>203</sup> Gutierrez, 2011, p. 125.

<sup>204</sup> Gutierrez, 2011, p. 155.

forneciam elementos para a identificação nacional de outros habitantes a essas elites (como no caso do Gaúchos).

Com os elementos certos colocados dentro de seu contexto, esses discursos etnocêntricos desenvolveram relação direta com a afirmação de uma identidade nacional. Isso foi possível pois essas concepções ignoravam o passado das populações originárias e buscavam construir e modificar suas experiências. Dentro desse universo de negações, a mestiçagem e as interações próprias do “espaço de fronteira”<sup>205</sup> eram desconstruídas no pensamento das elites intelectuais sobre a própria fronteira. Ao observar a ressonância dessa fronteira cultural, fica evidente a associação do primeiro à figura ilusória do Deserto, que, no imaginário popular cisplatino é elemento importante e crucial. Esses elementos, em primeira vista parecem confusos, porém ao empreender novamente uma análise do Facundo, fica evidente a manipulação desses conceitos, assim como fica claro na seguinte colocação de Sarmiento: “*Si el poder se levanta en el campo, es momentáneamente, es democrático: ni se hereda, ni puede conservarse, por falta de montañas y posiciones fuertes. De aquí resulta, que aun la tribu salvaje de la pampa está organizada mejor que nuestras campañas, para el desarrollo moral.*”<sup>206</sup>

No excerto acima o autor traz referência a esse amplo imaginário dos pampas, sugerindo a própria natureza como um empecilho ao desenvolvimento desse local; importante observar que não é preciso fazer referência ao Deserto com o substantivo que o designa, a própria imagem do bárbaro e a falta de desenvolvimento no sentido iluminista, dentro de uma natureza hostil, são todos sentidos que agregam esse juízo de um vazio, o qual logo o autor complementa “*nuestros padres nos han dejado una inmensa herencia desierta, y una inmensa tarea que llenar, para desempeñar nuestro papel de Nación y de parte constituyente del mundo.*”<sup>207</sup>

O sujeito, no caso a própria Argentina, é vítima da necessidade de confirmar uma jurisdição nacional nas fronteiras internas, ou como o autor aponta “*una inmensa herencia desierta*”<sup>208</sup>, onde áreas consideradas integrantes do novo país estavam sob domínio da barbárie, fora dos limites do Estado. Assim, ao confrontarmos os processos de definição do Estado argentino com sua expansão territorial às áreas

---

<sup>205</sup> Carvalho, 2014, p.118.

<sup>206</sup> Sarmiento, 2018, p. 61.

<sup>207</sup> Sarmiento, 2011, p. 74.

<sup>208</sup> Sarmiento, 2011, p. 82.

consideradas dos pampas, observamos a extensão da hegemonia do Estado esbarrar com a soberania das populações nativas por sobre esse amplo território. Nesse sentido, a construção de um consenso em torno da atuação soberana desse Estado construía “outros internos” em um movimento de homogeneização social a partir da difusão dos elementos de identidade que se homogeneizaram ao longo dos violentos processos de colonização por parte dos *Criollos* nas áreas que integravam esses vazios.

Os nativos e suas práticas passam a ser parte de uma construção, Gutierrez aponta a forma como os recursos de desqualificação analisados eram relacionados à barbárie a ser transformada pela civilização “Novos lugares sociais eram, então, definidos por projetos de territorialização, e as sociedades originárias eram reinseridas a partir desses discursos.”<sup>209</sup>

Como apontado acima na fala de Pompeu, a territorialização desses espaços estaria no âmago do processo de definição dos sujeitos participantes desse processo, etapa presente dentro da própria consolidação do Estado-nação; nesse caso o primeiro elemento que se necessita consolidar, dentro desse vasto universo, é de um território nacional com espaços legitimamente ocupados e definidos. Dessa forma, enxerga-se na construção dos elementos de nacionalidade, somados à identificação desse conceito amplo, a um território fisicamente delimitado, tendo como resultando a noção de que a partir desses marcos físicos seria facilitada toda a luta por uma identidade nacional. Dentro dessas medidas, as elites procuravam legitimar e inserir as áreas do deserto dentro desses limites nacionais, buscando colocar as figuras que se negavam a abandonar esse modo de vida como “outros”, em um processo de criação de homogeneidades, os quais a raça e a etnia se encaixavam perfeitamente ao buscar componentes de exclusão facilmente aplicáveis. Esses elementos de exclusão são basicamente os preceitos iniciais que qualquer ordem bárbara se sustenta; esse tipo de vazio, deserto, pampa, ou qualquer sinônimo que se aplique a uma região povoada, mas fora dos limites nacionais, apenas existem, pois, a figura do nativo pode ser associada a esse povo bárbaro por detrás dela.

Segundo os pensadores da época, essa desordem das pampas se traduz no predomínio da força bruta e na autoridade sem limites, em uma terra onde a justiça é administrada sem a intervenção do Estado, como aponta Gutierrez: “Sem dúvida, este

---

<sup>209</sup> Gutierrez, 2011, p. 189.

é o grande problema para a instauração da civilização, pois o saber culto não encontra ressonância em uma população que vive simplesmente do momento”<sup>210</sup>, seguindo esse raciocínio, existia na pampa um grupo enquadrado sem projetar um futuro de modernidade para os seus descendentes. Esse, no qual os autóctones se enquadram perfeitamente, seriam, portanto, o verdadeiro alvo das transformações do homem do campo em povo, pois para isso, segundo Sarmiento, seria necessário educação.

Para Sarmiento civilizar parecia mais uma ideia do que um ato, antes de qualquer coisa, o ato de educar, ou seja, inculcar nos indivíduos normas e valores; essa seria a principal premissa dessa ideia; a partir disso poderia permitir finalmente as constituições intelectuais para erguer uma sociedade voltada aos valores da modernidade, valores esses que, segundo o autor, estariam presentes no âmago de todos os homens, inclusive no bárbaro, assim como Sarmiento aponta na sua argumentação, essa barbárie seria um subproduto de seu meio, aqui uma citação longa, que expõe o tipo de argumentação presente no texto de Facundo, abarcando desde o deserto até os nativos como figuras causadoras da Barbárie:

---

*“El mal que aqueja a la República Argentina es la extensión: el desierto la rodea por todas partes, y se le insinúa en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana, son, por lo general, los límites incuestionables entre unas y otras provincias. Allí, la inmensidad por todas partes: inmensa la llanura, inmensos los bosques, inmensos los ríos, el horizonte siempre incierto, siempre confundiéndose con la tierra, entre celajes y vapores tenues, que no dejan, en la lejana perspectiva, señalar el punto en que el mundo acaba y principia el cielo. Al sur y al norte, acéchanla los salvajes, que aguardan las noches de luna para caer, cual enjambre de hienas, sobre los ganados que pacen en los campos y sobre las indefensas poblaciones. En la solitaria caravana de carretas que atraviesa pesadamente las pampas, y que se detiene a reposar por momentos, la tripulación, reunida en torno del escaso fuego, vuelve maquinalmente la vista hacia el sur, al más ligero susurro del viento que agita las yerbas secas, para hundir sus miradas en las tinieblas profundas de la noche”<sup>211</sup>*

---

<sup>210</sup> Gutierrez, 2011, p. 188.

<sup>211</sup> Sarmiento, 2001, p. 84.

A intenção aqui é clara, como um reflexo da sua realidade, Sarmiento aprofunda a caracterização ao levar o leitor ao ambiente que é aqui protagonista, e transporta quem quer que leia seu texto, diretamente a essa realidade das pampas, isso com o intuito de apontar claramente os componentes corretos, culpados pelo entrave no crescimento da Argentina enquanto um Estado Moderno é o modo de vida do campo, assim esse modo de vida bárbaro deverá ser transformado e civilizado, isto é, na medida em que a modernização alcançar às províncias do interior da Argentina para, à força e paulatinamente, ir transformando esses espaços no mais próximo que poderiam chegar em se parecer com o ideal do estado de modernidade que em Sarmiento será devidamente construído:

“El mal que aqueja a la República Argentina es la extensión: el desierto la rodea por todas partes, y se le insinúa en las entrañas; la soledad, el despoblado sin una habitación humana, son, por lo general, los límites incuestionables entre unas y otras provincias. Allí, la inmensidad por todas partes: inmensa la llanura, inmensos los bosques, inmensos los ríos, el horizonte siempre incierto, siempre confundiéndose con la tierra, entre celajes y vapores tenues, que no dejan, en la lejana perspectiva, señalar el punto en que el mundo acaba y principia el cielo.”<sup>212</sup>

Aqui Sarmiento se refere diretamente a esse vazio ou o tão aclamado deserto; assim como o autor trabalha a natureza, apontando os traços que ao serem traduzidos assumem a forma e as cores uma imensidão selvagem e árida pintada aqui, não existe beleza, mas sim uma exuberância tão grande quanto sua agressividade. Assim como formulado acima, não como apenas um lugar, mas como uma ideia: “*Al sur y al norte, acéchanla los salvajes, que aguardan las noches de luna para caer, cual enjambre de hienas, sobre los ganados que pacen en los campos y sobre las indefensas poblaciones.*”<sup>213</sup>

Essa ideia é a de um território dominado pelo medo, onde o selvagem domina e pode atacar a qualquer momento; o medo e a insegurança fazem, portanto, parte desse “projeto” de nação, almejado e em desenvolvimento turvo e desconexo tomado nas mãos das elites intelectuais de 37, que deram forma e alinharam esses preconceitos e foram aos poucos criando um subproduto que afirmou esse discurso de homogeneização cultural. A partir do discurso de Sarmiento, que focou sua atenção total a esses problemas, todos os arquétipos raciais foram definidos de maneira

---

<sup>212</sup> Sarmiento, 1996, p. 85.

<sup>213</sup> Wasserman, 2011, p. 124.

satisfatória para seus pares, assim como exemplificado nos excertos acima, com estes revestidos agora como aspectos de “argentinidade”, ao mesmo tempo em que identifica aqueles que deveriam ser incorporados, definia, principalmente os traços a serem esquecidos. Como exemplo dessa seletividade do que representaria o novo país, Wasserman aponta a figura dos gaúchos, estes identificados com a barbárie em Facundo (1845) foram ressignificados em Martín Fierro<sup>214</sup> (1872), como um dos componentes de originalidade da nação argentina. Esse mestiço dos espaços de fronteira que, apesar do conflito, tinham seus territórios negociados com tratados, e que estiveram presentes em diversos momentos da vida política argentina, foram inseridos na ordem hegemônica como um “outro”, cujas alternativas eram a assimilação ou a destruição; “outro” que representava o entrave ao projeto de civilização, inerente ao projeto nacional.

Esse projeto, como foi observado nos primeiros capítulos, tem início em 1810, nas primeiras décadas após o término das Guerras de Independência, as quais foram marcadas pelo fortalecimento de Buenos Aires perante as demais províncias argentinas. Como aponta Wasserman: “O princípio de identidade coletiva resultante da ruptura com a metrópole foi fragmentado pelos interesses e lideranças locais, opondo as províncias do ‘interior’ a Buenos Aires”<sup>215</sup> considerando a localização privilegiada dessa cidade, a expansão pecuária promovida pelos *caudillos*, a partir das políticas de Rosas, criou uma classe de proprietários de terra cada vez mais fortalecidos pelas crescentes exportações de carne seca e pele de animais; o poderio econômico gerado pela agro exportação, somados à retenção dos recursos aduaneiros do porto de Buenos Aires geraram ainda como apontado por Daflon<sup>216</sup>, em consequência, um poder político que não afetava apenas as elites locais, mas também ameaçava o equilíbrio entre as demais províncias, o que foi corrigido pela nova elite

---

<sup>214</sup>O Gaúcho Martín Fierro, é um poema de José Hernández, obra literária de grande popularidade na Argentina. Foi publicada pela primeira vez em 1872 com o título *El gaucho Martín Fierro*, e sua continuação, *La vuelta de Martín Fierro*, surgiu em 1879. Através deste livro, o autor conseguiu fazer-se escutar e ter eco para suas propostas a favor da causa do gaúcho, contando sua contribuição para o desenvolvimento nacional da Argentina. (Carrino, F: "The Gaucho Martin Fierro", p 3. State University of New York Press, 1974).

<sup>215</sup> Wasserman, 2011, p. 128.

<sup>216</sup> Daflon, 2011, p. 204.

em ascensão, que retornara ao país após a caída de Rosas; estes representados pelos intelectuais de 1837.

Essa etapa final da consolidação do Estado Nacional, agora assumindo as roupagens de Estado Argentino, enfim se estabelecem, e nesse início ficou evidente a quem Sarmiento, e por consequência seus contemporâneos, culpabilizaram pelos atrasos e pelo longo período de conflitos civis que assombraram a região do Prata: os nativos. Estes agora serão introduzidos como sujeitos nessa narrativa, isso será possível ao analisar as políticas em relação às populações originárias e a resposta desses agentes em relação a esse tipo de conflito que se criou, uma contenda envolvendo as terras “desertas” assim como a representação desses agentes no Restante da obra *Facundo*, observando as mudanças de tratamento ao longo da trama.

Como foi levantado no primeiro capítulo, a nova nação se encontrava em desesperados momentos de reconfiguração, a geração de 37 fora exilada e com a derrota de Rosas as flamas provenientes das guerras civis se acenderam novamente. A figura dos nativos em meandros de 1851 não ficou de fora desse conturbado período. Dentro desse recorte temporal, o atual capítulo busca compreender as mudanças que ocorreram após este último suspiro do período Rosista e nessa primeira fase de um novo Estado Argentino, fazendo alusão aos revolucionários de 1810, ecos tais dessa tentativa de montar o que fora imaginado como Argentina pelos intelectuais de 37, que finalmente ascendem ao poder e podem implementar seu projeto.

Como já foi visto ao longo dos primeiros capítulos, além das medidas repressivas em relação a seus opositores, o governo de Rosas se destacou, principalmente, por uma aberta defesa dos interesses dos proprietários de terras, garantindo a expansão das áreas disponíveis para as atividades pecuárias. Em 1851, com a derrota definitiva de Rosas, foi criada a Confederação Argentina sem a presença de Buenos Aires, o que limitou os recursos e o poder de articulação da nova Confederação de Estados Argentinos.

Nas décadas que se seguiram ao fim do regime dos *caudillos*, os vínculos com as alianças locais foram se enfraquecendo, isso afetou principalmente as alianças próximas a Buenos Aires, que se viam cada vez mais tentadas a unirem-se à nova capital; o Congresso Nacional, o exército, os partidos, dentre outros elementos, são

claros exemplos de instituições que modificaram seus mecanismos de funcionamento e cooptação, concentrando atribuições, que antes pertenciam aos líderes locais, a um governo central, ou seja, vemos um período de reorganização política, o que representava uma ameaça para a existência da nova Argentina, devido a sua falta de representação e de soberania perante suas diversas populações

É importante iniciar o presente capítulo apontando que, até meados da década de 1860, o Estado argentino não possuía condições de fazer frente às populações nativas dos Pampas<sup>217</sup>, isso se traduziu no que Pompeu aponta como: “políticas de apaziguamento”; essas se destacam entre as medidas desenvolvidas por Rosas, falam de um momento onde foi estabelecida uma rede de negociações sobre os limites e as áreas de atuação que regiam os espaços entre os nativos e os espaços pertencentes a Rosas e seus aliados; o *caudilho* estabeleceu isso como política de estado, tratavam-se de: a partir da distribuição de rações, porções de terra, em troca de demarcações e defesa em casos de necessidade, no caso de conflitos civis, isso será melhor explorado posteriormente neste capítulo, porém, é possível compreender que tampouco haviam projetos consolidados formalmente nesse sentido, o que gerava áreas que viviam em negociação e renegociação de limites com o Estado central (no caso a figura de Rosas), o que gerou uma população fora das amarras do poder estatal. Como apontado por Gutierrez “A primeira lei a tratar da fronteira interna data de 1867, que definia que a fronteira interna deveria ser estabelecida no Rio Negro, início da Patagônia argentina.”<sup>218</sup>

Isso aponta que os tratados foram baseados em medidas geográficas fora do alcance do controle do Estado. No momento, o que compreende essa parte da análise é enxergar esses tratados de limites e fronteiras como a representação do território Argentino até então estabelecidos diretamente com os ocupantes desses territórios fora das leis estabelecidas por um tribunal burocrático e o governo central, no entanto, só teria relevância nesses locais após um longo período de “reestruturação interna” (1851-1870), onde há uma solução militar, que só é possível devido à Guerra do Paraguai, onde o exército retorna fortalecido e capaz de subjugar essas populações.

Aqui, no período que abrange 1840 a 1850, onde foi finalizado o capítulo anterior, é possível compreender a ausência de uma política voltada diretamente para

---

<sup>217</sup> Gutierrez, 2011, p. 134.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 56.

essas áreas consideradas desertas e suas populações, embora já existisse o entendimento de que os espaços além das fronteiras deveriam compor o território nacional, mas ainda se ensaiava uma forma de possibilitar isso, ainda mais pós queda de Rosas, pois o *caudilho* tinha papel central nas negociações de limites entre os estancieros e os nativos, onde se desenvolvia uma política de tratados, visando beneficiar de forma extraoficial os povos nativos aliados daqueles que não se subjugavam ao Estado. A territorialização do espaço dos nativos foi, portanto, resultado da ação do Estado em anexar a região dos Pampas aos recém definidos limites do território nacional, não só isso, como buscou-se no conjunto de leis da nova nação anexar suas populações; era, portanto, como já visto no capítulo anterior, necessário construir o nativo como um outro, no sentido excludente da palavra, negar esses sujeitos e colocá-los fora do conjunto de símbolos e identidades do novo Estado.

O ideal do progresso e da civilização ajudaram a construir esse “outro”, embasado por referenciais científicos. Holt afirma sobre essas comunidades imaginadas durante o século XIX “A raça e a nação são dois conceitos que devem ser pensados juntamente com suas articulações entre suas noções de identidades, raciais e nacionais.”<sup>219</sup>

Portanto, como apontado pelo autor, conceitos como raça e nação devem ser constituídos dentro de uma historicidade, que se articulam de maneiras distintas em cada momento histórico, uma vez que a nação buscou refletir quem a ela pertencia ou não. Ou seja, a nação imaginada na Argentina no final do século XIX, projetava a articulação entre o que seria sua identidade, esta em relação às noções anteriores de pertencimentos sociais preexistentes.

A origem da reflexão sobre a nação e seus elementos pode ser vinculada à “geração de 37”, em que os seus principais autores discorreram sobre o que consideravam como “base para uma nação civilizada”<sup>220</sup>. Importante apontar que se compreende, no presente trabalho, que a noção de “raça” foi componente central no processo de construção do Estado argentino; dessa forma, no contexto do século XIX, é preciso analisar e mais uma vez refletir sobre esse conceito que possui diversas implicações, principalmente quando relacionado à população nativa. É necessário,

---

<sup>219</sup> Holt, 1962, p. 58.

<sup>220</sup> Gutierrez, 2011, p. 132.

portanto, analisar o pensamento vigente no ambiente intelectual da Argentina nos oitocentos, pois este foi o que tornou possível a difusão de ideias “racialistas” e que excluíram parte da população, no caso a dos povos autóctones.

Observando o caso específico argentino, enxerga-se que o uso de raça serve como criação de diferenças entre as populações, isso se dá por meio de componentes como cor e cultura, conceito que pode ser chamado de “racialização”<sup>221</sup>; e é nesse contexto de guerras civis quase permanentes, em que as hierarquias foram construídas a partir de um discurso hegemônico, onde essa ideia de raça se encaixou perfeitamente. É imperativo, portanto, investigar o que se entendia pelo conceito de raça e sua relação com o discurso nacional para melhor compreender as situações de exclusões e inclusões inerentes à formação desses novos Estados.

O Estado nacional na Argentina foi, portanto, formado nessa articulação entre concepções racialistas do século XIX, onde uma busca por modernidade e outra em estabelecer identidades se confluíram e que buscavam princípios similares, serem ao mesmo tempo homogêneas e “civilizadas”. Os entendimentos sobre raça se relacionavam com os processos de formação de identidades, ou seja, em (re)definir aqueles que fariam ou não parte da nacionalidade em questão. E, igualmente, essas definições representam os processos hierárquicos em vigor, uma vez que foram estabelecidas e impostas pelas elites políticas e intelectuais. Novamente, segundo Gutierrez:

*“O projeto de nação da elite criolla era um projeto modernizador. E, essa modernização, além de tecnológica, era também cultural: correspondia à adoção da cultura civilizada, considerada moderna, e assim as identidades seriam moldadas dentro dessa concepção modernizadora.”<sup>222</sup>*

Aqui complementa-se o que não ficou nada latente nas passagens destacadas de Sarmiento em seu *Facundo*, o componente racial serviu como disfarce para criar identidades a partir de diferenças, o que promoveu a força e a exclusão como principais métodos de controle social. A identidade nacional é narrada em *Facundo*, seu momento de nascimento, sua decrepitude e sua redenção representam o que a ideia de raça se articula dentro de uma teleologia do progresso, inserida na construção

---

<sup>221</sup> Fanon, 1952, p.24.

<sup>222</sup> Gutierrez, 2011, p. 108.

dos Estados Nacionais. Na passagem inserida a seguir, a obra de Sarmiento, já diretamente ao capítulo 5.” VIDA DE JUAN FACUNDO QUIROGA<sup>223</sup>, aparece o ponto central onde “Facundo” sai da narrativa, e o progresso se materializava na vivência da cultura europeia e nos recursos tecnológicos existentes nos centros urbanos. Em antítese, estava o campo dominado pelos gaúchos e pelos nativos:

*“Aquí se eslabona insensiblemente el lema de este capítulo: “Es el hombre de la Naturaleza que no ha aprendido aún a contener o a disfrazar sus pasiones, que las muestra en toda su energía, entregándose a toda su impetuosidad. Éste es el carácter original del género “humano”; y así se muestra en las campañas pastoras de la República Argentina. Facundo es un tipo de la barbarie primitiva: no conoció sujeción de ningún género; su cólera era la de las fieras: la melena de sus renegridos y ensortijados cabellos caía sobre su frente y sus ojos, en guedejas como las serpientes de la cabeza de Medusa[...].”<sup>224</sup>*

Como apontado pelo próprio autor, Sarmiento finaliza o capítulo fazendo referência ao que representa a falência do homem do campo; a morte de Facundo Quiroga traz figuras poéticas, imagens que representam a humanidade no fim da vida, a derrota desse homem do campo pela natureza e, como Perseu vencendo a Medusa, o fim de um monstro pelas mãos da virtude e da inteligência provenientes da mente humana civilizada.

---

<sup>223</sup> Sarmiento, 1996, p. 113.

<sup>224</sup> Sarmiento, 1996, p. 113.

### 3.2 Os nativos e os Pampas

A região denominada como Pampa, além de definir uma fronteira próxima a Buenos Aires, sempre foi destacada por seus habitantes, isso devido a sua grande extensão territorial e às diversas sociedades ali presentes, sempre em constante convivência, o que por via do povoamento acabaram demarcando uma barreira informal e física, que seria a grande protetora na capital portenha nos planos de Rosas, frente a qualquer influência ou ameaça de outras províncias e defendida geograficamente. Pode-se inferir que, ao mapear essa grande área e suas diversas populações, é preciso compreender que essas sofreram entre si processos de transculturação, assim como aponta Melo, em decorrência dos fluxos de imigração trans-cordilheiranos<sup>225</sup>, mais especificamente “Durante o século XIX, numerosos grupos oriundos do lado chileno passaram a habitar as planícies argentinas se misturando com os grupos já existentes e formando novos grupos, em processo conhecido como araucanização dos Pampas.”<sup>226</sup>

Essa enorme diversidade de sociedades, assim como em outros processos de colonização da América hispânica, foi toscamente simplificada pelos europeus por meio das designações genéricas dentro do pluralismo de significados dados a termos, como o próprio indígena; entretanto os contatos entre a sociedade *criolla* e a dos nativos ocorre de outra forma, como aponta Melo:

*“[...]os contatos surgem com relevância nas fontes a partir reduções jesuíticas conhecidas como 30 povos das missões faziam parte do vice-reino do Prata*

---

<sup>225</sup> Estes grupos, muitas vezes rivais, apresentavam diferentes graus de relação entre si, mas constantemente comercializavam seus produtos nas feiras que se constituíam nas encruzilhadas das *rastrilladas*. A chegada dos espanhóis, no século XVI, transformou esta situação, ao inserir três novos fatores na organização originária: a expansão territorial dos colonos, o gado *cimarrón* – aquele que fugia das estancias, e a pressão migratória sobre os araucanos, os indígenas que habitavam a região central do Chile. Entre os séculos XVI e XVIII, estabeleceu-se uma nova situação, na qual todos os grupos indígenas passaram a utilizar, domesticar e comercializar os eqüinos e bovinos. Ademais, a busca pelo gado errante nos pampas levou os diferentes grupos originários da Argentina, bem como os chilenos, a conviver, interagir e se miscigenar, num processo que ficou conhecido entre historiadores e antropólogos como a “*araucanização dos pampas*” (Passetti, 2008, p.333.).

<sup>226</sup> Melo, 2017, p. 183.

*e eram divididas em cinco departamentos: Concepción, São Miguel, Yapejú, Candelária e Santiago”. Depois da criação do vice-reino do Prata, os três primeiros ficaram sob a administração de Buenos Aires e os dois últimos do Paraguai.”<sup>227</sup>*

Dentro desse tipo específico de povoamento, os produtos do trabalho coletivo acabaram sendo registrados e foram gerenciados pelo Cabildo, assim como pelos administradores dos povos. A necessidade de reorganizar os povos era constante em meio às pautas políticas das primeiras décadas do oitocentos, assim como pelas disputas entre os próprios nativos, diante de tais empecilhos as missões continuaram divididas “Concepción e Yapejú sob jurisdição de Buenos Aires, com dez povos; São Miguel sob jurisdição do Brasil, com 7 povos (incluindo São Borja, que pertencia ao departamento de Yapejú); e Candelária e Santiago, sob jurisdição paraguaia, com 13 povos.”

Esses registros e as diversas populações nativas seguiram um caminho temporal que nos oferece até o século XIX pouco mais que um panorama geral dos contextos locais e globais ligados aos projetos políticos para estabelecer fronteiras entre estes e os *criollos*, entretanto, fica evidente que longe de serem acontecimentos desconectados, a conquista da Coroa espanhola nos 1800 e as tratativas anteriores e posteriores também possuem direta conexão ao controle dos nativos, bem como ao uso de sua mão-obra e de suas propriedades como ferramentas para estimular o comércio e definir limites territoriais.

As designações mais comuns encontradas nos relatos dos viajantes e cronistas do século XVIII e XIX para o Pampa e o norte da Patagônia argentina são pampas, Tehueches e Aucas, assim como ressalta Melo<sup>228</sup>; tais designações não eram acuradas e muitas vezes surgiram a partir de relatos de terceiros (como padres, biólogos ou artistas), já que a intenção era somente a de registrar os sujeitos, tendo como preocupação central mapear e ocupar o território, ou simplesmente sem haver uma verificação dos próprios grupos citados. É importante apontar que, assim como nos textos de Sarmiento, e como aponta Nacuzzi, essas designações eram genéricas e em geral correspondiam ao local em que esses grupos costumavam se concentrar, porém, em mais de um caso nos deparamos com uma mesma denominação designando grupos pertencentes a locais distintos, comandados por lideranças

---

<sup>227</sup> Melo, 2017, p. 183.

<sup>228</sup> Melo, 2017, p. 185.

distintas, o que nos atenta à necessidade de reler essas fontes a partir de novas interpretações. Assim como apontado novamente por Melo:

*“Como exemplos, estão as transformações ocorridas a partir do estabelecimento de grupos vindos da Araucanía chilena para as áreas da atual argentina, quando ocorreram formação de novas lideranças entre os cacicados araucanos e pampeanos, e foram formados circuitos de comércio de gado oriundo dos Pampas argentinos para o mercado chileno.”<sup>229</sup>*

Os vestígios aqui inferidos não se restringem a mapear os nativos, dentro das incongruências, e as dissonâncias perante as lógicas civilizatórias presentes nos relatos, existe na fala acima destacada um importante trecho a respeito da real forma de participação encontrada pelos nativos no Antigo e no Novo Estado Cisplatino; essas populações foram forjadas em espaços que, a princípio, denotam apenas o exercício do controle e do poder. O que acontece é que a partir da criação de gado e da demarcação fronteiriça com o Chile, o domínio da região dos pampas incentivou o Estado a coexistir com essas populações (tendo em vista que as guerras internas enfraqueciam o poder bélico), sendo assim o Estado foi obrigado a reconhecer a existência dessas populações.

Infuso nesse universo de redefinições espaciais presente no início do XIX, o autor Francismar de Carvalho traz importante contribuição para essa dissertação, ao mesmo tempo que reflete sobre um aspecto central entre as dinâmicas de convivência entre essas duas sociedades que eram obrigadas a coexistirem; isso se refere ao que o autor aponta como “pedido de juramentos de lealdade aos índios independentes”, esse tipo de aliança acontecia através de tratados de paz e outras formas de acordos da Coroa com chefias nativas e a requisição eram mecanismos com que a administração colonial reforçava seu controle sobre a vida social, entretanto, convém salientar que, não raro, as ofertas de serviços e lealdade partiam dos próprios e nativos das fronteiras, capazes de manipular habilmente as relações pactuadas. Neste mesmo ponto, Hespanha<sup>230</sup> enfatiza que, dentro desses pactos, os limites eram negociados a todo momento, onde tanto súditos quanto Coroa impunham limites ao poder alheio, a violação por parte do rei ou de seus funcionários ensejava, nos súditos, toda a sorte de relações, que iam desde o envio de petições, passando por diferentes

---

<sup>229</sup> Melo, 2017, p.186.

<sup>230</sup> Hespanha, 2004, p.59.

formas de negociar, até a suspensão da ordem real, assim o autor pontua: “Todo espaço colonial é ‘um espaço de pactos’, escreve António Manuel Hespanha, que assinala a existência de uma imensurável rede de “deveres cruzados de graça e gratidão”.<sup>231</sup> Esse aspecto se desenvolve até o momento da independência, onde os autóctones ainda estavam inclusos como parte do problema da colônia, sendo, em certos âmbitos, engrenagens de um sistema de abastecimento subdesenvolvido economicamente. Entretanto, conforme o número de populações cresceu, a partir do processo de independência em 1810, existiu um momento em que esse pacto necessitou de uma impactante reestruturação.

Com a figura central da Coroa espanhola deposta, ocorreu um vácuo de poder a ser preenchido, esse eco foi ouvido até pelas populações que não ganharam maior espaço com essa mudança de soberania; os nativos precisaram reafirmar e, em sua maioria, reestabelecer esses pactos. Foi preciso, para isso, modificar as dinâmicas presentes antes da própria independência, trata-se de uma regressão necessária, pois foi desenvolvida aqui a fim de deixar três aspectos claros para o leitor: o primeiro é que, segundo aponta Melo: “o manejo, a criação, a reprodução e o consumo apropriado do gado foram todos introduzidos na economia pelo manejo dos nativos.”<sup>232</sup> O segundo é que o labor desenvolvido e divulgado por esses grupos alimentou fontes centrais de comércio, como o comércio interno e externo, intracolonial e transatlântico; e, como finaliza a autora “estimulou a capacidade de absorção desse comércio do qual portugueses, charruas, minuanos, guaranis e espanhóis fizeram parte.”<sup>233</sup> Por fim o terceiro aponta para o fato de que o comércio legal e o contrabando de gado não eram praticados apenas por grupos guaranis, mas também por portugueses, espanhóis, charruas e minuanos. Assim pode-se observar que a intensa atividade econômica, as muitas disputas e as constantes negociações de limites, criaram grupos adulterados por esse constante contato entre as sociedades autóctones e os diversos colonizadores, o que aponta uma interrelação e fluidez exacerbada quando se considera nomes e características de cada grupo da região dos Pampas, pois estes mudam constantemente para se relacionarem propriamente com outros grupos que buscavam se impor sobre seu território.

---

<sup>231</sup> Hespanha, 2004, p.60.

<sup>232</sup> Melo, 2017, p.199.

<sup>233</sup> Melo, 2017, p.201.

## Levantamentos Finais:

A partir dos levantamentos realizados nos capítulos anteriores, pode-se compreender que, dentro da realidade de colonização, o desenvolvimento das relações entre os nativos na região Cisplatina e os Colonizadores foi dividido em etapas, o que em resumo se deu, segundo Nacuzzi, em três pontos distintos. O primeiro foi o início dos contatos entre nativos e *criollos* a partir do século XVII, e de forma mais intensa no século XVIII, ocorreram como processos denominados como “Enclaves”; juntamente com o estabelecimento de fortes, missões religiosas e posteriormente de pequenos povoamentos nas proximidades do que foi estabelecido como o limite, para então tornar-se uma “fronteira”, essa demarcação não natural teria como intuito demarcar a jurisdição entre as sociedades disputando o mesmo território. A intensidade dos contatos que ocorriam nesses espaços os caracteriza como “espaços de fronteira”. Dentro desses lugares de disputa, essa expressão, apresentada pela autora, auxilia a definir os espaços controlados principalmente pelos padres, que recrutavam e estabeleciam regimes de trabalho e doutrinas em delimitações espaciais próximas a Buenos Aires.

As relações estabelecidas dentro desses espaços de fronteira, desde a colonização espanhola e até o estabelecimento definitivo do Estado argentino, devem ser compreendidas, como apontado por Melo, como: “um longo processo de adaptações e imposições, em que ambas as sociedades produziram novos discursos.”<sup>234</sup> É possível compreender que a intensa fluidez das identidades representadas por alguns seletos grupos que possuíam constante contato com os *criollos* possibilitou o protagonismo de alguns grupos étnicos nativos que desempenharam papéis centrais no espaço pampeano durante o século XIX; onde, mesmo genericamente, pode-se absorver essas identidades importantes, no sentido de nos referirmos a essas como formas dos próprios nativos em relação às sociedades que mantinham acordos e limites entre si<sup>235</sup>:

---

<sup>234</sup> Nacuzzi, 2008, p.138.

<sup>235</sup> Francismar, 2012, p.94.

Assim como nos traz Melo<sup>236</sup>,” os Ranqueles, os salineiros ou os chilenos, os hulliches e os Pehuenches<sup>237</sup> foram os mais influentes dentre os habitantes a região central do espaço de fronteiroço”; a autora continua a apontar dentre outros componentes, as diversas localidades onde os nativos aparecem nas fontes:

“nas proximidades da província de Córdoba, e os principais caciques no início do XIX, era Mariano Rosas<sup>238</sup>. Os salineiros localizavam-se nas regiões mais férteis do Pampa úmido, a oeste de Buenos Aires, constituindo-se por índios provenientes do lado chileno, entre os quais Juan Calfulcurá (ou Pedra Azul) se estabeleceu como principal cacique. Os Tehueche tinham como principal cacique Feliciano Purrán, e Valentín Saygüequé era o cacique representante dos Hulliches, na região que corresponde à província de Neuquén. Outros grupos como parcialidades Tehueche e os índios dos caciques Juan Catriel e Cachul habitavam as reduções no interior dos “espaços de fronteira” e eram considerados “índios amigos.”<sup>239</sup>

Essas diversas lideranças eram apontadas e nomeadas pelos próprios cronistas e padres como “caciques”, representam na realidade o contato direto e constante dos nativos com importantes setores da política portenha. Dentre os muitos grupos, aqueles que melhor se inseriram nos processos de adaptação resultantes do contato com a sociedade *criolla*, se beneficiaram, isso se dá principalmente ao referenciar o gado, ainda segundo Nacuzzi, este “recurso” fora introduzido no Pampa desde o século XVII e utilizado por ambas as sociedades; os rebanhos que se reproduziam de forma selvagem tornaram-se escassos no século XVIII, quando os *criollos* passaram a criá-los em fazendas cercadas tentando impedir a captura desses animais pelos nativos.

Como apontado, esses animais já possuíam igual importância econômica em ambas as sociedades e seu confinamento nas fazendas *criollas* foi motivo de conflito e deliberação da fronteira, esses nativos passaram, então, a buscar esses animais por meio de ataques ou “*malones*”, com o objetivo de abastecer as rotas de comércio

---

<sup>236</sup> Melo, 2017, p. 195.

<sup>237</sup> Melo, 2017, p. 196.

<sup>239</sup> Jong, Ingrid, *Las Alianzas Políticas indígenas en el período de la Organización Nacional: una visión desde la Política de tratados de Paz (Pampa y Patagonia 1852-1880)*. In: QUIJADA, Monica (ed.) *De los cacicazgos a la ciudadanía. Sistemas de frontera, Río de la Plata, siglos XVIII-XX*. Berlin: IberoAmerikanisches Institut, 2011, p. 85; BECHIS, (2006), p. 10

de gado. Como aponta Karina “Esses circuitos comerciais correspondiam a um complexo fronteiriço que abrangia áreas indígenas e hispânicas do outro lado da cordilheira, em que os índios exerciam o papel de intermediários no abastecimento de animais para os mercados chilenos.”<sup>240</sup>

Tal fenômeno se inseria dentro de um movimento de transmigrações, pois, na ausência de fronteiras físicas, assim ocorre o fenômeno de miscigenação desses grupos autóctones, assim é desencadeado o surgimento de novas etnias, as quais Martha Bechis<sup>241</sup> denomina como “complexo Arauco-Pampeano-Patagônico”; essa nomenclatura prevê, já em seu título, acentuar a abrangência do circuito econômico que se iniciava com os *malones* de apreensão de gado nas fazendas pampeanas, e era finalizado do outro lado dos Andes, em negociação com o mercado Chileno.<sup>242</sup> Segundo a autora, além das vagas identidades impostas pelos *criollos*, a própria dinâmica do processo de araucanização contribuiu para a complexidade das identificações de cada grupamento indígena, já que os grupos existentes foram agregados, dominados ou fundidos com as populações emigradas, formando novas identidades étnicas, com seus cultos e componentes étnicos culturais variados.<sup>243</sup> Como exemplo, Martha Bechis ilustra a situação dos ativos da região de Salinas Grandes, a oeste de Buenos Aires, região habitada por “(...) *huilliches valdivianos chilenos en las dos primeras décadas del siglo XIX, luego por boroganos de la llanura chilena hasta 1834 y después con la llegada de Calfulcurá, fueron huilliches-pehuenches de la precordillera chilena.*”<sup>244</sup>

Compreende-se, a partir dessa diversificação étnica que, a formação do Estado Nacional Argentino, como estrutura estatal moderna, passa a ser definido, a partir da segunda metade do século XIX, como avesso a toda essa parcela de cidadãos; essa reformulação de um espaço interétnico influenciou diretamente na intensificação das relações de controle com os habitantes do Pampa, nesse sentido, ao iniciar a territorialização do Pampa e da Patagônia, os habitantes “índios” foram cada vez mais relacionados aos “bárbaros”, opostos ao padrão de “civilização” pretendido dentro dos

---

<sup>240</sup> Melo, 2017, p. 202.

<sup>241</sup> Bechis, 2010, p.203.

<sup>242</sup> Bechis, 2010, p.204.

<sup>243</sup> Melo, 2017, p.204.

<sup>244</sup> Bechis, 2010, p.204.

discursos desse novo Estado. Raça, pecuária e ciência formavam um tripé utilizado para legitimar e justificar a conquista de novos territórios.

Tendo em vista as preocupações expansionistas do Estado argentino sobre os pampas e a Patagônia, com a intensificação das relações entre nativos e *criollos* no século XIX, foram surgindo os conceitos de “índios amigos”, “índios aliados” e “índios inimigos”<sup>245</sup>, como aponta novamente Melo; ao serem ressignificados como antagônicos, os nativos passam a buscar formas diversificadas de estabelecer relações de cunho econômico novamente com o Estado central, não visando normatizar essas relações por falta de opção, mas sim, pela grande disputa de influência dos “índios amigos” nas rotas comerciais estabelecidas nessas zonas de fronteiras.

Entendem-se, portanto, que aqueles que habitavam as proximidades dos povoados dos “espaços de fronteira” (ou que habitavam os próprios povoados), denominados como amigos, na realidade cumpriam funções como de uma colônia ilegítima, fornecendo funções até o nível do exército, atuando em casos extremos na defesa da fronteira contra outros invasores que poderiam modificar ou até desfazer essas relações pautadas, portanto, por trocas e reformulações constantes de limites, recebendo em troca, o pagamento sistemático de rações (ou víveres, pagos em forma de produtos ou animais).<sup>246</sup> Importante pontuar que evidentemente os grupos que se relacionavam com o governo criollo, por meio de tratados, mas que mantinham sua autonomia enquanto sociedade ou “índios amigos”, forneceram suporte importante aos governos *criollos* a partir de 1810, principalmente no período que se refere ao Governo de Rosas.

Esse processo extenso pode ser visto como uma forma de semiburocratização das relações entre nativos e os *criollos*; por meio de tratados entre o governo e as lideranças denominadas “caciques”, a região do Pampa se sobressai como uma manifestação do reconhecimento da soberania dos autóctones sobre determinados espaços dentro do próprio território nacional, além da capacidade desses agentes de atuar como representantes políticos reconhecidos pelo Estado. Aplica-se ao caso a reflexão onde, mesmo sem a existência de um Estado propriamente dito no período

---

<sup>245</sup> Melo, 2017, p. 144.

<sup>246</sup> Melo, 2017, p. 145.

antes de 1810, pode-se pensar essas relações como “diplomáticas”, como aponta Melo:

*“já que os tratados buscavam intermediar os conflitos existentes nos “espaços de fronteira”, buscando a defesa das fazendas e dos povoados ao evitar as guerras com os índios. Os índios eram soberanos de seu espaço e autônomos, no sentido de estarem desvinculados da autoridade do Estado argentino, a não ser quando respondiam a este por meio de acordos gerenciados por ambos. Esse reconhecimento da soberania indígena perante o Estado argentino é suficiente para identificar a relação mediada por tratados como uma “atividade diplomática.”<sup>247</sup>*

Segundo a mesma forma como a autora apresenta a soberania acima, fica evidente a forma como esses tratados eram pautados no entendimento dos próprios *criollos* sobre a figura dos “caciques”, estes a partir de 1810 representando agentes políticos que interpretavam as negociações e as comunicavam aos demais grupos nativos que não possuíam acesso a esse tipo de vínculo. Fica evidente, portanto, a natureza dessas relações interétnicas, significavam fronteiras e precisavam ser intermediadas por tratados e negociações que mediavam conflitos armados, ao mesmo tempo, é uma forma de reconhecer as percepções dos contemporâneos sobre a questão dos nativos.

O conhecimento do outro, aqui, dispõe a existência de uma diplomacia interétnica, uma dentre muitas outras formas de vincular, e, portanto, controlar, a influência dos “caciques” ao mantê-los dependentes do governo central, e assim evitar a realização de ataques às fronteiras, uma vez que não era possível contê-los apenas com a força militar, devido às frequentes guerras civis e a desorganização do exército nacional, fatores que se modificam ao ponto em que a nação foi sendo consolidada após 1837.

Importante apontar aqui que, segundo Karina, existe uma extensa historiografia baseada nesses tratados e é uma fonte de conhecimento bastante explorada por antropólogos e historiadores argentinos, no entanto, tem como limite a própria fidelidade desses tratados, escritos muitas vezes por *criollos* que serviam de secretários dos caciques não letrados. Ao aproximar essa corrente à abordagem literária, é possível emergir relações entre a influência desses agentes nativos nas fronteiras e o tratamento dados a eles pelo governo central. Isso traz novamente ao

---

<sup>247</sup> Melo, p. 153.

centro da problemática a literatura, afinal, como essas relações complexas se mantêm desde tempos pré-independência até o lançamento da obra central de Sarmiento e como essas políticas são refletidas em sua obra, assim nos possibilitamos apreender como essa imagem se reflete nas obras que foram base para a política almejada por Sarmiento e pela geração de 1837.

## Conclusão:

A Campanha das Rosas ao Deserto foi uma expedição militar que o ex-governador Juan Manuel de Rosas realizou entre 1833 e início de 1834, durante o governo de Juan Ramón Balcarce, na província de Buenos Aires, Argentina, contra os índios pampas, os Ranqueles, os Tehueches e os Mapuches, localizados nos pampas e no norte da Patagônia e que contaram inicialmente com a colaboração das províncias afetadas pela fronteira indígena. A campanha tinha vários propósitos, todos eles relacionados, que eram: subjugar os nativos do deserto ou do interior à obediência crioula, acabar com as incursões indígenas, que devastavam constantemente as populações do interior, resgatar os cativos mantidos pelos aborígenes, incorporar terras para agricultura e pecuária e efetivar as soberanias provinciais sobre os territórios incursos.<sup>248</sup>

A área fronteira entre as terras localizadas sob controle efetivo das novas autoridades nacionais, após a Revolução de Maio de 1810, foi desvirtuada principalmente em decorrência do envio de tropas e armamentos para apoiar as diversas frentes durante a Guerra da Independência, assim como pelas diferentes posições, alianças e enfrentamentos que as diversas confederações de união dos povos nativos, ao longo das lutas revolucionárias. Durante esta etapa, tanto os sucessivos governos do Rio da Prata, quanto as lideranças nativas, apesar dos esforços infrutíferos para manter relativa paz nas diferentes áreas desabitadas, continuaram com a política de hostilidade permanente. Muito lentamente e com grandes esforços, a fraca fronteira foi estendida em direção ao deserto, ganhando notoriedade pelas três campanhas de Martín Rodríguez contra os indígenas, que o ex-governador da província de Buenos Aires realizou entre 1820 e 1824.

Tendo em vista a contextualização dos conflitos nos pampas, é preciso, para concluir a exposição sobre a influência da obra de Sarmiento na construção do Estado argentino, expor novamente alguns pontos centrais, no que se refere a concluir uma análise completa, principalmente observando a relação da obra como representação

---

<sup>248</sup> *Melo, 2017, p.166.*

de uma elite, e as populações nativas, principalmente a situação de exclusão que foram delegados após 37.<sup>249</sup>

É preciso observar uma segunda vez, segundo apontamentos de Gutierrez<sup>250</sup>, para a forma como após 1850 há uma modificação em relação aos nativos, e essa definiu o destino desses agentes, pois com a derrota do *caudilho* os nativos passam a representar o principal inimigo do avanço econômico nos moldes da modernidade, uma das principais e mais influentes mudanças após o fim de Rosas. Isso só foi possível pois o ditador possuiu, como forma de estabilizar a fronteira e fazê-la avançar sobre as áreas indígenas, uma política de relacionamento direto com os nativos “amigos”, o que perdurou, mesmo com constantes renegociações, até a primeira Campanha do Deserto. Esse período, nomeado como “negócio pacífico”<sup>251</sup>, representou uma ampla temporalidade, que possui seu início junto à Coroa espanhola, onde o emprego da política de rações já servia a seu propósito central, frente à falta de alternativas: evitar que as fronteiras sofressem com os *malones*, definindo um tipo de acordo de cessar-fogo entre os nativos e os administradores em vigência na Região Cisplatina. A Campanha das Rosas ao Deserto foi uma expedição militar que o ex-governador Juan Manuel de Rosas realizou em 1833 e início de 1834, durante o governo de Juan Ramón Balcarce na província de Buenos Aires, movendo forças contra as populações nativas dos pampas, dentre as mais influentes como apontado: os Ranqueles, Tehueches e os Mapuches<sup>252</sup>, todos localizados nos pampas e no norte da Patagônia.

É imprescindível aqui retomar alguns eventos, pois apenas dentro desse panorama amplo e de temporalidade indefinida se desenvolveram condições para o

---

<sup>249</sup> Melo, p. 165.

<sup>250</sup> Gutierrez, p. 202.

<sup>251</sup> Carvalho, p. 69.

<sup>252</sup> Segundo alguns autores, este povoado era um subgrupo dos tehuelches: os puelches dos mamulche ; que era formado por diferentes agrupamentos: salineiros, jarilleros , medaneros dos chañares (chicalches), dos barros (canuelooches) e dos caniçais (rankulches), que cobriam um território que se encontrava entre o rio Negro, o rio Neuquén, o rio Grande, o rio Diamante, o sul da província de San Luis, o sul da província de Córdoba, o sul da província de Santa Fé e a orla ocidental da província de Buenos Aires. "La frontera sur de Buenos Aires en la larga duración". Victoria Pedrotta y Sol Lanteri Reandando los caminos al Chapaleofu: viejas y nuevas hipótesis sobre las construcciones de piedra del sistema de Tandilia.”

governo de Rosas gerir as fronteiras com relativa paz, o que mascarou a realidade das fronteiras à opinião pública, onde existiam diversos grupos disputando espaços.

A campanha possuía diversos propósitos, todos estes relacionados ao plano central de subjugar os nativos do deserto ou do interior à obediência crioula. Com essa tratativa, visavam acabar com as incursões (*malones*) que devastavam constantemente as populações do interior, resgatar os cativos mantidos pelos aborígenes, incorporar terras para agricultura e pecuária e efetivar as soberanias provinciais sobre os territórios incursos. O resultado dessas articulações, instáveis, garantidas por renegociações, foi um avanço sobre as áreas consideradas “indígenas”, ao mesmo tempo em que se incrementava a rede comercial da área dos pampas ao poder dos *criollos*, removendo e substituindo lideranças nativas que não apoiavam o governo central, com a promessa de mais produtos provenientes e rações, o que dividia as opiniões dos grupos afetados em relação ao *Caudilho*.<sup>253</sup> Todo esse processo gerou áreas de instabilidade e conflitos, que com o avançar do tempo e das guerras civis dentro do próprio núcleo *criollo*, pioraram a situação.

Ao se tornar um dos grandes “alvos” de Rosas e, após se beneficiar de sua política de aproximações pacíficas e distribuição de rações, Calfulcurá se fortaleceu perante os demais grupos do pampa, resultando na ampliação de suas alianças e influências no contexto pampeano e araucano e de relativa paz com as fronteiras *criollas*, o que durou até a queda de Rosas em 1852 como nos apresenta Gutierrez. O fim do governo Rosas é, portanto, o centro dessa divisão. Com a derrota do *Caudilho*, o Governo Central desarticulou a política de rações, o que provocou intensos *malones* efetuados por diversos grupos, de maneira articulada, durante o período das guerras civis entre Buenos Aires e a Confederação Argentina. Segundo Gutierrez<sup>254</sup>, Calfulcurá reagiu a essa situação criando a “Confederação Indígena de Calfulcurá”<sup>255</sup>, que foi capaz de agregar diversos grupos de nativos da área dos

---

<sup>253</sup> Melo, 2017, p.188.

<sup>254</sup> Gutierrez, 2011, p.207.

<sup>255</sup> *A violenta passagem das tropas Criollas transformou profundamente os grupos que habitavam o sul da Argentina. O cacique Mariano Rondeau, controlador das Salinas, havia sobrevivido à investida portenha, mas não resistiu a um novo ataque. No início do ano seguinte, quando todos ainda se restabeleciam do ataque, chegaram à região pouco mais de duas dezenas de migrantes da Araucania que, sob o comando de um jovem cacique chamado Juan Calfulcurá, ocuparam violentamente a região,*

pampas, considerados amigos para os *criollos*, entretanto, com o fim do pagamento de rações, reagiram contra Buenos Aires, se unindo às forças do líder dessa congregação, que ocupou toda região de Salinas Grandes.<sup>256</sup> Essa congregação prosperou após ser responsável por uma série de *malones* ocorridos em 1855, onde retardaram os avanços rosistas sobre as áreas de fronteira e só foram contidos com o retorno da política de rações de tratativas de paz após os conflitos em 1861, onde triunfou Buenos Aires. a seguiu sua ofensiva de *malones* e demonstrou uma clara percepção de defesa de seu espaço, onde as ações belicosas eram parte de sua estratégia de negociação com a sociedade *criolla*. Com isso, surge por fim, a intensificação das ações *criollas* na fronteira, consolidada a partir da década de 1860.<sup>257</sup>

Para compreendermos o projeto político de Estado e nação que Sarmiento propõe no *Facundo*, é preciso nos atentarmos aos dois últimos capítulos, entretanto, fica evidente que uma maneira mais simples é a de retomar o eixo estruturador da obra, a antinomia civilização e barbárie, e acompanhar seus deslocamentos ao longo do texto, o que equivale a perceber a intenção política da escritura, para além da carga panfletária contra Rosas.

Como aponta Wasserman: “No título da obra os dois vocábulos, “civilização” e “barbárie” aparecem unidos pela conjunção gramatical “e” (y, no original), o que indica que não são essencialmente excludentes nem apresentam uma irreduzibilidade absoluta entre si.”<sup>258</sup> Em relação ao que foi levantado, compreende-se que, ao apreender essa expressão no título de sua obra e permear por todos os capítulos de uma espécie de ficção dentro desse terreno fértil do imaginário popular que a área

---

*aniquilando as resistências desguarnecidas. Ao dizimar os enfraquecidos salineros e tomar posse da região, o chefe araucano deu início ao que viria a se tornar a mais importante força política e militar indígena na Argentina. Temida, contatada e combatida pelos criollos, a partir de então, e responsável pelo estabelecimento de um novo tipo de organização para os pampas, começava a ser organizada a Confederação de Salinas Grandes. (Passetti, p.335.)*

<sup>256</sup> *As Salinas Grandes são um complexo de depressões no centro da região pampeana do sul da Argentina, de onde se extrai sal mineral desde o período colonial. Ainda hoje, esta atividade é desenvolvida na região, mas com expressão reduzida em comparação com o século XIX. Na atual divisão administrativa, estas minas estão entre as províncias de La Pampa e Buenos Aires. (Passetti, p.331.)*

<sup>257</sup> *Gutierrez, p. 189.*

<sup>258</sup> *Wasserman, p. 101.*

das fronteiras representava, onde haviam mais que conflitos civis. A área dos pampas, com e sem Rosas, encaixa-se perfeitamente, assim como foi apontado no capítulo anterior, a essa área porosa, que mais que uma demarcação territorial, significava a existência de uma fronteira entre culturas diversas e o que obtivemos ao fim desse processo não foi muito mais que uma busca por traços existentes dessas outras diversas populações que se adaptaram, lutaram, morreram e sobreviveram a uma empreitada colonizadora dos imaginários, que buscava cooptar as demais.

Sarmiento não procura inserir a oposição dicotômica, indistintamente, a todos os aspectos da vida no campo, aplicar a fórmula de maneira tão vazia é perder de vista a compreensão que o autor tinha sobre os embates que eram travados para a construção do Estado e da nação. Esses embates, no período histórico que se iniciou em 1810, e que alcançava o presente da escritura da obra (1845), requeriam, para sua compreensão, “estudar prolixamente as voltas e revoltas dos fios que o formam e buscar nos antecedentes nacionais, na fisionomia do solo, nos costumes e tradições populares.”<sup>259</sup>

A obra, portanto, trata não de iniciar um novo embate, mas sim de como terminar a cruzada contra a barbárie; e como apontado no capítulo anterior, esse ideal se encontra conciliando os interesses entre as regiões envolvidas; ao apontar uma tradição comum, como visto ao longo do segundo capítulo, Sarmiento visava criar uma Constituição que fosse capaz de preservar a paz alcançada e lançar as bases para o desenvolvimento das relações exteriores e o investimento nas riquezas nacionais, como aponta Wasserman<sup>260</sup>; entretanto, o discurso que enseja civilização e barbárie opera estabelecendo conceitualmente diferenciações e limites entre os diversos estágios em que se encontram as sociedades e, mais que apenas atestar o problema, o autor define a fórmula para solucionar essa questão.

Sarmiento encontra, portanto, como apontado ao longo do terceiro capítulo, no enfrentamento às tradições pré-independência (pensadas como sinônimos das atrasadas tradições coloniais), redefinir os limites entre aqueles que via como cidadãos aptos a fazer parte dessa nova etapa e, os outros, agentes que não mais faziam partes dos planos para o futuro; portanto, pode-se apontar que o “que estava em jogo era a elaboração de instrumentos capazes de superar estas tradições”<sup>261</sup>, e

---

<sup>259</sup> Wasserman, 2004, p. 102.

<sup>260</sup> Wasserman, 2004, p. 104.

<sup>261</sup> Wasserman, p. 105.

assim, derrotar os representantes políticos do... “atraso” e de “civilizar” o povo. Apenas trilhando essa fórmula sarmientina, seria possível se aproximarem do “estágio” de progresso e civilização da Europa e Estados Unidos. Abaixo, um trecho contido no terceiro capítulo da obra, onde Sarmiento aponta intencionalmente para essa mesma direção que foi definida acima, ou seja, o autor expõe em alguns parágrafos essa fórmula do progresso:

*“Estancieros del sur de Buenos Aires me han asegurado, Después que la expedición aseguró la frontera, alejando a los bárbaros indómitos y soetiando muchas tribos, que han formado una barrera que pone a cubierto las estancias de las incursiones de aquéllos, y que, a merced de estas ventajas obtenidas, la población há podido extenderse hacia el sur. La geografía hizo también importantes conquistas, descubriendo territorios desconocidos hasta entonces y aclarando muchas dudas. El general Pacheco hizo un reconocimiento del Río Negro, donde Rosas se hizo adjudicar la islã de Choelechel y la división de Mendonza descubrió todo el curso rel río Salado hasta su desagüe em la laguna de Yauquenes. Pero um Gobierno inteligente habría asegurado de esta vez, para siempre, las fronteras del sur de Buenos Aires.”<sup>262</sup>*

À luz desse excerto presente na escritura, enxerga-se, nas palavras de Sarmiento, o trajeto definido nos parágrafos anteriores, ou seja, a equação que define a barbárie; o objetivo de Sarmiento nessa operação discursiva, onde aponta as fronteiras e a conquista do sul de Buenos aires, compreende parte significativa dessa equação. Essa, como citada anteriormente, passou a definir limites, e descrever culturas e territórios que deveriam ser reposicionados na nova nação. Como apontado no primeiro e no segundo capítulos, o livro aprofundava a conhecer as peculiaridades dos povos e apontava as formas de intervenção consideradas necessárias para sacá-los do estado em que se encontravam. Em outras palavras, a literatura operava construindo um conjunto de símbolos que dava concretude à linguagem que deveria ser aplicada ao poder, projetando ao país e à sociedade ideais sobre sua identidade como nação e a sociedade<sup>263</sup>, estes deveriam ser transformados pelos agentes movidos pela providência, guiando os rumos, a fim de se adequarem às exigências projetadas, que não eram outras senão aquelas dos modernos Estados capitalistas.

---

<sup>262</sup> Sarmiento, p. 195.

<sup>263</sup> Wasserman, p. 108.

Essa sucessão de eventos ocorridos após a queda de Rosas e o processo penoso de retomar o “progresso”, foi denominado por Sarmiento em seu texto como: “a dura e penosa transformação americana”<sup>264</sup> essa fase que se estende dos 1850 até o fim do século; processo que ganhará, o duvidoso epíteto de modernização, conduzida pelo Estado, tendo a sua contraparte da literatura para avalizá-la ideologicamente. Compreende-se, então, que a educação letrada e o genocídio cultural, ambos fatores diretamente ligados a essa “modernização”, tenham sido os embriões reais do Estado argentino, como os conhecemos ao longo do século XX, e esse estágio só seria definitivamente alcançado devido às preocupações constantes desses intelectuais/políticos ao longo do século XIX em divulgar ideias como as presentes no Facundo, as quais viam a educação e a europeização como os meios eficazes de transformação de povos incultos, avessos à ordem disciplinária da sociedade moderna e único caminho para embranquecer e construir uma nação pautada em valores modernos e em cidadãos patriotas e industriais.

Num outro nível está a concepção do domínio dos *caudillos* regionais que impediriam a unificação do país. Com os seus métodos de governo personalistas, baseados na força e violência, sem se aterem às instituições formais do Estado, constituíam os inimigos a serem derrotados, o que caiu como uma luva ao congregar seus traços aos de populações “selvagens” provenientes de áreas não industrializadas. A barbárie, aqui, apresenta sua face política, com a qual estes intelectuais expunham sua face, nome e ideias como penitentes buscando um fim, cruzados empreendendo uma batalha contra os traços mais vis do ser humano. Esse último nível está constituído exatamente pelas populações nativas, assim como suas culturas e tradições. Sarmiento considerava estas populações como raças primitivas desde o início, fadadas inevitavelmente ao desaparecimento, incapazes de se civilizarem, bastava agregar estas populações ao outro inimigo, para assim derrotar ambos. Esse empreendimento foi abundante e levou décadas.

É preciso, por fim, pontuar que os nativos defenderam-se bravamente, como apontado no trabalho de Gutierrez, e continuaram a ocupar até os dias de hoje algum território dentro de um Estado nacional que adotou a imagem de Sarmiento e seus aliados, como parte integrante da tradição que forma a soberania do Estado Argentino, assim como suas populações nativas, essas foram condenadas ao extermínio, levado

---

<sup>264</sup> Sarmiento, 1996, p.60.

à cabo desde a época de Rosas e que culminou com a chamada Campanha do Deserto, encerrada no fim da década de 1880, análises que devem ser apresentadas em trabalhos posteriores, mas denotam o tom rubro que foi escolhido como fonte para definir as fronteiras ficcionais erguidas por essas elites *criollas*.

## **Bibliografia:**

**SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo. 2ª. ed. Barcelona: Biblioteca Ayacucho, 1985.**

\_\_\_\_\_. **Facundo: civilização e barbárie. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.**

ANDERSON, Benedict: Imagined communities: reflection on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 2010.

BAKHTIN, Mikhail [V. N. VOLOCHINOV]. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979.

BURKE, Peter. História e Teoria Social São Paulo: Editora Unesp, 2000.

BENJAMIN, Walter. Textos Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BLOOM, Harold. The Anxiety of Influence. A theory of poetry. Oxford: Oxford University Press, 1973.

\_\_\_\_\_. The Western Canon. The Books and School of the Ages. New York: Harcourt Brace and Company, 1994.

CARR, Edward Hallet. Que é História. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DAFLON, Claudio Luís. Argirópolis e as mudanças na concepção histórica de Domingo Faustino Sarmiento. Ouro Preto: história da historiografia. Vol. 7.p. 56-77, 2011.

DE TITTO, Ricardo J. El Pensamiento de la Generación del 80. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2010.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2009.

FERNANDEZ, Jorge. História de los indios Ranqueles. Buenos Aires: Instituto Nacional de Antropología y pensamiento latino-americano, 1998.

GARCIA, Fernando. Identidades, etnicidades y racismo em América Latina Quito: Fascló, 2008.

GOLDMAN, Lucien. Dialética e Cultura. Tradução de: Luís Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. A Criação Cultural na Sociedade Moderna. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

- GRUZINSKI, Serge. La Colonización del Imaginario. Sociedades indígenas y occidentalización em el México español. Siglos XVI-XVIII. Mexico: FCE, 2007.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e Comunicação. Tradução de: Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.
- JAUSS, Hans-Robert. La Literatura como Provocación. Tradução de: Juan Godo Costa. Barcelona: Península, 1976
- LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever. In: \_\_\_\_\_. Ensaio sobre Literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LUKÁCS, Georg. Balzac: Les illusions perdues. In: \_\_\_\_\_. Ensaio sobre Literatura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LUKÁCS, Georg. Introdução a uma Estética Marxista. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- NACUZZI, Lidia. Identidades Impuestas. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1998
- PALTI, Elias. El momento romántico: nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
- PASSETTI, Gabriel. Indígenas e *criollos*. Política, guerra e traições nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.
- POMPEU, Ana Carolina. Conquistar o deserto: Resistência indígena e violência na fronteira do Pampa e da Patagônia. Brasília: UNB, 2018.
- WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SARTRE, Jean-Paul. Que É a Literatura? São Paulo: Ática, 1993.
- SARLO, Beatriz. Tempo Passado: cultura de memória e guinada subjetiva. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.
- SHUMWAY, Nicolas, A invenção da Argentina: história de uma ideia. EDUSP e Editora UnB, São Paulo, 2008.
- TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

HOLT-GIMÉNEZ, E. R. I. C. REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E FUNDAMENTAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA: COMUNIDADES INDÍGENAS, MINERAÇÃO DE OURO E BANCO MUNDIAL. **A TERRA CAPTURANDO**, p. 49.

*Jong, Ingrid, Las Alianzas Políticas indígenas en el período de la Organización Nacional: una visión desde la Política de tratados de Paz (Pampa y Patagonia 1852-1880). In: QUIJADA, Monica (ed.) De los cacicazgos a la ciudadanía. Sistemas de frontera, Rio de la Plata, siglos XVIII-XX. Berlin: IberoAmerikanisches Institut, 2011, p. 85; BECHIS, (2006), p. 10*